

SIMONE DE SOUZA BECKER

ESTUDO COMPARATIVO DOS CRITÉRIOS ADOTADOS NA ELABORAÇÃO DO  
BALANÇO SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC E DO  
BALANÇO SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS/SC PARA  
O EXERCÍCIO DE 2001

Monografia apresentada ao Departamento  
de Contabilidade do Setor de Ciências  
Sociais Aplicadas da Universidade Federal  
do Paraná, como requisito para obtenção do  
título de especialista em Auditoria Integral.  
Orientador: Prof. Blênio César Severo Peixe

CURITIBA  
2003

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pela vida e pelo conforto nos momentos mais difíceis.

Aos meus queridos pais, Sr. Antônio e Dona Madalena, que me deram a vida e me ensinaram a vivê-la com dignidade.

Aos meus irmãos, Cristiane e Eduardo Antônio, pela indispensável colaboração.

Aos meus sogros, Sr. Antonio e Dona Lédia, pelo incentivo.

Ao meu marido, Antonio, pelo apoio e compreensão.

Aos meus amigos da UFPR, em especial ao Abdias, à Ana Maria, à Eva, ao Marco e ao Mário, pelo companheirismo durante esta trajetória.

Ao Professor Blênio, pelo valioso e dedicado trabalho de orientação.



## **LISTAS**

<b>TABELA 1 – Comparativo dos Indicadores de Avaliação da Satisfação dos Funcionários, utilizados pelas Prefeituras Municipais de São José e de Florianópolis.....</b>	<b>73</b>
--	-----------

<b>TABELA 2 – Comparativo dos Indicadores de Avaliação da Satisfação dos Munícipes, utilizados pelas Prefeituras Municipais de São José e de Florianópolis.....</b>	<b>75</b>
---	-----------

## RESUMO

BECKER, S. de S. **ESTUDO COMPARATIVO DOS CRITÉRIOS ADOTADOS NA ELABORAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC E DO BALANÇO SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS/SC PARA O EXERCÍCIO DE 2001.** O Balanço Social surge da conscientização, pelos cidadãos, da importância do papel social das entidades econômicas, que não se sustentam se não disponibilizarem à comunidade mais do que seus empregos, produtos e serviços. Assim, a importância do Balanço Social provém de ser ele um instrumento de medida do custo-benefício no desenvolvimento de atividades das empresas. Afinal, a sociedade passa a exigir respostas para muitas perguntas. Há agressão ao meio ambiente? Há condições adequadas de trabalho? Há adição de valor à economia? De igual forma, a administração municipal passa a se preocupar em agregar valor a sua gestão, não só buscando realizar obras visíveis, mas em produzir um sistema de informações capaz de levar ao cidadão dados contábeis, econômicos, financeiros e sociais, que evidenciem o trabalho realizado. O Balanço Social aparece como proposta para o setor público, em particular para as Prefeituras Municipais, como forma de gerar informações, das quais os usuários internos e externos não têm acesso naquelas atualmente publicadas. O objetivo geral deste trabalho foi comparar os critérios que balizaram os Balanços Sociais das Prefeituras Municipais de São José/SC e de Florianópolis/SC. Os objetivos específicos foram: caracterizar o Balanço Social, situar os critérios do Balanço Social da Prefeitura Municipal de São José/SC de 2001, situar os critérios do Balanço Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis/SC de 2001 e apontar o resultado da comparação dos critérios adotados na elaboração dos Balanços Sociais daquelas Prefeituras para o exercício de 2001. Os objetivos foram abordados pelas técnicas da pesquisa bibliográfica e da pesquisa estudo de caso. Na fundamentação teórica abordou-se: ética (geral, empresarial e especificamente no setor público), responsabilidade social e cidadania empresarial; contexto histórico, conceitos e usuários do Balanço Social; algumas metodologias aplicadas de Balanço Social; iniciativas legais de implantação do Balanço Social no Brasil; padronização, obrigatoriedade e responsabilidade relacionadas ao Balanço Social e o Balanço Social na esfera pública. No estudo de caso constatou-se que as Prefeituras Municipais de São José e de Florianópolis praticaram, em linhas gerais, metodologia semelhante na confecção de seus Balanços Sociais para o exercício de 2001. As principais diferenças situaram-se na forma de evidenciar as atitudes sociais; nos indicadores e respectivos pesos utilizados nas pesquisas de avaliação da satisfação; na distribuição dos funcionários nas classes funcionais, nas faixas etárias e no tempo de serviço; e na forma de distribuição dos Indicadores Operacionais e Indicadores e Benefícios Sociais e dos valores na Distribuição da Riqueza.

Palavras Chave: Balanço Social, Prefeitura, Responsabilidade Social, Análise Comparativa

E-mail: [monebecker@ig.com.br](mailto:monebecker@ig.com.br)

## ÍNDICE

<b>AGRADECIMENTOS.....</b>	<b>II</b>
<b>LISTAS.....</b>	<b>III</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>IV</b>
<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>7</b>
2.1 ÉTICA, RESPONSABILIDADE SOCIAL E CIDADANIA EMPRESARIAL.....	7
2.1.1 Ética Geral.....	7
2.1.2 Ética Empresarial.....	9
2.1.3 Ética no Setor Público.....	10
2.1.4 Responsabilidade Social.....	12
2.1.5 Cidadania Empresarial.....	13
2.2 CONTEXTUALIZAÇÃO, CONCEITUAÇÃO E USUÁRIOS DO BALANÇO SOCIAL.....	17
2.2.1 Contextualização Histórica do Balanço Social.....	17
2.2.2 Conceituação do Balanço Social.....	20
2.2.3 Usuários do Balanço Social.....	22
2.3 METODOLOGIAS APLICADAS DE BALANÇO SOCIAL.....	25
2.3.1 Princípios de uma Metodologia.....	25
2.3.2 Metodologias de Balanço Social.....	26
2.3.3 Modelo do IBASE e Relatório do Instituto ETHOS.....	28
2.4 INICIATIVAS LEGAIS NO BRASIL.....	30

2.5 OBRIGATORIEDADE, PADRONIZAÇÃO E RESPONSABILIDADE.....	31
2.5.1 Obrigatoriedade de Publicação do Balanço Social.....	32
2.5.2 Padronização de Modelo de Balanço Social.....	33
2.5.3 Responsabilidade pela Elaboração do Balanço Social.....	34
2.6 BALANÇO SOCIAL NA ESFERA PÚBLICA.....	36
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>38</b>
<b>4 ESTUDO DE CASO COMPARATIVO.....</b>	<b>39</b>
4.1 MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.....	40
4.1.1 Principais Características do Município.....	40
4.1.2 Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de São José.....	40
4.2 MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS.....	42
4.2.1 Principais Características do Município.....	42
4.2.2 Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Florianópolis.....	42
4.3 ANÁLISE COMPARATIVA DAS ESTRUTURAS.....	44
4.3.1 Principais Serviços Prestados à Comunidade.....	44
4.4 BALANÇO SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ PARA 2001.....	48
4.4.1 Estrutura do Balanço Social da Prefeitura Municipal de São José.....	48
4.4.2 Avaliação da Satisfação do Capital Humano.....	50
4.4.3 Avaliação da Satisfação dos Usuários do Centro de Atendimento ao Cidadão.....	52
4.4.4 Balanço Social da Prefeitura Municipal de São José.....	53
4.4.5 Demonstração da Geração e Distribuição de Riqueza.....	57

<b>4.5 BALANÇO SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS PARA 2001.....</b>	<b>59</b>
4.5.1 Estrutura do Balanço Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis.....	59
4.5.2 Balanço Social da Satisfação dos Funcionários.....	61
4.5.3 Balanço Social da Satisfação dos Municípios.....	63
4.5.4 Balanço Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis.....	64
4.5.5 Demonstração da Geração e Distribuição de Riqueza.....	69
<b>4.6 ANÁLISE COMPARATIVA DOS BALANÇOS SOCIAIS DAS PREFEITURAS MUNICIPAIS DE SÃO JOSÉ E DE FLORIANÓPOLIS P/ 2001.....</b>	<b>71</b>
<b>4.7 RESULTADOS E DISCUSSÃO DA ANÁLISE.....</b>	<b>78</b>
<b>5 CONCLUSÕES.....</b>	<b>82</b>
<b>6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>85</b>
<b>7 ANEXOS.....</b>	<b>90</b>
7.1 BALANÇO SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE 2001.....	91
7.2 BALANÇO SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS DE 2001.....	137

## 1 INTRODUÇÃO

A Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, prevê, em seu artigo 101, que “os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais, segundo os Anexos 12, 13, 14 e 15 e os quadros demonstrativos constantes dos Anexos 1, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 16 e 17”.

Por sua vez, a Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000, mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, determina a publicação de outros dois demonstrativos: Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal.

Desta forma, com os demonstrativos oficiais publicados, quais sejam, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal, os cidadãos têm acesso às informações da situação das contas dos Municípios.

Conforme o artigo 102 da Lei n. 4.320, “o Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas”. Por sua vez, “o Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte”, como prevê o artigo 103 da Lei n. 4.320. Os itens constantes do Balanço Patrimonial estão discriminados no artigo 105 da Lei n. 4.320: o Ativo Financeiro (“... créditos e valores realizáveis independentemente de autorização

orçamentária e os valores numerários.”), o Ativo Permanente (“... bens, créditos e valores cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.”), o Passivo Financeiro (“... compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária.”), o Passivo Permanente (“... dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.”), o Saldo Patrimonial (Ativo Real Líquido ou Passivo Real Descoberto) e as Contas de Compensação (“... bens, valores, obrigações e situações não compreendidas nos parágrafos anteriores e que, mediata ou indiretamente, possam vir a afetar o patrimônio.”). O último demonstrativo mencionado na Lei n. 4.320, a Demonstração das Variações Patrimoniais, evidencia, conforme artigo 104, “... as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício”.

Já os demonstrativos da Lei Complementar n. 101, Relatório da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal, trazem informações tais como: o Balanço Orçamentário; os demonstrativos da execução orçamentária; a apuração da receita corrente líquida; as receitas e despesas previdenciárias; os resultados nominal e primário; os restos a pagar; os comparativos dos limites com despesa total com pessoal, dívidas consolidada e mobiliária, concessão de garantia, operações de crédito e indicação das medidas corretivas adotadas ou a adotar, se ultrapassados quaisquer dos limites citados.

Verifica-se, portanto, que as peças contábeis tradicionais do setor público demonstram informações de caráter eminentemente econômico, financeiro e patrimonial. De uma forma genérica, ao tratar das empresas, PEIXE (1999,p.17) comenta: “as empresas desempenham um importante papel social e econômico nas



*regiões onde atuam e dificilmente esse papel é representado nas demonstrações contábeis tradicionais". De igual forma, BRANDT defende:*

*A contabilidade tem entre seus objetivos o de apresentar por meio de sistemas de informações, um conjunto de demonstrações para atender as necessidades informativas de seus usuários. Porém, esse sistema vem suprimindo necessidades de ordem financeira, econômica e patrimonial, não atendendo aos usuários interessados em informações de cunho social e ecológico. (BRANDT,2002,p.32)*

Portanto, verifica-se que a contabilidade precisa evoluir na evidenciação de seu objeto (patrimônio), em atendimento ao seu objetivo, sob a ótica pragmática, de prover os usuários de informações de caráter relevante, com tempestividade e integridade.

Outro importante aspecto a comentar é a gradativa mudança de mentalidade no setor público. Cresce a necessidade de transformar a administração pública burocrática em uma administração pública gerencial, voltada à ética, à eficiência e à eficácia, bem como de divulgar as ações desenvolvidas pelo Estado, como reflexo da exigência do cidadão em conhecer a forma de aplicação dos recursos administrados pelo ente em prol do coletivo. Como explicita MOREIRA NETO (1998,p.21), *"em consequência dessa mudança, o Estado não administra nem, como no passado remoto, para o Rei e para seus áulicos, nem, como no passado recente, para o próprio Estado e sua nomenclatura; ele muda de enfoque e passa a administrar para o cidadão, e apenas para ele, os interesses públicos que lhe são confiados pela ordem jurídica"*. Essa exigência do cidadão, aliada à necessidade de informação dos usuários internos, tem levado à discussão de inúmeros temas, postos como grandes desafios que se impõem aos Municípios, como a mensuração e o gerenciamento dos custos de suas atividades, a mensuração do resultado econômico, a implantação do sistema de controle interno e do orçamento



participativo e o alcance das metas fiscais, em atendimento, também, às questões de planejamento, transparência, controle e responsabilização, cada vez mais exigidas, necessárias e presentes no cotidiano dos entes públicos. Como exemplo de mudança de mentalidade no setor público destaca-se o estudo de SLOMSKI sobre o resultado econômico nas entidades de direito público interno:

*Este artigo avalia o desempenho econômico de uma escola pública municipal, tal como faz a firma por meio da demonstração do resultado do exercício, valendo-se de um modelo de demonstração do resultado econômico, onde os gestores das entidades públicas são avaliados por meio de uma demonstração de resultados que evidencie lucro ou prejuízo, diferentemente das demonstrações contábeis preconizadas na Lei 4.320/64, que apresentam, apenas superávit ou déficit, que por si só, são incapazes de diminuir a assimetria informacional, entre o Estado e a Sociedade. (SLOMSKI, 2001, p. 63)*

Neste ponto faz-se necessário observar que, apesar dessa gradativa mudança de pensamento, a efetividade nas atividades do setor público está longe de ser alcançada. Ao abordar sobre a organização pública brasileira, PEIXE comenta que:

*Hoje em dia torna-se impossível viver no Brasil e chegar ao final de um dia sem deparar-se com algum exemplo de disfunção na máquina pública. O grande risco dessa situação é que passemos a acreditar que a eficiência ou eficácia seja a solução para todos os problemas. Portanto, eficiência ou eficácia (que é fundamental) não garante resultados positivos para quem está do lado de fora da entidade. (PEIXE, 2002, p. 73)*

O Autor questiona o seguinte: “será que a continuada exposição a exemplos de ineficiência e ineficácia das nossas organizações públicas acabou por nos fazer acreditar, por contraste, que a eficiência ou a eficácia basta para garantir a satisfação do cidadão?”. E complementa:

*Na presente abordagem pretende-se defender mais do que a eficiência – para Reddin, relacionada à tarefa, ao processo, ao “fazer as coisas bem” – e a eficácia – ligada ao produto, ao “fazer as coisas certas” – é a efetividade – referente ao que pode ser visto e sentido pelo cliente, isto é, para Holanda ao “resultado verdadeiro” – a meta que deve ser buscada por nossas organizações públicas, não obstante, negar o valor das duas primeiras. (PEIXE, 2002, p. 73)*

O Autor sustenta a íntima ligação entre a efetividade e a “teoria da cidadania”:

*Verifica-se que a preocupação com o “resultado verdadeiro” das entidades públicas, obrigatoriamente, nos remete a um novo critério de avaliação das atividades do Estado. Mais importantes do que ocorre internamente na entidade ou mesmo do seu “output”, são os efeitos desse “output” no ambiente externo, ou seja, sua efetividade. Percebe-se que esse é o verdadeiro princípio fundamental da “teoria da cidadania”, ou seja, uma nova forma de “ler” o cenário nas entidades públicas no Brasil, cujo enfoque vislumbra a coisa pública. (PEIXE, 2002, p.75)*

Neste contexto de novos paradigmas na administração pública, o Balanço Social implantado nas Prefeituras Municipais pode ser visto como ferramenta complementar no processo de avaliação da gestão pelos munícipes, bem como de participação na confecção do orçamento pelos usuários internos e externos. Isto porque, como afirma MENDONÇA (1984, p.182), *“a participação no Brasil é algo que veio para ficar, e a maturidade democrática, ao lado da seriedade e responsabilidade no trato da coisa pública são débitos do poder público para com a população, que precisam ser saldados. A participação, certamente, é uma grande avenida aberta neste sentido”*. Porém, como evidenciar comparativamente informações de desempenho social que não são geradas nos demonstrativos contábeis tradicionais das Prefeituras Municipais?

No cenário em tela, quanto a iniciativas constatadas na esfera pública municipal, destaca-se a Prefeitura Municipal de São José/SC, que publicou *“o primeiro Balanço Social Abrangente de uma Prefeitura no País”*, de acordo com a Mensagem do Prefeito, em seu Balanço Social de 2001 (Anexo I), e a Prefeitura Municipal de Florianópolis/SC, que se revelou a primeira capital brasileira a publicar seu Balanço Social (Anexo II), conforme mencionado por CARNEIRO (2002, p.5).

Os dois demonstrativos mencionados são objeto de estudo desta pesquisa, pois parte-se do conceito que os Balanços Sociais das Prefeituras Municipais de São José/SC e de Florianópolis/SC apresentam metodologia adequada para o perfil da administração pública municipal.

Este trabalho tem como objetivo geral comparar os critérios que balizaram os Balanços Sociais das Prefeituras Municipais de São José/SC e de Florianópolis/SC para o exercício de 2001, o que será feito da seguinte forma:

- Caracterizar o Balanço Social;
- Situar os critérios do Balanço Social da Prefeitura Municipal de São José/SC de 2001;
- Situar os critérios do Balanço Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis/SC de 2001;
- Apontar o resultado da comparação dos critérios adotados na elaboração dos Balanços Sociais das Prefeituras Municipais de São José/SC e de Florianópolis/SC para o exercício de 2001.

Busca-se, basicamente, um estudo comparativo com vistas a proporcionar discussão sobre um modelo de Balanço Social para as Prefeituras Municipais, haja vista que o modelo existente se direciona para o setor privado (modelo do IBASE).

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

Apresenta-se, a seguir, comentários sobre ética (geral, empresarial e especificamente no setor público), responsabilidade social e cidadania empresarial; contexto histórico, conceitos e usuários do Balanço Social; algumas metodologias aplicadas de Balanço Social; iniciativas legais de implantação do Balanço Social no Brasil; padronização, obrigatoriedade e responsabilidade, relacionadas ao Balanço Social e, por fim, o Balanço Social na esfera pública.

Essa fundamentação teórica torna-se imprescindível para que se possa proceder à análise comparativa dos Balanços Sociais das Prefeituras Municipais de São José/SC e de Florianópolis/SC de 2001, de que trata o item 4 do presente estudo.

### 2.1 ÉTICA, RESPONSABILIDADE SOCIAL E CIDADANIA EMPRESARIAL

Faz-se necessária a reflexão de temas presentes na essência do Balanço Social, como a ética, a responsabilidade social e a cidadania empresarial.

#### 2.1.1 Ética Geral

De uma forma geral, para BRANDT (2002,p.30), *“ética pode ser definida como sendo um ramo da Filosofia que estuda o comportamento de uma pessoa ou um grupo delas. De forma simplificada pode-se dizer que ética lida com o que é moralmente certo ou errado”*. Porém, como definir o que é moralmente certo ou

errado? Surgem, então, os conflitos decorrentes desta pergunta, afinal não é fácil definir o que é certo ou errado.

Segundo BRANDT (2002,p.31), *“a teoria fundamentalista propõe que os conceitos éticos e também do que é certo e errado provenha de uma fonte externa ao ser humano, que pode ser um livro, como a Bíblia, por exemplo, ou um conjunto de preceitos adotados por um grupo, ou até mesmo outro ser humano”*. No entanto, o Autor complementa que *“a crítica que se faz em relação a esta teoria é o fato de que ela não permite que o ser humano encontre o certo por si só, podendo levar, inclusive, a distorções, trazendo uma série de prejuízos ao meio social em que se vive, mediante um fanatismo exacerbado”*.

Constata-se que existe discussão acerca das fontes que levam o indivíduo (em particular) e a sociedade (em seu coletivo) a distinguir entre o certo e o errado. Porém, sabe-se que os costumes e o que é certo ou errado modificam-se nos espaços físico e temporal.

Como exemplo dessa mudança de valores, RAUPP (2001,p.63), ao discorrer sobre o antigo e o novo paradigma da educação, destaca que, quanto ao tipo de formação e orientação de valores, a predominância da especialização e os valores pragmáticos como consumismo, competição, poder, possessividade e celebridade, estão sendo substituídos pela idéia de que a formação geral precede a especialização e pelos valores pragmáticos e éticos: simplicidade voluntária, cooperação, generosidade, igualdade e eqüanimidade.

Portanto, os valores éticos estão cada vez mais presentes nas exigências da sociedade, para com os indivíduos, em particular, para com as organizações e para com o Estado.

Com relação a um desdobramento da ética, a ética profissional, não se pode deixar de mencionar o Código de Ética Profissional do Contabilista, aprovado pela Resolução n. 803/96, de 10 de outubro de 1996, do Conselho Federal de Contabilidade, e posteriores alterações, como um código de padrões escritos, a que devem os contabilistas se reportar. Pois, como bem cita BRANDT:

*O profissional da área contábil sempre lidou, e nos dias de hoje muito mais, com um elemento precioso que é a informação, normalmente relativa à área financeira e de negócios pertencentes a terceiros, justificando assim, que o profissional diariamente coloca em jogo seus valores éticos, visto trabalhar em áreas onde há interesse de conflitos, empresa versus fisco, dirigentes versus sindicatos, etc. (BRANDT, 2002, p.32)*

A ética na contabilidade é um assunto de extrema importância e vem à tona, principalmente, quando a imprensa noticia casos de manipulação de dados financeiros e falsos atestados de exatidão de balanços, que geram inúmeros prejuízos à sociedade, como nos episódios do Banco Econômico, do Banco Nacional e da Enron Co.

### 2.1.2 Ética Empresarial

Noutro desdobramento do estudo dos problemas éticos encontra-se a ética empresarial. BRANDT (2002, p.31) acredita que *“um conjunto de valores éticos e morais bem definidos pela empresa é uma importante ferramenta para empregados e gerentes tomarem decisões condizentes com as metas e convicções de sua empresa”*.

Importante, de igual forma, a confecção do Código de Ética, documento interno que contenha aquele “conjunto de valores éticos e morais bem definidos pela empresa”. Pois, segundo o Autor:

*A adoção de um código de ética ou conduta se torna importante porque visa padronizar e formalizar entendimentos da organização empresarial nos seus relacionamentos, podendo até servir como vantagem competitiva, pois tem uma prova documental de sua intenção para com seu universo de relacionamentos. Somente a confecção de um código de ética, onde consta missão, valores, objetivos, etc. se consolidará se outros componentes a eles forem somados, como ações permanentes de treinamento, discussões e atitudes organizacionais e pessoais estiverem voltadas ao aprimoramento ético. (BRANDT, 2002, p.32)*

Assim, a ética empresarial deve ser encarada com seriedade, pois uma empresa ética faz-se de pessoas éticas, desde seu alto escalão até os colaboradores do chão de fábrica.

### 2.1.3 Ética no Setor Público

Especificamente no setor público, as questões éticas encontram amparo numa série de leis, decretos, resoluções.

Da legislação federal que contempla a ética cita-se: Lei n. 8.027, de 12 de abril de 1990 (Dispõe sobre Normas de Conduta dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas e Dá Outras Providências – Código de Ética dos Servidores Públicos); Resolução do Senado Federal n. 20, de 17 de março de 1993 (Institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar); Decreto n. 1.171, de 22 de junho de 1994 (Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal); Decreto não numerado, de 26 de maio de 1999 (Cria a Comissão de Ética Pública e Dá Outras Providências); Decreto não numerado, de 30

de agosto de 2000 (Acrescenta Dispositivo ao Decreto de 26 de maio de 1999, que Cria a Comissão de Ética Pública e Dá Outras Providências); Decreto não numerado, de 18 de maio de 2001 (Dispõe Sobre o Relacionamento das Comissões de Ética de Entidades da Administração Federal com a Comissão de Ética Pública e Altera o Decreto de 26 de maio de 1999); Decreto n. 4.081, de 11 de janeiro de 2002 (Institui o Código de Conduta Ética dos Agentes Públicos em Exercício na Presidência e Vice-Presidência da República) e Decreto n. 4.610, de 26 de fevereiro de 2003 (Dá Nova Redação ao Parágrafo Único do Artigo 3 do Decreto 4.081, de 11 de janeiro de 2002, que Institui o Código de Conduta Ética dos Agentes Públicos em Exercício na Presidência e Vice-Presidência da República).

Na legislação supramencionada, destaca-se o Decreto, de 26 de maio de 1999, que cria a Comissão de Ética Pública e dá outras providências:

*Art 1º Fica criada a Comissão de Ética Pública, vinculada ao Presidente da República, competindo-lhe proceder à revisão das normas que dispõem sobre conduta ética na Administração Pública Federal, elaborar e propor a instituição do Código de Conduta das Autoridades, no âmbito do Poder Executivo Federal.*

*Art 2º Instituído o Código de Conduta a que se refere o artigo anterior, competirá à Comissão de Ética:*

*I – subsidiar o Presidente da República e os Ministros de Estado na tomada de decisão concernente a atos de autoridade que possam implicar descumprimento das normas do Código de Conduta;*

*II – receber denúncias sobre atos de autoridade praticados em contrariedade às normas do Código de Conduta, e proceder à apuração de sua veracidade, desde que devidamente instruídas e fundamentadas, inclusive com a identificação do denunciante;*

*III – comunicar ao denunciante as providências adotadas, ao final do procedimento;*

*IV – submeter ao Presidente da República sugestões de aprimoramento do Código de Conduta;*

*V – dirimir dúvidas a respeito da interpretação das normas do Código de Conduta e deliberar sobre os casos omissos;*

*VI – dar ampla divulgação do Código de Conduta; e*

*VII – elaborar o seu regimento interno.*



Pelo Decreto n. 4.081, de 11 de janeiro de 2002, foi instituído o Código de Conduta Ética dos Agentes Públicos em Exercício na Presidência e Vice-Presidência da República, por competência da Comissão de Ética Pública, criada pelo citado Decreto, de 26 de maio de 1999.

#### 2.1.4 Responsabilidade Social

Cabe destacar o conceito de outra expressão muito utilizada no Balanço Social: a responsabilidade social. Para DE LUCA (1998,p.17), *“o conceito de responsabilidade social é muito discutido. Sabe-se que a empresa, além de um agente econômico com a missão de produzir riqueza, é também um agente social e, como um dos componentes da sociedade, deve prestar contas aos demais”*.

Segundo BRANDT (2002,p.33), *“responsabilidade social é uma forma de conduzir os negócios da empresa de tal maneira que a torna parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social”*. Na relação entre ética e responsabilidade social, BRANDT (2002,p.30) afirma que *“... responsabilidade social sem ética é uma utopia, e que ambas são indissociáveis, caso contrário tratar-se-á de atitudes hipócritas em que apenas um lado será beneficiado, e não a coletividade, como pregam os ensinamentos da ética e também da responsabilidade social”*. De igual forma, KROETZ explicita:

*O caminho do futuro passa pelo desejo de paz, da harmonia e, cada vez mais, da ligação entre o intelecto e o espírito – o homem como centro e agente (meio e fim) preparador de um novo mundo. A construção desse caminho requer a integração entre homem/tecnologia/capital, e nesse sentido ambas as intenções devem convergir para o mesmo objetivo – a preservação da aldeia global e de seus habitantes. (KROETZ,2000,p.43)*

Com relação às vocações modernas da contabilidade, SÁ (1997,p.28) destaca que *“o compromisso social da empresa com a humanidade, com o meio ambiente, com o mundo em seu todo, com a continuidade da vida, com o prodigioso avanço da ciência e da tecnologia modificou filosofias e hoje preocupa os estudos contábeis”*.

De forma abrangente, a responsabilidade social consiste na mudança individual de atitude na busca do bem coletivo. No meio empresarial, compreende o conjunto de esforços conduzido pela postura ética da entidade, convertido em ações que almejam a melhoria da qualidade de vida dos usuários internos e externos, no que tange a seus recursos humanos, ao meio ambiente em que está inserida e ao valor agregado e distribuído por ela. O demonstrativo contábil que espelha esses dados é o Balanço Social.

#### 2.1.5 Cidadania Empresarial

Outra expressão que ganha força no mundo dos negócios é a cidadania empresarial. Mas, afinal, o que é cidadania? Para PEIXE:

*Compreende cidadania não como um estado passivo de desfrutar os direitos conquistados, ou seja, concedidos de cima para baixo, nem como uma concepção abstrata, mas uma prática cotidiana de participação social e política nos destinos do Estado, com adoção de atitudes de solidariedade, cooperação, co-responsabilidade pela vida social na comunidade, onde o objetivo maior seja a felicidade e o bem-estar de todos, individual e coletivo. No cotidiano, cidadania pode ser qualquer atitude natural que implique a manifestação de uma consciência de pertinência e de responsabilidade solidária e coletiva. (PEIXE,2002,p. 154)*

PEIXE (2002,p.154) contempla que *“percebe-se que, no cotidiano, a idéia de cidadania permanece ainda, diretamente associada à de ter direitos, esquecendo-se estes indivíduos, de seus deveres”*.

Assim, o conjunto dessas atitudes, que impliquem *“a manifestação de uma consciência de pertinência e de responsabilidade solidária e coletiva”*, com o exercício dos direitos e deveres (exemplificando o respeito dos *“contratos sociais, como a obrigação de pagar tributos”*, conforme expõe PEIXE (2002,p.155)), adotado nas empresas, é denominado cidadania empresarial.

Conforme PAIVA (2001,p.34), *“sob o rótulo de cidadania empresarial encontra-se uma série de práticas bastante diversificadas, abrangendo ações de natureza filantrópica, Responsabilidade Social e ética nos negócios”*.

Sobre a abrangência do termo, a Autora ainda coloca que:

*O termo cidadania empresarial deve ser compreendido de forma ampla, abarcando todas as práticas situadas nos limites entre o mercado e o Terceiro Setor, o que, de certa forma, espelha o caráter ainda nebuloso desta nova dinâmica social. Tradicionalmente, a iniciativa privada canaliza todos os seus recursos para obtenção de lucros, melhoria de desempenho, estratégias de mercado, expansão de negócios, aumento de capital, etc. Portanto, parece incongruente que ações sociais venham ocorrendo e até se intensificando, principalmente considerando o atual contexto econômico com abertura de mercado e acirramento da concorrência. (PAIVA,2001,p.30)*

Simultaneamente à idéia de incongruência de ações sociais no contexto de abertura de mercado e acirramento da concorrência, há que se fazer outra colocação ímpar. Segundo PAIVA (2001,p.31), *“esse envolvimento da classe empresarial com ações sociais, em alguns casos, recebe críticas em função de ter o objetivo de usar essas ações como marketing para a empresa (marketização da miséria social)”*.

Portanto, acredita-se que o aumento do número de ações sociais deve-se, em grande parte, pela própria concorrência de mercado, fazendo parte da estratégia da empresa, como motivação de rentabilidade e de sustentabilidade, haja vista que, conforme cita PAIVA (2001,p.32), *“pesquisas mostram que as empresas que apoiam*

*instituições beneficentes capturam 80% a mais de clientes do que as não apoiadoras, em igualdade de qualidade e preço do produto. E mais, 60% dos consumidores se dispõem a trocar de marca para outra um pouco inferior se a empresa que a fabrica apoia entidades beneficentes". A Autora acrescenta que "a própria sociedade saberá distinguir e expurgar os investimentos sociais realizados com interesses obscuros, duvidosos e de exploração de pessoas, respaldados numa falsa cidadania empresarial, na busca do lucro sem ética".*

As ações de natureza filantrópica mencionadas, constantes da cidadania empresarial, restringem-se ao presente, enquanto a cidadania empresarial, deve preocupar-se com o longo prazo, conforme expõe PAIVA:

*É importante fazer a seguinte distinção: as doações de bens materiais, financeiros, de consumo, etc. correspondem a ações de filantropia empresarial e, dessa forma, atenuam momentaneamente o problema, ou seja, têm a natureza caritativa. Já a cidadania empresarial, propriamente dita, corresponde a uma intervenção política mais profunda e duradoura, visando ao resgate da cidadania de segmentos excluídos ou marginalizados da sociedade (PAIVA,2001,p.31)*

Com relação a esse resgate da cidadania torna-se interessante ressaltar idéias de Autores sobre os limites da responsabilidade social das empresas.

Para PAIVA:

*Certamente não cabe ao mercado resolver os problemas sociais. Seu objetivo é recuperar o investimento realizado e o lucro por meio da produção de bens e serviços. Apesar de salutar e oportuna contribuição empresarial, no âmbito social, devemos ter uma visão crítica e prudente quanto a essa participação, pois ainda é difícil avaliar o grau de comprometimento da classe empresarial com essas atividades sociais. Por outro lado, não cabe ao Terceiro Setor assumir atribuições e responsabilidades além da sua capacidade material, financeira, tecnológica e humana, e diferentes dos seus objetivos institucionais. Em outras palavras, não lhe cabe substituir desmensuradamente as omissões e/ou incompetências do Estado nas soluções dos problemas sociais. (PAIVA,2001,p.32)*

Já ARAÚJO (2001,p.80), ao citar MARIANO, destaca que *“partindo do pressuposto de que a empresa é um segmento importante da sociedade e exerce enorme influência na forma pela qual a sociedade existe, sustenta que a Responsabilidade Social de uma empresa é ilimitada. Veja-se, que na opinião desta autora, o compromisso social de uma empresa não tem fronteiras nem limites”*. ARAÚJO, ao comentar sobre uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), cujo objeto foi o estudo do campo social brasileiro, destacou que *“a pesquisa enfatizou que esta é uma importante contribuição ao país, uma vez que o Estado não tem condições, gerenciais e financeiras, de arcar sozinho com essa responsabilidade”*.

Assim, as dimensões da responsabilidade social não se mostram definidas. Afinal, apesar das importantes contribuições do Mercado e do Terceiro Setor, o Estado não tem a obrigação de assegurar as devidas condições sociais para os cidadãos? Ou o Estado não tem como proporcionar essas condições sociais?

Porém, apesar dessa reflexão, o que não se discute é que as empresas não podem prejudicar o meio ambiente em que estão inseridas, devendo suprimir ou moderar os efeitos negativos que provocam ou podem vir a provocar, nem deixar de oferecer as condições mínimas de trabalho a seus empregados: boas condições de higiene e segurança e adequada política de recursos humanos. Isso é obrigação das empresas. Ademais, depois de alcançar esse estágio de cumprimento de suas obrigações, as empresas podem ou devem, de acordo com suas posturas diante do mercado e da comunidade, agir com ações que venham beneficiar a sociedade, gerando renda e emprego, de forma ainda mais eqüitativa. Como *feedback* para esse comportamento ético, PEROTTONI (2002,p.52) expõe que *“seus produtos,*

*serviços e sua imagem adquirem força e tornam-se mais conhecidos, ganhando maior espaço na comunidade, com funcionários, fornecedores, acionistas e governo. Os próprios concorrentes passam a reconhecer e respeitar o seu valor. Tudo isso é fruto do uso da cidadania empresarial como vantagem competitiva”.*

## 2.2 CONTEXTUALIZAÇÃO, CONCEITUAÇÃO E USUÁRIOS DO BALANÇO SOCIAL

Após reflexão sobre ética, responsabilidade social e cidadania empresarial, enfoca-se o contexto histórico do surgimento, os conceitos e a quem se dirige o Balanço Social.

### 2.2.1 Contextualização Histórica do Balanço Social

Dentro dos conceitos de ética, de responsabilidade social e de cidadania empresarial aparece o Balanço Social.

Com relação à origem do Balanço Social, KROETZ (2002,p.49) aponta que “o balanço social é resultado de pressões sociais, que objetivavam melhorar o processo de transparência entre as entidades e a sociedade (interna e externa)”.

No ambiente internacional cita o Editorial do IBASE:

*Nos anos 60, nos EUA e na Europa, o repúdio da população à guerra do Vietnã deu início a um movimento de boicote à aquisição de produtos e ações de algumas empresas ligadas ao conflito. A sociedade exigia uma nova postura ética e diversas empresas passaram a prestar contas de suas ações e objetivos sociais. A elaboração e divulgação anual de relatórios com informações de caráter social resultaram no que hoje se chama de balanço social. (EDITORIAL DO IBASE,2002,p.1)*

Em termos de exigência legal, TINOCO (2001,p.30) destaca que “como se sabe, a França foi o primeiro país do mundo a implantar uma lei sobre o balanço social, seguido de Portugal, ...”. Mais especificamente, TINOCO (2001,p.30) expõe que “a lei francesa sobre o balanço é denominada Lei n. 77.769, de 12 de julho de 1977, ...” e que “essa lei foi posta em prática pela primeira vez em 1979, submetendo as empresas que possuíam 300 ou mais funcionários a publicar o balanço social. Contudo, já desde a década de 60 várias empresas na França vinham elaborando o balanço social”.

Com relação ao conteúdo daquela lei, TINOCO (2002,p.61) cita que “a lei (francesa) divide-se, em síntese, em sete grandes capítulos de informações, que são: I – Emprego. II – Remuneração e encargos acessórios. III – Condições de higiene e de segurança no trabalho, IV – Outras condições de trabalho. V – Formação. VI – Relações profissionais. VII – Outras condições de vida dependentes da empresa”. Assim, retratava apenas as questões relativas a recursos humanos.

Para VASCONCELOS:

*O Balanço Social, internacionalmente, apresenta ênfases distintas. Por exemplo, na Holanda e na Alemanha, o enfoque direciona-se às informações acerca das condições laborais; na França, o panorama não difere muito, pois a ênfase é a informação sobre empregados. Na Suécia, o empregado é realmente visto como usuário da informação evidenciada nos Balanços Sociais de suas empresas. A intersecção destes modelos é, de fato, a focagem nos aspectos laborais. Nesse contexto, nos cabe refletir sobre o foco melhor compatível com a nossa realidade socioeconômica e com a cultura organizacional predominante. (VASCONCELOS,2001,p.84)*

Portanto, o conteúdo de um Balanço Social é bastante diversificado, cabendo a cada país perceber a necessidade de divulgar as informações de cunho social, de acordo com sua realidade.

No panorama nacional, o Balanço Social surge na década de 70. Segundo o Editorial do IBASE:

*No Brasil a idéia começou a ser discutida na década de 70. Contudo, apenas nos anos 80 surgiram os primeiros balanços sociais de empresas. A partir da década de 90 corporações de diferentes setores passaram a publicar balanço social anualmente. A proposta, no entanto, só ganhou visibilidade nacional quando o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, lançou, em junho de 1997, uma campanha pela divulgação voluntária do balanço social". (EDITORIAL DO IBASE, 2002, p. 1)*

Diante do cenário de crescimento das atividades econômicas, de avanços tecnológicos e de aumento populacional, RIBEIRO lembra que:

*A sociedade sobrevive dos benefícios gerados pelas atividades econômicas, bem como sofre os impactos destas. Os efeitos nocivos decorrentes dessas atividades econômicas não internalizados oneram o meio externo, acarretando perdas na qualidade de vida da população (aumento do índice de doenças) e destruição dos recursos naturais (contaminação das águas, do ar, dos solos, extinção de espécies animais, vegetais e minerais, etc.). (RIBEIRO, 1999, p. 74)*

Na sua relação com a contabilidade, KROETZ cita:

*A sociedade sempre esperou da ciência contábil sua parcela de comprometimento com a busca do bem-estar social, todavia precisar a origem do Balanço Social torna-se difícil, na medida em que se aceita essa premissa. Contudo, já há um consenso que se trata de uma demonstração estudada e desenvolvida a partir da primeira metade do século XX. (KROETZ, 2000, p. 45)*

Assim, o Balanço Social surge da conscientização, pelos cidadãos, da importância do papel social das entidades econômicas, que não se sustentam se não disponibilizarem à comunidade mais do que seus empregos, produtos e serviços. A sociedade quer algo mais: a participação das empresas na melhoria da qualidade de vida, seja dentro dessas próprias entidades, em se tratando de seus empregados, ou na localidade em que se encontram instaladas, no que se refere a



meio ambiente e ao valor que possam agregar para a comunidade. E cabe à Contabilidade exprimir essas informações.

## 2.2.2 Conceituação do Balanço Social

Em termos de conceito, RIBEIRO descreve o Balanço Social como:

*... instrumento de informação da empresa para a sociedade, por meio do qual deve ser explicitada a justificativa para sua existência. Em síntese, esta justificativa deve provar que o seu custo-benefício é positivo, porque agrega valor à economia e à sociedade, porque respeita os direitos humanos de seus colaboradores e, ainda, porque desenvolve todo o seu processo operacional sem agredir o meio ambiente. (RIBEIRO, 1999, p.72)*

Para TINOCO:

*Balanço social é um instrumento de gestão e de informação que visa a evidenciar, da forma mais transparente possível, informações econômicas, ambientais e sociais do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários, entre estes: pessoas envolvidas na geração de valor, financiadores, governos, clientes, fornecedores e comunidade. (TINOCO, 2002, p.57)*

O Balanço Social consolida-se, pois, como um demonstrativo contábil complementar, que pode evidenciar questões relacionadas a recursos humanos, ao valor agregado pela entidade e à preocupação com o meio ambiente.

BRANDT acredita que:

*A empresa poderá demonstrar suas ações sociais através do Balanço Social, que complementarmente seu sistema de informação contábil, permitindo aos interessados, e aí está incluída a sociedade como um todo, conhecer a atuação social da empresa, seu posicionamento perante a comunidade e o meio ambiente, bem como seu relacionamento com seus colaboradores. (BRANDT, 2002, p.33)*

A importância do Balanço Social provém de ser ele um instrumento de medida do custo-benefício no desenvolvimento de atividades das empresas. Afinal, a

sociedade passa a exigir respostas para muitas perguntas. Há agressão ao meio ambiente? Há condições adequadas de trabalho? Há adição de valor à economia? E, diante da diversificação e complexidade dos produtos e processos e da acirrada concorrência, as empresas deverão reduzir as margens de lucro a curto prazo, pois, caso contrário, a longo prazo, a sustentabilidade das entidades poderá estar ameaçada.

Quanto às fontes das informações, que devem constar do Balanço Social, TINOCO (2002,p.62) cita três departamentos que se destacam nessa atribuição: os departamentos de recursos humanos, de contabilidade e de sistemas de informações. Para o Autor:

*O balanço social procura utilizar ao máximo os indicadores disponíveis nos diversos departamentos funcionais das organizações, sendo sua função básica reunir estes indicadores e dar-lhes um tratamento adequado em termos de disclosure para os agentes sociais. A série de **indicadores** que se pode extrair do balanço social tanto de ordem quantitativa como qualitativa é numerosa. Pode se obter indicadores de caráter econômico, tais como: valor adicionado por trabalhador; a relação entre salários pagos ao trabalhador em relação ao valor adicionado; a relação entre salários e receitas brutas da empresa; a contribuição do valor adicionado da empresa para o Produto Interno Bruto; a produtividade social da empresa; a carga tributária da empresa em relação ao seu valor adicionado, etc. Os indicadores de caráter social podem ser, por exemplo: a evolução do emprego na empresa; a promoção dos trabalhadores na escala salarial da empresa; a relação entre a remuneração do pessoal em nível de gerência e os operários; a participação e evolução do pessoal por sexo e instrução; a classificação do pessoal por faixa etária; a classificação por antiguidade na empresa; o nível de absenteísmo; benefícios sociais concedidos (médico, odontológico, moradia, educação); política de higiene e segurança no trabalho; política de proteção ao meio ambiente, etc. (TINOCO,2002,p.62)*

A disponibilidade desses indicadores econômicos e sociais dependerá do nível em que a empresa encontra-se em termos de geração de informação, em sua contabilidade gerencial.

### 2.2.3 Usuários do Balanço Social

Situando-se as condições de surgimento do Balanço Social, bem como seus conceitos, passa-se a mencionar quais são seus principais usuários e para que fim podem utilizá-lo.

Na era da informação, TINOCO (2002,p.58) expõe que *“observa-se, presentemente, que o acesso à informação de boa qualidade é um pré-requisito para o exercício da cidadania, vale dizer, condição essencial para que os problemas socioeconômicos sejam debatidos e resolvidos a partir do convívio democrático entre os grupos sociais”*. No importante exercício da cidadania é papel da contabilidade desempenhar essa função informativa, pois, conforme TINOCO (2002,p.64), *“o balanço social tem por objetivo ser eqüitativo e comunicar informação que satisfaça à necessidade de todos aqueles que dela precisam. Essa é a missão da Contabilidade como ciência; reportar informação contábil, financeira, econômica, social, física, de produtividade e de qualidade”*.

KROETZ (2000,p.84) aponta os seguintes usuários do Balanço Social: trabalhadores, acionistas, governos, fornecedores, concorrentes, diretores/administradores, estudiosos, clientes, sociedade e sindicatos.

Para os trabalhadores, o Autor destaca que:

*As informações contidas na demonstração do Balanço Social podem proporcionar aos trabalhadores subsídios para negociações com a categoria patronal. Também são importantes por apresentar indicadores que revelam a influência que a entidade exerce sobre a sociedade e, principalmente, por divulgar as ações desenvolvidas em benefício do quadro funcional, além de construir um conjunto de características que representam o perfil de seus funcionários (faixa etária, nível de absenteísmo, faixas salariais, qualificação, escolaridade etc.). (KROETZ,2000,p.85)*

Na mesma linha de raciocínio, os sindicatos poderiam usar as informações do Balanço Social para as negociações trabalhistas.

Com relação aos acionistas, KROETZ (2000,p.85) comenta que o Balanço Social *“... oferece um conjunto de informações que complementam as demonstrações contábeis e financeiras, registrando ações na área social e ecológica, na base temporal passado/presente/futuro, permitindo maior segurança na tomada de decisão em relação a seus investimentos”*.

Os benefícios do Balanço Social, no processo de tomada de decisão, também são expostos pelo Autor, para os diretores/administradores:

*Com os diretores/administradores o Balanço Social contribui por se constituir num instrumento de controle, de planejamento e de tomada de decisão, permitindo identificar tendências e oportunidades internas e externas, desencadeando, assim, ações capazes de melhorar os dois ambientes. O Balanço Social, na realidade, oferece subsídios para que sejam julgados os corpos diretivos, não apenas em função dos resultados econômicos, mas também dos resultados sociais e ecológicos. (KROETZ,2000,p.85)*

Contemplando o ciclo do processo produtivo, KROETZ (2000,p.85) cita que *“aos fornecedores demonstra as políticas implementadas na área social e ecológica, aumentando sua confiabilidade em relação à entidade com a qual negociam”* e *“aos clientes, o Balanço Social apresenta uma realidade diversa da comumente divulgada, em que eles terão a oportunidade de conhecer as políticas da entidade, suas ações que têm influência no ambiente social e ecológico, sua relação com os funcionários, etc.,...”*.

Para a sociedade parece ficar muito claro. Segundo expõe KROETZ (2000,p.86): *“o Balanço Social desenvolve-se com a intenção de suprir tal necessidade informativa, deixando a comunidade a par dos acontecimentos,*

*favoráveis e desfavoráveis, internos e externos, decorrentes da atividade desenvolvida”.*

Aos governos e aos estudiosos constata-se a importância do banco de dados proporcionado pelo Balanço Social, possibilitando a geração de informações preciosas para diversos fins (pesquisas, planejamento de ações).

Até mesmo para os concorrentes o Balanço Social pode ser precioso, haja vista que, como afirma KROETZ (2000,p.86), *“são considerados usuários das informações do Balanço Social, pois aproveitam tais dados para investigar a vida da entidade divulgadora, projetando o nível de competitividade, novas tendências, distribuição do mercado, formas de financiamento, outras ações desenvolvidas em termos de responsabilidade social e ambiental”.*

De uma forma geral, para PEROTTONI:

*Com o crescimento do número de empresas que vêm publicando o seu Balanço Social, vem, também, aumentando o número de usuários destas informações. Cada um desses usuários com suas próprias necessidades de informações. Por isso, temos que procurar elaborar demonstrativos, observando os requisitos individuais de cada um, para que o mesmo, efetivamente, agregue valor e supere as expectativas dos usuários. (PEROTTONI,2002,p.56)*

Verifica-se, portanto, que o Balanço Social é de grande valia para uma gama de usuários, por ser mais uma fonte de informações úteis da entidade, não disponíveis nas demonstrações contábeis tradicionais. É preciso saber usá-lo como instrumento de conhecimento e de mudança/ajuste da situação exposta.

## 2.3 METODOLOGIAS APLICADAS DE BALANÇO SOCIAL

No presente item contempla-se os princípios básicos de elaboração de uma metodologia de Balanço Social. Cita-se algumas metodologias aplicadas e enfatiza-se o modelo do IBASE e o Relatório do Instituto ETHOS.

### 2.3.1 Princípios de uma Metodologia

Não existe um modelo legal de Balanço Social que se possa adotar como padrão. Porém, KROETZ ressalta que, de início, alguns princípios devem ser observados na elaboração de uma metodologia, quais sejam::

- *Pertinência* – a informação deve ser relevante, clara e concisa, devendo refletir a realidade;
- *Objetividade* – a informação deve ser factual, não distorcida (fidelidade), expressando os fatos de uma forma independente, relativamente aos juízos pessoais de quem a prepara (neutralidade);
- *Continuidade* – as práticas de coleta, registro e demonstração devem manter-se de um período para o outro. A falta de continuidade diminui a comparabilidade dos dados e pode ocultar certa manipulação de informação;
- *Uniformidade ou consistência* – a informação deve permitir comparações, usando dados de anos anteriores, normas e valores médios de cada setor e/ou outros valores representativos publicados por organismos nacionais e internacionais etc. A comparabilidade supõe certo grau de padronização, e, em casos de alteração dos procedimentos, deve ser explicada em notas específicas;
- *Certificação* – a informação deve ser susceptível de ser confirmada e certificada por uma entidade independente da organização e dos destinatários da informação. (KROETZ,2000,p.108)

Portanto, qualquer que seja a metodologia utilizada pela empresa, deve atender a princípios como pertinência, objetividade, continuidade, uniformidade ou consistência e certificação, para que o Balanço Social realmente seja um instrumento de informação e de gestão sério e útil a seus usuários.

### 2.3.2 Metodologias de Balanço Social

Internacionalmente KROETZ (2000,p.109) aponta seis importantes metodologias: *Modelo de Linowes* (1972 – contas de exploração social), *Modelo da empresa consultora “Matrix”* (Inglaterra), *Modelo da empresa Steag* (Alemanha), *Modelo do departamento de “Business Administration” da Universidade de Estocolmo* (Suécia), *Modelo do Instituto Nacional de Indústrias (INI) da Espanha* e *Modelo da conta de Exploração “Social”* (empresa ABT Associates, Inc. – EUA).

Quanto às metodologias aplicadas no Brasil, TINOCO (2001,p.137) expõe que “o início deu-se com as publicações pioneiras da Telebrás e de algumas de suas controladas, no exercício de 1990, da CMTC – Cia. Municipal de Transportes Coletivos de São Paulo em 1991 e do Banespa, no exercício de 1992”.

Para publicações recentes de Balanços Sociais, KROETZ (2000,p.127) seleciona uma amostra de “organizações de diferentes Estados da Federação e de ramos distintos”: Grupo RBS, Companhia Carris Porto-Alegrense, Usiminas, Organização Odebrecht e Febraban. KROETZ (2000,p.127) conclui que “praticamente, todas as entidades procuram apresentar, por meio de dados qualitativos e quantitativos, suas influências positivas para com funcionários, comunidade, governo e meio ambiente, não divulgando possíveis influências negativas, seguindo parte do Modelo de Balanço Social do Instituto Nacional de Indústria da Espanha, e também a lei francesa”.

Como pontos comuns encontrados nos balanços analisados, KROETZ menciona que:

1. divulgam dados quantitativos e qualitativos, com predominância para os qualitativos;
2. apresentam valores gastos na remuneração de: funcionários, administradores, acionistas, terceiros e governos;
3. revelam preocupação com o quadro funcional, e são dados que compõem a maioria das informações contidas nos Balanços Sociais;
4. demonstram o apoio e investimentos a programas de educação, cultura, esporte e lazer, no âmbito interno e externo à organização;
5. desenvolvem projetos na área de saúde, procurando divulgar tais resultados;
6. divulgam valores investidos e iniciativas implementadas na área do meio ambiente;
7. apresentam outras contribuições à comunidade. (KROETZ,2000,p.128)

Como variáveis encontradas em apenas algumas demonstrações, o Autor destaca:

1. da demonstração do valor adicionado;
2. da missão, das políticas e dos valores da organização;
3. do programa de participação nos resultados;
4. dos incentivos à criação de cooperativas;
5. do reconhecimento do público;
6. das áreas de negócio, em que a entidade atua;
7. dos indicadores de ecoeficiência;
8. da relação da entidade com o cliente;
9. da participação no mercado. (KROETZ,2000,p.128)

Para KROETZ (2000,p.108), “diversas metodologias foram desenvolvidas para o Balanço Social. Algumas tornaram-se leis (exemplo: Portugal e França); outras são originárias da criatividade das pessoas que atuam na entidade. Entre essas, algumas atendem, satisfatoriamente, às necessidades; outras servem somente como instrumento de marketing”. Por isso, destaca-se a importância de um modelo padrão, em atendimento aos princípios acima elencados e com informações mínimas, para a iniciativa privada e para o setor público, para que se evite a manipulação de dados e a divulgação de apenas aquilo que interessa à entidade.

Este tópico objetiva informar que existem muitas metodologias empregadas no setor privado, nacional e internacionalmente.



### 2.3.3 Modelo do IBASE e Relatório do Instituto ETHOS

Dentre as metodologias utilizadas, destaca-se aquela desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), que, segundo TINOCO (2001,p.1999), *“em colaboração com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) apresentou o modelo de Balanço Social que vem sendo adotado por cerca de 70 empresas no Brasil”*.

Assim, com a participação conjunta do IBASE, as empresas passaram a contar com um modelo de Balanço Social Anual e, a partir de 1998, com o Selo Balanço Social/Betinho, que premia as entidades que publicam o demonstrativo dentro da metodologia proposta pela entidade, conforme informações provenientes do site do Instituto.

Segundo SILVA (2001,p.26), *“o modelo de balanço social citado foi desenvolvido no Ibase, em parceria com técnicos, pesquisadores e diversos representantes de instituições públicas e privadas. Esse foi concebido e concluído ainda durante o primeiro semestre de 1997, como resultado de inúmeras reuniões e debates”*.

O modelo Balanço Social Anual – 2001 do IBASE, extraído do site deste Instituto, traz itens como base de cálculo da receita líquida, do resultado operacional e da folha de pagamento bruta, indicadores sociais internos (alimentação, encargos sociais compulsórios, previdência privada, saúde, segurança e medicina no trabalho, educação, cultura, capacitação e desenvolvimento profissional, creches ou auxílio-creche e participação nos lucros ou resultados), indicadores sociais externos (educação, cultura, saúde e saneamento, habitação, esporte, lazer e diversão,

creches e alimentação), indicadores ambientais (relacionados com a operação da empresa e em programas e/ou projetos externos), indicadores do corpo funcional (número de empregados ao final do período, número de admissões durante o período, número de empregados terceirizados, número de empregados acima de 45 anos, número de mulheres que trabalham na empresa, percentual de cargos de chefia ocupados por mulheres, número de negros que trabalham na empresa, percentual de cargos de chefia ocupados por negros e número de empregados portadores de deficiência) e informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial (relação entre a maior e a menor remuneração na empresa, número total de acidentes de trabalho e outros).

O Instituto ETHOS também desenvolve pesquisas sobre a responsabilidade social das empresas e sugere um Guia de Elaboração do Balanço Social:

*A proposta é de que o relatório contenha informações sobre o perfil do empreendimento, histórico da empresa, seus princípios e valores, governança corporativa, diálogo com partes interessadas e indicadores de desempenho econômico, social e ambiental. O relatório deve apresentar também um demonstrativo do Balanço Social desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), iniciativas de interesse da sociedade (projetos sociais) e de promoção da responsabilidade social em nível local, nacional e global, entre outros indicadores de desempenho da gestão como geração de riqueza, produtividade e investimentos. (INSTITUTO ETHOS, 2002, p. 1).*

Portanto, a proposta do Instituto ETHOS consiste numa estrutura mais ampla, abrangendo não somente o demonstrativo do Balanço Social, mas uma série de outras informações sobre a empresa e sua ligação com o meio.

## 2.4 INICIATIVAS LEGAIS NO BRASIL

Dentro do aspecto legal, existem atualmente Leis e Projetos de Lei que tratam da publicação do Balanço Social. Conforme informações obtidas pelo Editorial do IBASE, na esfera federal, o Projeto de Lei número 32/99, do deputado Paulo Rocha, que substitui o Projeto de Lei número 3.116/97, de autoria das deputadas Marta Suplicy, Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling, propõe a obrigatoriedade do Balanço Social para todas as empresas públicas e para as empresas privadas, com 100 ou mais funcionários. O Estado do Rio Grande do Sul já tem lei que regulamenta a matéria. É a Lei n. 11.440, de 18 de janeiro de 2000, que institui o Balanço Social para as empresas estabelecidas naquele Estado. Na esfera municipal, existem iniciativas legais nos Municípios de São Paulo/SP, Santo André/SP, Porto Alegre/RS, João Pessoa/PB e Uberlândia/MG.

Porém, para PEROTTONI:

*As discussões estão abertas e caminha-se, ao que tudo indica, para uma legislação que padronize as informações, mas não torne compulsória a sua elaboração e/ou publicação. Com a adesão, cada vez maior, de empresas, principalmente as de grande porte, divulgando suas atividades sociais por meio do Balanço Social, as demais deverão seguir o mesmo caminho, não por imposição legal, mas por exigência da sociedade. Com certeza, a obrigatoriedade social será um fator superior à obrigatoriedade legal. (PEROTTONI, 2002, p. 54)*

Com relação ao Projeto de Lei em tramitação no Congresso Nacional, PEROTTONI comenta que:

*Tornar obrigatória a divulgação das atividades sociais das empresas afronta o princípio fundamental que regula as relações sociais, que é o espírito liberal, tão importante para o sucesso desse relacionamento. Estabelecer a obrigatoriedade da publicação será uma forma de inibir iniciativas, hoje já concretas, de ampla informação da política social de cada entidade, passando estas, por certo, a informar somente o estritamente exigido pela legislação. Nos moldes propostos,*

*o Projeto de Lei em tramitação no Congresso Nacional coloca em risco o que buscamos e estamos conseguindo a duras penas: uma relação direta e livre no relacionamento entre capital e trabalho. O Projeto também é discriminatório quando exige a divulgação dos dados sobre cor, sexo e valores de remunerações e proporcionalidade de cargos ocupados por mulheres e negros em relação ao número de cargos existentes na empresa e outros dados que podem tornar a divulgação do Balanço Social uma poderosa arma contra a instituição, por parte de inescrupulosos manipuladores de dados. Por essas e outras razões é que deveremos parar e pensar, seriamente, sobre a necessidade, ou não, de termos uma legislação que obrigue as empresas a publicarem as informações ligadas a sua política e atuação social. (PEROTTONI, 2002, p.55)*

Nos comentários supramencionados surgem pontos polêmicos. As questões de obrigatoriedade de publicação legal x obrigatoriedade de publicação social, bem como de padronização das informações divulgadas, serão discutidas no próximo item do estudo. O que cabe aqui observar é com relação à idéia de ser o Projeto discriminatório. Afinal, a divulgação dos dados sobre cor, sexo, valores de remunerações e proporcionalidade de cargos ocupados por mulheres e negros em relação ao número de cargos existentes na empresa é discriminatória ou procura estabelecer correlações da empresa com as classes consideradas “menos favorecidas” pela sociedade? Esses dados poderiam virar uma arma contra a empresa? Certamente são questões que precisam ser refletidas.

## 2.5 OBRIGATORIEDADE, PADRONIZAÇÃO E RESPONSABILIDADE

Apresenta-se, a seguir, idéias de Autores sobre a obrigatoriedade de publicação, a padronização de modelo e a responsabilidade pela elaboração do Balanço Social.

### 2.5.1 Obrigatoriedade de Publicação do Balanço Social

Como já foi citado, uma questão que merece destaque é a obrigatoriedade, ou não, de publicação do Balanço Social. Para PEROTTONI:

*Sempre defendemos que não deveríamos ter uma legislação que tornasse compulsória a divulgação das atividades sociais realizadas pelas empresas. O próprio Betinho, em artigo divulgado pela Folha de São Paulo, em 7 de abril de 1997, entendeu ser essa solução ideal e uma das condições para que esta idéia dê certo. Este posicionamento é defendido, também, pelo IBASE". (PEROTTONI, 2002, p. 54)*

VASCONCELOS acredita que:

*A maior das motivações à publicação do Balanço Social é a funcionalidade do emprego gerencial; e o grande desafio do Contador é motivar os empresários à sua publicação. O curso normal do processo de consolidação da matéria no País seria a preocupação com o "motivar" em detrimento da preocupação com o "obrigar". Tem ocorrido exatamente o contrário. As ações que beneficiam às comunidades retornam à empresa na forma de reconhecimento; reconhecimento este que, se aliado à qualidade do produto e/ou serviço, traduz-se em sustentação e até em crescimento de mercado. É forçoso enfatizar que o fato de atribuirmos ao Balanço Social essa instrumentalidade gerencial e identificarmos nele uma oportunidade de mercado, não estamos reduzindo a peça a um mero instrumento de marketing, pois essa não é a motivação à sua elaboração, conforme já exposto. Não é a publicação do Balanço Social que tornam melhores as empresas na concepção da sociedade, mas, sim, suas ações no campo social. (VASCONCELOS, 2002, p. 86)*

Acredita-se, pois, que a obrigatoriedade de publicação social irá transpor-se à obrigatoriedade de publicação legal, em virtude do reconhecimento pela sociedade, cabendo ao Contador motivar os empresários a publicarem os Balanços Sociais de suas empresas, demonstrando os benefícios que essa atitude traz a elas.

## 2.5.2 Padronização de Modelo de Balanço Social

Outro importante assunto é a padronização de modelo de Balanço Social, para os setores privado e público, em atendimento à necessidade informativa de seus usuários. Para PEROTTONI:

*Para atendermos da melhor maneira possível estes usuários, é necessário que tenhamos uma padronização na elaboração e publicação do Balanço Social. Precisamos lutar por uma legislação que determine regras a serem seguidas por todos. Não incluímos aqui a obrigatoriedade de publicação, para que possamos analisar, comparativamente, esses demonstrativos e desenvolver um sistema de indicadores transparentes, confiáveis e comparáveis. É necessário, como já foi dito, haver uma padronização na elaboração do Balanço Social por parte das empresas por meio de normas simples e claras para todos: empresários e usuários. Isso pode ser estabelecido mediante uma legislação que deve ser amplamente analisada e discutida com todas as partes interessadas. Precisamos estabelecer informações mínimas a serem divulgadas e que sejam efetivamente relevantes tanto para o público interno como para o público externo. Atualmente, por não existir uma regulamentação, as instituições divulgam dados que lhe sejam convenientes e por ela julgados relevantes, mas, nem por isso, o procedimento de elaboração e divulgação do Balanço Social, espontaneamente feito pelas empresas, deixa de ser altamente elogiável. O que precisam é melhorar essa situação para que possamos ter possibilidades maiores de análise dos dados e, também, comparabilidade. (PEROTTONI, 2002, p. 56)*

E ainda, a respeito da evidenciação das informações no Balanço Social, VASCONCELLOS expõe que:

*O Balanço Social, mais que um avanço social, é uma oportunidade para que os profissionais da área reflitam sobre o que é necessário evidenciar nas Demonstrações Contábeis e, ainda, de que forma evidenciar. A evidenciação deve ser dosada tomando-se como referencial a qualificação e o preparo de seu usuário: qual o perfil do usuário-alvo? Qual o background educacional daquele que receberá a informação? Quais as circunstâncias que envolvem a geração da informação? Qual a extensão da informação a ser evidenciada? (VASCONCELLOS, 2001, p. 87)*

Portanto, com o objetivo de melhorar a qualidade das informações constantes do Balanço Social, a legislação deveria contemplar um modelo, a ser amplamente

discutido pelos interessados, que trouxesse os princípios que deveriam nortear sua elaboração, bem como as condições e informações mínimas, evitando a manipulação de dados e a simples publicação do que apenas é benéfico à empresa. Não se estaria tolhendo a liberdade da entidade em divulgar informações, pois ela poderia divulgar quaisquer outros dados que considerasse importante, mas deveria publicar, pelo menos, aqueles introduzidos pela legislação, melhorando, até mesmo, a questão da comparabilidade dos demonstrativos. Porém, uma questão para reflexão: as empresas ficariam inibidas de publicar seus Balanços Sociais diante de dados contidos nessas informações mínimas que não queiram divulgar, com receio de que virem uma arma contra elas próprias?

### 2.5.3 Responsabilidade pela Elaboração do Balanço Social

Para TINOCO (2002,p.58), *“o balanço social tem sua origem na Contabilidade das empresas. Como sabemos, é normalmente por meio da Contabilidade que as entidades divulgam aos seus diferenciados usuários o seu desempenho econômico, financeiro, social e de responsabilidade corporativa e pública”*. TINOCO (2002,p.61) complementa: *“com o advento destas informações de caráter social, que passaram a ser veiculadas com as peças contábeis das empresas, estava aberto o caminho para um passo adiante na Contabilidade como ciência de reportar informação para os mais diferenciados usuários. Este processo consubstancia-se na elaboração do balanço social”*. Com relação à forma como essas informações devam ser publicadas, TINOCO (2002,p.62) menciona que *“nosso entendimento é de que a informação social e a informação econômica devam caminhar e ser divulgadas*

*juntas, como aliás já é feita por algumas empresas na Inglaterra, Holanda, Bélgica, Portugal e outros países europeus”.*

Porém, PEROTTONI (2002,p.56) vê de outra forma e critica: *“outro ponto que julgamos importante é a atribuição de responsabilidade pela elaboração do Balanço Social. Hoje, na maioria das empresas que o elaboram, essa responsabilidade é delegada ou foi assumida pelo Departamento de Recursos Humanos”.* E assume a posição de que *“o Balanço Social tem como finalidade demonstrar a seus usuários, de forma transparente e confiável, como foram investidos os recursos gerados pela atividade da empresa e, sem sombra de dúvidas, a fonte de dados para a sua elaboração é a Contabilidade”.* Assim sua posição é a seguinte: *“portanto, defendemos que a responsabilidade pela elaboração do Balanço Social é do profissional responsável pela Contabilidade da empresa, legalmente habilitado”.*

E para finalizar PEROTTONI expõe:

*Nós, profissionais de Contabilidade, devemos nos movimentar e trabalhar para o convencimento dos empresários da importância da divulgação de informações para a sociedade como um todo e para que atinjam um universo de pessoas bem maior do que o atingido atualmente pelas demonstrações contábeis, que são elaboradas e publicadas no fim de cada exercício social. Cabe a nós pressionar os legisladores e as entidades para que procurem editar normas de padronização de procedimentos para a elaboração e publicação dessas informações, sem torná-la compulsória, pois, por certo, a exigência da sociedade, a obrigatoriedade social, serão estes os fatores determinantes, como aconteceu em outros países em que a comunidade conseguiu conscientizar os donos do capital dos benefícios que a divulgação do Balanço Social traz para o desenvolvimento da atividade empresarial, mostrando o quanto é importante o bom relacionamento com a comunidade. (PEROTTONI,2002,p.56)*

Desta forma, fica claro que os Autores defendem a Contabilidade como fonte das informações constantes do Balanço Social e que, consequentemente, o Contador é o responsável em aglutinar as informações e disponibilizá-las à sociedade. Porém, necessitará do apoio de outros departamentos da empresa, como



o de recursos humanos e o de sistema de informações, que contêm determinados dados pormenorizados os quais serão úteis à feitura do Balanço Social.

## 2.6 BALANÇO SOCIAL NA ESFERA PÚBLICA

Conforme se pode verificar no item 2.3.3., o modelo do IBASE relaciona-se intimamente com o setor privado.

Para SOUZA (2002,p.1), *“agora é chegado o momento de orientar a proposta para as empresas públicas – municipais, estaduais e federais. Enfim, todas as instituições públicas que atuam na sociedade: as prefeituras, governos estaduais e respectivas secretarias, universidade e organizações não governamentais”*. Na esfera pública, a questão da responsabilidade social é ainda mais profunda, pois como expõe SOUZA (2002,p.1), *“o setor público possui o desafio de conciliar a eficiência das empresas privadas, sem deixar de representar a política formal de interesses gerais da sociedade, um meio essencial para a satisfação do interesse público”*.

O modelo sugerido pelo IBASE necessita sofrer mudanças que atendam às características peculiares da esfera pública, como afirma SOUZA (2002,p.1): *“as adaptações do setor público são mais específicas. A estrutura pública é complexa e diferenciada. Refere-se à caracterização do projeto, à dimensão social. A partir de algumas iniciativas concretas, tomadas por essas instituições, pode-se chegar a um modelo comum”*.

Conforme já mencionado, quanto a iniciativas constatadas na esfera municipal, destacam-se a Prefeitura Municipal de São José/SC, que publicou *“o primeiro*

*Balanço Social Abrangente de uma Prefeitura no País*”, de acordo com a Mensagem do Prefeito, em seu Balanço Social de 2001 (Anexo I), e a Prefeitura Municipal de Florianópolis/SC, que se revelou a primeira capital brasileira a publicar seu Balanço Social (Anexo II), conforme mencionado por CARNEIRO (2002,p.5).

Assim, a administração municipal passa a se preocupar em agregar valor a sua gestão, não só buscando realizar obras visíveis, mas em produzir um sistema de informações capaz de levar ao cidadão dados contábeis, econômicos, financeiros e sociais que evidenciem o trabalho realizado, como comenta LEITE:

*É tarefa das mais importantes para a administração municipal, Executivo e Legislativo, pensar o processo de desenvolvimento do município. Estabelecer o cenário econômico e social no qual este se acha inserido, compreender os problemas locais e seus determinantes, formular, implantar e gerir políticas públicas e modernizar a sua forma de atuação trazem para a administração municipal a necessidade de organizar uma base sólida de dados sobre a realidade social. (LEITE,1997,p.45)*

Todas essas informações geradas pelo sistema municipal possibilitam, inclusive, um planejamento mais eficiente das ações do Estado. Segundo LEITE (1997,p.47), *“a partir do conhecimento dessa situação global do município estarão facilitadas tanto a análise e compreensão das características econômicas e sociais quanto o estabelecimento de cenários futuros para a definição de vocações e estratégias, bem como para formulação de alternativas para o desenvolvimento do município”*.

Portanto, considerando o exposto, o Balanço Social aparece como proposta para o setor público, em particular para as Prefeituras Municipais, como forma de gerar informações, das quais os usuários internos e externos não têm acesso naquelas atualmente publicadas.

### 3 METODOLOGIA

Os objetivos específicos serão abordados pelas técnicas da pesquisa bibliográfica e da pesquisa estudo de caso, através dos seguintes passos:

**- Caracterizar o Balanço Social:**

Destacar os conceitos relacionados ao Balanço Social;

Contextualizar o Balanço Social no ambiente nacional;

Informar sobre metodologias de Balanço Social;

Destacar idéias sobre obrigatoriedade, padronização e responsabilidade, ligadas ao Balanço Social.

**- Situar os critérios do Balanço Social da Prefeitura Municipal de São José/SC de 2001:**

Utilizar o Balanço Social da Prefeitura Municipal de São José/SC de 2001 para descrever a sua metodologia.

**- Situar os critérios do Balanço Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis/SC de 2001:**

Utilizar o Balanço Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis/SC de 2001 para descrever a sua metodologia.

**- Apontar o resultado da comparação dos critérios adotados na elaboração dos Balanços Sociais das Prefeituras Municipais de São José/SC e de Florianópolis/SC para o exercício de 2001:**

Efetuar análise comparativa das metodologias utilizadas na elaboração daqueles Balanços Sociais.

#### 4 ESTUDO DE CASO COMPARATIVO

Observados os aspectos relacionados ao Balanço Social, no item 2 (Revisão de Literatura), e a metodologia aplicada no presente trabalho, constante do item 3, passa-se a abordar o estudo de caso comparativo dos critérios que balizaram os Balanços Sociais das Prefeituras Municipais de São José/SC e de Florianópolis/SC para o exercício de 2001, objetivo geral da pesquisa, o que será feito com a apresentação dos seguintes tópicos: município de São José (principais características do Município e estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de São José); município de Florianópolis (principais características do Município e estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Florianópolis); análise comparativa das estruturas (principais serviços prestados à comunidade); Balanço Social da Prefeitura Municipal de São José para 2001 (estrutura do Balanço Social da Prefeitura Municipal de São José, avaliação da satisfação do capital humano, avaliação da satisfação dos usuários do Centro de Atendimento ao Cidadão, Balanço Social da Prefeitura Municipal de São José e Demonstração da Geração e Distribuição de Riqueza); Balanço Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis para 2001 (estrutura do Balanço Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis, Balanço Social da Satisfação dos Funcionários, Balanço Social da Satisfação dos Munícipes, Balanço Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis e Demonstração da Geração e Distribuição de Riqueza); análise comparativa dos Balanços Sociais das Prefeituras Municipais de São José e de Florianópolis para 2001 e os resultados e discussão da análise.

## 4.1 MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ

No presente item aborda-se as principais características do Município e a estrutura administrativa básica da Prefeitura Municipal de São José.

### 4.1.1 Principais Características do Município

O Município de São José foi fundado em 19 de março de 1750. Faz divisa com a Capital. Possui área de 114,7 km<sup>2</sup>, clima mesotérmico úmido e predominância da indústria e do comércio em suas atividades econômicas. Foi colonizado por casais açorianos e atualmente conta com 173.239 habitantes, segundo informações extraídas do site oficial do Governo do Estado de Santa Catarina.

Como atrações turísticas cita-se os prédios históricos, as igrejas, a gastronomia e a arte de confeccionar artefatos artesanais de barro.

Destaca-se a importância de seu parque industrial às margens da BR 101, o oitavo maior parque industrial de Santa Catarina, conforme dados obtidos no site oficial da Prefeitura Municipal de São José.

### 4.1.2 Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de São José

A Prefeitura Municipal de São José, em termos de secretarias, fundos, fundações e autarquia, é composta pela seguinte estrutura administrativa:

- Secretarias:

Secretaria Municipal de Administração;

Secretaria Municipal Extraordinária para o Desenvolvimento Urbano;

Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

Secretaria Municipal dos Esportes e da Juventude;

Secretaria Municipal de Finanças;

Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social;

Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e Turismo;

Secretaria Municipal do Meio Ambiente;

Secretaria da Receita Municipal;

Secretaria Municipal dos Transportes e Obras;

Secretaria Municipal de Urbanismo e Serviços Públicos.

- Fundos:

Fundo Municipal de Assistência Social;

Fundo de Desenvolvimento Municipal;

Fundo Municipal de Habitação;

Fundo Municipal da Infância e da Adolescência;

Fundo Municipal de Saúde.

- Fundações:

Fundação Municipal de Esporte de São José;

Fundação Municipal do Meio Ambiente e Agricultura.

- Autarquia:

São José Previdência.

## 4.2 MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Expõe-se as principais características do Município e a estrutura administrativa básica da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

### 4.2.1 Principais Características do Município

O Município de Florianópolis, fundado em 23 de março de 1726, tem 436,5 km<sup>2</sup> de área, sendo 424,4 km<sup>2</sup> na Ilha e 12,1 km<sup>2</sup> no Continente, com clima temperado. De colonização açoriana, a cidade possui uma população de 342.000 habitantes e como principais atividades econômicas o turismo e o comércio, conforme informações obtidas no site oficial do Governo do Estado de Santa Catarina.

O setor de turismo é beneficiado pelas riquezas naturais (lagoas, morros, mangues, dunas, ilhas, paisagens e mais de 100 praias), pelo patrimônio histórico (igrejas centenárias, monumentos históricos e testemunhos da religiosidade do povo) e pela cultura local (museus, prédios tombados, praças, teatros, o feitiço da renda-de-bilro, da rede-de-pesca, das esculturas em formato de bruxas e o folclore açoriano, como Boi-de-Mamão, Pau-de-Fita e Terno de Reis) da cidade.

### 4.2.2 Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Florianópolis

A Prefeitura Municipal de Florianópolis, em termos de secretarias, fundos, fundações, autarquia e empresa pública, é composta pela seguinte estrutura administrativa:

- Secretarias:

Secretaria Municipal de Administração;

Secretaria Municipal de Educação;

Secretaria Municipal de Finanças;

Secretaria Municipal da Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social;

Secretaria Municipal de Saúde;

Secretaria Municipal de Transportes e Obras;

Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes;

Secretaria Municipal de Urbanismo e Serviços Públicos;

Secretaria Regional do Continente;

Núcleo dos Transportes Coletivos.

- Fundos:

Fundo Municipal de Assistência Social;

Fundo Municipal do Cinema;

Fundo Municipal da Criança e do Adolescente;

Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural e Marinho;

Fundo Municipal de Integração Social;

Fundo Municipal de Saúde.

- Fundações:

Fundação Municipal de Cultura Franklin Cascaes;

Fundação Municipal de Esportes;

Fundação Municipal do Meio Ambiente.

- Autarquia:

Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis.



- Empresa pública:

Companhia de Melhoramentos da Capital.

#### 4.3 ANÁLISE COMPARATIVA DAS ESTRUTURAS

Neste tópico contempla-se a análise comparativa das estruturas, com base nos principais serviços prestados à comunidade.

##### 4.3.1 Principais Serviços Prestados à Comunidade

Através da estrutura administrativa, a Prefeitura Municipal de São José destaca, em seu Balanço Social, as seguintes áreas de atuação, com ênfase aos programas sociais:

##### 1 Educação, Cultura e Esporte

1.1 Educação – Projetos Educacionais (Educação para Crianças, Jovens e Adultos; Escola do Futuro; Educação para o Pensar; Convênio Univali; Formação Continuada dos Professores, Especialistas, Diretores e Funcionários; Proposta Curricular; Fonoaudiologia no Ensino Fundamental; Projeto Educação Especial; Projeto Olho no Olho; Psicologia na Escola para a Criança e Família; Grupo de Crescimento Pessoal; Entre Meninas 2001) e Alimentação Escolar (Nutrição: Merenda Escolar).

1.2 Esporte – Educação Física e Desporto (Mexa-se no Itaguaçu; Esporte Escolar; Dança na Escola; Capoeira na Escola; Prêmio Recrear).

1.3 Cultura – Brinquedos e Brincadeiras Populares, Festa da Cultura Açoriana, Casa da Cultura, Preservação do Patrimônio Cultural e Artístico de São José, Escola de Oleiros, Museu Histórico, Projeto Canoa, Prêmio Recriar e Salão de Criatividade no Lazer, Biblioteca Municipal, Theatro Adolpho Mello, Festival Artístico, Canta Escola, Projeto de Geminação de Cidades.

## 2 Saúde e Saneamento

2.1 Saúde – Programas (Criança 21; Programa Saúde da Família).

2.2 Saneamento – Vigilância Sanitária.

## 3 Desenvolvimento Social

3.1 Programa de Atendimento à População em Geral – Auxílio Funeral, Auxílio Óculos, Auxílio Medicamentos, Auxílio de Passe, Auxílio Alimento, Auxílio Moradia, Auxílio com Aparelhos para Portadores de Deficiências, Programa de Atendimento à Terceira Idade, Programa de Integração do Cidadão, Programa Qualidade de Vida, Programa Atendimento Psicológico, Programa Auxílio Passagem, Programa de Organização Comunitária, Programa Despertar para a Vida, Campanhas Assistenciais.

3.2 Centros e Unidades de Atendimento – Centro de Convivência do Idoso, Casa de Apoio Bom Samaritano, Conselho Tutelar, Cidade da Criança, Departamento de Mobilização Comunitária e Secretaria Executiva dos Conselhos Municipais.

3.3 Programas e Projetos Desenvolvidos no Centro Integrado de Atendimento à Criança e ao Adolescente (Cidade da Criança) – Programa Abrigo, Programa Família Substituta, Programa Apadrinhamento Afetivo, Programa Liberdade Assistida, Programa Prestação de Serviços à Comunidade, Programa de

Erradicação do Trabalho Infantil, Programa Família Cidadã, Programa Terapia Sócio Familiar/Atendimento Psicológico, Programa Anjos da Rua, Programa Sentinela, Programa Sócio-Educativo em Meio Aberto, Atendimento à Saúde, Educação Religiosa, Atividades (Oficinas Educativas; Oficinas Profissionalizantes; Pequeno Jardineiro; Monitores do Verde; Teatro/Música/Dança/Capoeira; Artes; Escolinhas de Esportes; Informática; Avô Sabe/Idoso e Juventude; Projeto Adolescente Trabalhador; Projeto Bolsa Emprego AJOCEI).

#### 4 Habitação, Urbanismo e Transporte

4.1 Habitação – Programa Habitar Brasil – BID, Programa de Arrendamento Residencial (PAR).

4.2 Urbanismo – Energia para Todos.

4.3 Transporte – Sistema Integrado de Transporte Coletivo Urbano do Município, Avenida das Torres Beneficia 30 Mil Famílias.

#### 5 Segurança Pública

#### 6 Meio Ambiente e Educação Ambiental

6.1 Proteção ao Meio Ambiente

6.2 Agropecuária

6.2.1 Projeto Agricultura Orgânica

6.2.2 Pesca

6.2.3 Projeto Maricultura

6.3 Parque Temático Ambiental dos Sabiás

6.4 Escola Municipal do Meio Ambiente

A Prefeitura Municipal de Florianópolis evidencia suas ações sociais de forma diferente daquela apresentada pela Prefeitura Municipal de São José. Seu Balanço

Social traz “algumas ações” em diversas áreas, em termos de práticas, números e valores aplicados. Já a Prefeitura Municipal de São José enfatiza seus programas sociais. Todo o trabalho da Prefeitura Municipal de Florianópolis desenvolve-se em cinco prioridades: as pessoas, o ambiente natural, as oportunidades, o ambiente físico e o ambiente institucional. Em termos de atitudes sociais, apresenta “algumas ações” nas seguintes áreas:

## 1 As Pessoas

### 1.1 Saúde

### 1.2 Nutrição

### 1.3 Educação

### 1.4 Habitação

### 1.5 Assistência Social

### 1.6 Transporte Urbano

### 1.7 Cultura

### 1.8 Esportes

## 2 O Ambiente Natural

### 2.1 Conservação Ambiental

### 2.2 Educação Ambiental

### 2.3 Limpeza Pública

## 3 As Oportunidades

### 3.1 Turismo

### 3.2 Agropecuária, Pesca e Abastecimento

## 4 O Ambiente Físico

### 4.1 Obras de Engenharia

## 4.2 Infra-Estrutura de Serviços

### 4.4 BALANÇO SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ PARA 2001

Desenvolve-se a apresentação do Balanço Social da Prefeitura Municipal de São José para 2001, com os seguintes tópicos: estrutura do Balanço Social da Prefeitura Municipal de São José, avaliação da satisfação do capital humano, avaliação da satisfação dos usuários do Centro de Atendimento ao Cidadão, Balanço Social da Prefeitura Municipal de São José e Demonstração da Geração e Distribuição de Riqueza.

#### 4.4.1 Estrutura do Balanço Social da Prefeitura Municipal de São José

De acordo com Informativo do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina – CRCSC, no dia 9 de maio de 2002, *“a prefeitura de São José lançou o seu Balanço Social, o primeiro elaborado por uma prefeitura no Brasil. Todo o documento foi feito com base na metodologia criada no ano passado pelo CRCSC, quando a entidade – numa iniciativa inédita entre os conselhos de classe do país – prestou contas à sociedade das atividades que desenvolve na área social”*.

Com relação ao Balanço Social do CRCSC, segundo informativo do conselho, o primeiro Balanço Social do CRCSC – biênio 1999/2000 – foi divulgado em março de 2001 e o CRCSC publicou, em 2002, *“pelo segundo ano consecutivo – o seu Balanço Social, prestando contas à sociedade das atividades que desenvolve em favor do social. Em relação ao balanço anterior, o atual trouxe como novidade uma*

*pesquisa de aferição do grau de satisfação dos usuários (contabilistas e funcionários) com a qualidade dos serviços prestados pelo Conselho”.*

Portanto, o Balanço Social da Prefeitura Municipal de São José de 2001 foi desenvolvido de acordo com a metodologia do CRCSC e, segundo informativo do conselho, *“é o modelo mais completo disponível hoje no país, com pesquisas que mostram o nível de satisfação tanto do contribuinte, ou do usuário do serviço, quanto do quadro funcional, assinalou o presidente do CRCSC”.*

De acordo com Mensagem do Prefeito, Anexo I, *“o Balanço Social da PMSJ foi elaborado com base nas informações administrativas, contábeis, financeiras e sociais de 2000 e 2001 e inclui pesquisas relativas ao nível de satisfação dos Recursos Humanos e Contribuintes”.*

Demonstra-se a estrutura do Balanço Social da Prefeitura Municipal de São José:

- 1 Mensagem do Prefeito
- 2 Município de São José
- 3 Ações Sociais (discriminadas no item 4.3.1 do trabalho)
  - 3.1 Educação, Cultura e Esporte
  - 3.2 Saúde e Saneamento
  - 3.3 Desenvolvimento Social
  - 3.4 Habitação, Urbanismo e Transporte
  - 3.5 Segurança Pública
  - 3.6 Meio Ambiente e Educação Ambiental
- 4 Capital Humano
  - 4.1 Avaliação da Satisfação do Capital Humano

## 4.2 Avaliação da Satisfação dos Usuários do Centro de Atendimento ao Cidadão

### 5 Demonstrativos e Indicadores Sociais

#### 5.1 Balanço Social

#### 5.2 Demonstração da Geração e Distribuição de Riqueza

### 4.4.2 Avaliação da Satisfação do Capital Humano

A Prefeitura Municipal de São José evidencia a avaliação da satisfação do capital humano por meio do Balanço de Satisfação da Prefeitura de São José. Destaca-se que, *“em dezembro de 2001, a Prefeitura Municipal de São José tomou a decisão inédita de fazer uma pesquisa para saber o que os seus funcionários pensavam dos benefícios e condições de trabalho que lhes eram proporcionadas”*, conforme p. 128 deste trabalho (Anexo I). E mais, *“a metodologia adotada, desenvolvida pela Profa. Dra. Fátima de Souza Freire da Universidade Federal do Ceará consistiu numa aplicação de uma enquete, na qual os funcionários avaliaram 29 indicadores relativos às condições de trabalho proporcionadas pela Prefeitura de São José, conferindo a cada indicador um conceito que expressava seu grau de satisfação”*. São eles: condições físicas e ambientais (ventilação; iluminação; acústica; espaço físico; equipamentos; móveis; transporte; comunicação; materiais de expediente; segurança; cumprimento do horário; prestadores de serviços), atendimento do servidor (colegas do setor; colegas extra-setor; chefia imediata; chefia intermediária; chefia superior; realização de tarefas), satisfação funcional (normas, regulamentos, procedimentos; comunicação intra-setorial; comunicação extra-setorial; possibilidade de tomada de decisões; pontualidade no pagamento de

salários; remuneração; reajuste; recreação/desportes) e indicadores sociais (cursos/treinamentos; planos de saúde; eventos).

A metodologia considera que *“como todas as questões das enquetes não têm a mesma importância para averiguação das condições ofertadas pela Prefeitura para satisfação dos seus funcionários, foi associado um fator de ponderação (peso) a cada um dos indicadores”*, sendo que *“a soma dos pesos do total de indicadores é 100”*.

Por não existir a referida avaliação para o exercício de 2000, a Prefeitura considera um valor de 60 (regular) para todos os indicadores naquele ano, para possibilitar a comparabilidade.

Para se entender as colunas de ativo satisfação e passivo satisfação é necessário mencionar que *“uma configuração de ativo e passivo da satisfação dos funcionários foi associada a cada questão ao multiplicar a porcentagem de avanço ou retrocesso pelo valor (peso) relativo de cada questão. Então, a diferença entre o total do ativo e passivo de satisfação gerou um superávit na mesma de acordo com os resultados da enquete realizada”*. Com um Grau de Satisfação dos Funcionários (Ativo de Satisfação) de 8,55 e um Grau de Insatisfação dos Funcionários (Passivo de Satisfação) de 2,55, a Prefeitura alcançou um Superávit no Grau de Satisfação dos Funcionários de 6,00.

O gráfico Grau de Satisfação dos Funcionários, em Dezembro de 2001, reflete os resultados da pesquisa para todos os 29 indicadores, conforme p. 130 (Anexo I).



#### 4.4.3 Avaliação da Satisfação dos Usuários do Centro de Atendimento ao Cidadão

A Prefeitura Municipal de São José demonstra a avaliação da satisfação dos usuários do Centro de Atendimento ao Cidadão com o Balanço do Grau de Satisfação dos Munícipes de São José. De acordo com o Anexo I, p. 131:

*A metodologia adotada, desenvolvida pela Profa. Dra. Fátima de Souza Freire da Universidade Federal do Ceará, consistiu na aplicação de uma enquete, respondida por uma determinada amostragem de munícipes. Esta enquete consistia na avaliação de sete indicadores sobre as Condições Físicas e Ambientais do Centro de Atendimento, e seis indicadores relativos ao Atendimento pelo Servidor no Centro de Atendimento. A cada indicador foi conferido pelo munícipe um conceito que expressava o grau de satisfação com o atendimento.*

Os indicadores consistem em: localização da Prefeitura; estacionamento; localização do Centro de Atendimento; recepção do Centro de Atendimento; serviços complementares; instalações físicas; horário de atendimento; rapidez e agilidade; tratamento; orientação e informação; profissionalismo; retorno e qualidade do serviço prestado.

De igual forma foram atribuídos pesos e um valor 60 (regular) para todos os indicadores do ano de 2000.

Com um Grau de Satisfação de Atendimento dos Munícipes (Ativo de Satisfação) de 18,10 e um Grau de Insatisfação de Atendimento dos Munícipes (Passivo de Satisfação) nulo, a Prefeitura alcançou um Superávit no Grau de Satisfação de Atendimento dos Munícipes de 18,10.

O gráfico Grau de Satisfação dos Usuários do Centro de Atendimento, em Dezembro de 2001, reflete os resultados da pesquisa para todos os 13 indicadores de satisfação dos munícipes, conforme p. 133 (Anexo I).

#### 4.4.4 Balanço Social da Prefeitura Municipal de São José

Adentrando nos demonstrativos e indicadores sociais, a Prefeitura Municipal de São José apresenta o seu Balanço Social – 2000/2001, com os seguintes itens:

##### 1 Indicadores Gerais do Resultado Operacional

##### 1.1 Receita Orçamentária

##### 1.1.1 Receita Própria

##### 1.1.2 Transferências

##### 1.1.3 Receitas de Capital

##### 1.2 Superávit do Exercício

##### 1.3 Saldo Patrimonial

##### 2 Indicadores de Recursos Humanos

##### 2.1 Ativos em 31/12

##### 2.1.1 Participação por sexo (homens e mulheres)

##### 2.2 Faixas etárias em 31/12

##### 2.2.1 Até 24 anos

##### 2.2.2 Acima de 24 até 39 anos

##### 2.2.3 Acima de 39 até 64 anos

##### 2.2.4 Acima de 64 anos

##### 2.3 Tempo de serviço em 31/12

##### 2.3.1 Até 1 ano

##### 2.3.2 Acima de 1 até 5 anos

##### 2.3.3 Acima de 5 até 10 anos

##### 2.3.4 Acima de 10 anos

## 2.4 Variação do corpo funcional

### 2.4.1 Demissões no ano

### 2.4.2 Aposentadorias no ano

### 2.4.3 Afastamentos por outros motivos

### 2.4.4 Admissões no ano

## 2.5 Serviços terceirizados em 31/12

### 2.5.1 Gastos com serviços terceirizados no período

## 2.6 Estagiários

### 2.6.1 Número de estagiários em 31/12

### 2.6.2 Gasto anual com estagiários

## 2.7 Escolaridade e formação

### 2.7.1 Nível de escolaridade

2.7.1.1 Analfabeto, inclusive o que, embora tenha recebido instrução, não se alfabetizou

2.7.1.2 Até a 4ª série incompleta do 1º grau (primário incompleto) ou que se tenha alfabetizado sem ter freqüentado escola regular

2.7.1.3 Com a 4ª série completa do 1º grau

2.7.1.4 Da 5ª a 8ª série incompleta do 1º grau

2.7.1.5 Primeiro grau (ginásio) completo

2.7.1.6 Segundo grau (colegial) incompleto

2.7.1.7 Segundo grau (colegial) completo

2.7.1.8 Superior incompleto

2.7.1.9 Superior completo

2.7.1.10 Pós-graduação completa

## 2.8 Gastos com pessoal

### 2.8.1 Remunerações

#### 2.8.1.1 Salários, gratificações

#### 2.8.1.2 Encargos sociais compulsórios (FGTS, INSS)

#### 2.8.1.3 13º salário

#### 2.8.1.4 Indenizações

## 2.9 Outras vantagens sociais

### 2.9.1 Gastos com transporte

## 3 Indicadores de Atividades Operacionais

### 3.1 Legislativa

### 3.2 Administração e Planejamento

### 3.3 Saúde e Saneamento

### 3.4 Educação e Cultura

### 3.5 Indústria, Comércio e Serviços

### 3.6 Trabalho

### 3.7 Outros

## Total dos Indicadores de Atividades Operacionais

## 4 Indicadores e Benefícios Sociais

### 4.1 Gastos com a comunidade

#### 4.1.1 Educação e Cultura

##### 4.1.1.1 Educação de criança de 0 a 6 anos (creche)

##### 4.1.1.2 Ensino fundamental

##### 4.1.1.3 Ensino médio

##### 4.1.1.4 Ensino supletivo

- 4.1.1.5 Educação física e desporto
- 4.1.1.6 Assistência e educandos
- 4.1.1.7 Cultura
- 4.1.1.8 Educação especial
- 4.1.1.9 Alimentação escolar
- 4.1.2 Saúde e Saneamento
  - 4.1.2.1 Saúde
- 4.1.3 Assistência e Previdência
  - 4.1.3.1 Assistência
  - 4.1.3.2 Previdência
- 4.1.4 Transporte
  - 4.1.4.1 Transporte rodoviário
  - 4.1.4.2 Transporte urbano
  - 4.1.4.3 Transporte aéreo
- 4.1.5 Habitação e Urbanismo
  - 4.1.5.1 Habitação
  - 4.1.5.2 Urbanismo
  - 4.1.5.3 Serviços de utilidade pública
- 4.1.6 Indústria e Comércio
- 4.1.7 Desenvolvimento Regional
  - 4.1.7.1 Desenvolvimento de micro-regiões
- 4.1.8 Segurança Pública
- 4.1.9 Proteção ao Meio Ambiente
- 4.1.10 Agricultura

## Total dos Indicadores e Benefícios Sociais

Os itens 2.1, 2.2, 2.3, 2.4 e 2.7, referentes ao corpo funcional, foram distribuídos em direção, chefia, operacional e total.

### 4.4.5 Demonstração da Geração e Distribuição de Riqueza

A Prefeitura Municipal de São José elaborou sua Demonstração da Geração e Distribuição de Riqueza, com os seguintes tópicos:

#### 1 Receitas Orçamentárias

##### 1.2 Receita Própria

##### 1.3 Transferências

##### 1.3.1 Constitucionais

##### 1.3.2 De Convênios

##### 1.4 Receitas de Capital

#### 2 Insumos Adquiridos de Terceiros

##### 2.1 Serviços de Terceiros e Encargos

#### 3 Valor da Riqueza Bruta (1 – 2)

#### 4 Valor da Riqueza Recebida em Transferência

##### 4.1 Receitas Financeiras

#### 5 Valor da Riqueza Líquida (3 + 4)

#### 6 Distribuição da Riqueza

##### 6.1 Pessoal e Encargos

##### 6.2 Função de Governo

##### 6.2.1 Legislativo

6.2.2 Administração e Planejamento

6.2.3 Saúde e Saneamento

6.2.4 Educação e Cultura

6.2.5 Indústria, Comércio e Serviços

6.2.6 Habitação e Urbanismo

6.2.7 Agricultura

6.2.8 Segurança Pública

6.2.9 Desenvolvimento Regional

6.2.10 Trabalho

6.2.11 Assistência e Previdência

6.2.12 Transporte

6.3 Dívida Interna

6.4 Superávit do Exercício

Total do Valor Adicionado Distribuído

Assim, conforme demonstrado na p. 135 (Anexo I), em 2001, a Prefeitura Municipal de São José obteve um valor da riqueza líquida de R\$ 72.913.054, decorrente de suas receitas orçamentárias, deduzidos os insumos adquiridos de terceiros e somado o valor da riqueza recebida em transferência. O valor da riqueza líquida foi distribuído nas áreas supramencionadas.

#### 4.5 BALANÇO SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS PARA 2001

Apresenta-se o Balanço Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis para 2001, com o desenvolvimento dos seguintes tópicos: estrutura do Balanço Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis, Balanço Social da Satisfação dos Funcionários, Balanço Social da Satisfação dos Munícipes, Balanço Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis e Demonstração da Geração e Distribuição de Riqueza.

##### 4.5.1 Estrutura do Balanço Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis

Segundo CARNEIRO (2002,p.5), *“a metodologia desenvolvida na elaboração do Balanço já foi aplicada pelas prefeituras de São José e de Florianópolis – respectivamente, o primeiro município e a primeira capital do país a publicarem o seu Balanço Social – e deve com certeza ser adotada pelas demais organizações públicas e privadas, se estendendo por todo o país”*.

De acordo com Mensagem da Prefeita, Anexo II, *“a Responsabilidade Social, devidamente incorporada pela Prefeitura através de diversos projetos e programas sociais e ambientais, encontra no Balanço Social o instrumento capaz de levar à sociedade, de forma clara, objetiva e transparente as ações desenvolvidas em 2001”*. Sobre a amplitude do Balanço Social, destaca-se, conforme p. 172 (Anexo II), que:



*A Prefeitura Municipal de Florianópolis, dentro de uma política fundada na transparência e divulgação de suas ações, resolveu elaborar seu primeiro Balanço Social, referente ao ano de 2001, adotando a mesma metodologia que foi implementada no Balanço Social do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina – CRCSC. Ele contém duas pesquisas: uma para aferir o que os seus funcionários pensavam acerca das condições de trabalho e dos benefícios que lhes eram proporcionados pela Prefeitura; outra para avaliar o grau de satisfação dos munícipes em relação ao atendimento e serviços prestados nos SACIs e Sede da Prefeitura.*

Apresenta-se a estrutura do Balanço Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis:

- 1 Mensagem da Prefeita
- 2 O Município
- 3 A Gestão de Florianópolis
- 4 As Pessoas
  - 4.1 Saúde
  - 4.2 Nutrição
  - 4.3 Educação
  - 4.4 Habitação
  - 4.5 Assistência Social
  - 4.6 Transporte Urbano
  - 4.7 Cultura
  - 4.8 Esportes
- 5 O Ambiente Natural
  - 5.1 Conservação Ambiental
  - 5.2 Educação Ambiental
  - 5.3 Limpeza Pública
- 6 As Oportunidades

## 6.1 Turismo

## 6.2 Agropecuária, Pesca e Abastecimento

## 7 O Ambiente Físico

### 7.1 Obras de Engenharia

### 7.2 Infra-Estrutura de Serviços

## 8 O Ambiente Institucional

### 8.1 Modernização Administrativa

### 8.2 Recursos Humanos

## 9 Demonstrativo de Indicadores Sociais

### 9.1 Um Balanço da Satisfação dos Funcionários e dos Municípes

### 9.2 Balanço Social da Satisfação dos Funcionários da Prefeitura

### 9.3 Balanço Social da Satisfação dos Municípes

### 9.4 Balanço Social da Prefeitura de Florianópolis

### 9.5 Demonstração da Geração e Distribuição de Riqueza

#### 4.5.2 Balanço Social da Satisfação dos Funcionários

Conforme observado na p. 172 (Anexo II), *“no que tange ao Balanço Social da Satisfação dos Funcionários, a intenção da Prefeitura foi a de ter uma primeira referência sobre a percepção do seu pessoal em relação às condições físicas e ambientais de trabalho, relacionamento interno, satisfação pessoal de trabalhar na Prefeitura e dos benefícios sociais que lhe são proporcionados”*.

Sobre os critérios, destaca-se que *“a metodologia adotada consistiu na aplicação de enquête separada para funcionários e municípes, em que se avaliaram*

*indicadores relativos às condições de trabalho e/ou serviços prestados na ou pela Prefeitura, conferindo a cada indicador um conceito que expressava seu grau de satisfação". Para o Balanço Social da Satisfação dos Funcionários utilizou-se os seguintes indicadores: condições físicas e ambientais (ventilação; iluminação; acústica; espaço físico; móveis; computadores e equipamentos; meios de transporte; meios de comunicação; materiais de expediente; segurança; adequação do horário), relacionamento (prestadores de serviços gerais; colegas do mesmo setor; colegas de setores diferentes; chefia imediata; chefia intermediária; chefia superior), satisfação com a Prefeitura (comunicação no setor; comunicação entre setores, pontualidade no pagamento; remuneração; reajuste; participação na tomada de decisão; satisfação nas tarefas realizadas, normas e regulamentos), atividade social (recreação e desporto; cursos e capacitação; treinamento; convênios; eventos comemorativos) e gestão da Prefeitura (demonstrações contábeis; clareza nos objetivos; preocupação com o servidor).*

*A metodologia considerou que "como todas as questões das enquetes não têm a mesma importância para averiguação das condições ofertadas pela Prefeitura para satisfação dos seus funcionários ou atendimento e facilidades de apoio aos munícipes, foi associado um fator de ponderação (peso) a cada um dos indicadores", sendo que "a soma dos pesos do total de indicadores é 100".*

Por não existir a referida avaliação para o exercício de 2000, a Prefeitura considerou um valor de 60 (regular) para todos os indicadores naquele ano, para possibilitar a comparabilidade.

Para se entender as colunas de ativo satisfação e passivo satisfação é necessário mencionar que:

*Uma configuração de ativo e passivo da satisfação dos funcionários ou dos munícipes foi associada a cada questão ao multiplicar a porcentagem de avanço ou retrocesso pelo valor (peso) relativo de cada questão. Então, a diferença entre o total do ativo e passivo de satisfação gerou uma medida (superávit/déficit) da satisfação dos funcionários num caso, dos munícipes noutro caso, em relação à Prefeitura a partir dos resultados das enquetes realizadas.*

Com um Grau de Satisfação dos Funcionários (Ativo de Satisfação) de 10,59 e um Grau de Insatisfação dos Funcionários (Passivo de Satisfação) de 5,01, a Prefeitura alcançou um Superávit no Grau de Satisfação dos Funcionários de 5,58.

O gráfico Total de Satisfação – Funcionários – Soma de Excelente e Bom reflete os resultados da pesquisa para todos os 33 indicadores, conforme p. 175 (Anexo II).

#### 4.5.3 Balanço Social da Satisfação dos Munícipes

Segundo p. 172 (Anexo II), *“já no Balanço Social da Satisfação dos Munícipes a finalidade foi a de verificar o que pensam eles também sobre as condições físicas e ambientais dos SACIs e da sede da Prefeitura, o atendimento prestado pelos funcionários, a imagem que possuem da cidade e da própria administração da Prefeitura e da qualidade de vida em Florianópolis”.*

Foi utilizada a mesma metodologia aplicada no Balanço Social da Satisfação dos Funcionários, com os seguintes indicadores: condições físicas e ambientais (localização da Prefeitura; estacionamento; localização dos SACIs; serviços complementares; instalações físicas; horário de atendimento), atendimento pelo servidor (rapidez e agilidade; tratamento; orientação e informação; profissionalismo e qualidade do serviço prestado) e imagem da Prefeitura e da Cidade (imagem da Prefeitura; imagem da Cidade; qualidade de vida).

De igual forma foram atribuídos pesos e um valor 60 (regular) para todos os indicadores do ano de 2000.

Com um Grau de Satisfação dos Munícipes de Florianópolis (Ativo de Satisfação) de 28,03 e um Grau de Insatisfação dos Munícipes de Florianópolis (Passivo de Satisfação) de 0,14, a Prefeitura alcançou um Superávit no Grau de Satisfação de Atendimento dos Munícipes de 27,90.

O gráfico Total de Satisfação – Atendimento SACIs – Soma de Excelente e Bom reflete os resultados da pesquisa para todos os 14 indicadores de satisfação dos munícipes, conforme p. 176 (Anexo II).

#### 4.5.4 Balanço Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis

O Balanço Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis – Período 2000/2001 apresenta os seguintes itens:

##### 1 Indicadores Gerais do Resultado Operacional

##### 1.1 Receita Orçamentária

##### 1.1.1 Receita Própria

##### 1.1.2 Transferências

##### 1.1.3 Receitas de Capital

##### 1.2 Superávit/Déficit do Exercício

##### 1.3 Saldo Patrimonial

##### 2 Indicadores de Recursos Humanos

##### 2.1 Ativos em 31/12

##### 2.1.1 Participação por sexo (homens e mulheres)

## 2.2 Faixas etárias em 31/12

### 2.2.1 Até 24 anos

### 2.2.2 Acima de 24 até 50 anos

### 2.2.3 Acima de 50 anos

## 2.3 Tempo de serviço em 31/12

### 2.3.1 Até 1 ano

### 2.3.2 Acima de 1 até 10 anos

### 2.3.3 Acima de 10 anos

## 2.4 Variação do corpo funcional

### 2.4.1 Demissões no ano

### 2.4.2 Aposentadorias no ano

### 2.4.3 Afastamentos por outros motivos

### 2.4.4 Admissões no ano

## 2.5 Serviços terceirizados em 31/12

### 2.5.1 Gastos com serviços terceirizados no período

## 2.6 Estagiários

### 2.6.1 Média anual de utilização de estagiários

### 2.6.2 Gasto anual com estagiários

## 2.7 Escolaridade e formação

### 2.7.1 Nível de escolaridade

#### 2.7.1.1 Analfabetos

#### 2.7.1.2 Até a 4ª série incompleta do 1º grau

#### 2.7.1.3 Com a 4ª série completa do 1º grau

#### 2.7.1.4 Da 5ª a 8ª série incompleta do 1º grau

2.7.1.5 Primeiro grau (ginásio) completo

2.7.1.6 Segundo grau (colegial) incompleto

2.7.1.7 Segundo grau (colegial) completo

2.7.1.8 Superior incompleto

2.7.1.9 Superior completo

2.7.1.10 Pós-graduação completa

2.8 Gastos com pessoal

2.8.1 Remunerações

2.8.1.1 Salários, gratificações, férias, 13º salário, inden.

2.8.1.2 Obrigações patronais

2.8.1.3 Gastos com pessoal inativo

2.8.1.4 Gastos com pensionistas

2.8.1.5 Outros gastos com pessoal

2.8.1.6 Gastos com salário-família

2.9 Outras vantagens sociais

2.9.1 Vale-transporte

2.9.2 Auxílio-refeição

2.9.3 Auxílio-creche

3 Indicadores de Atividades Operacionais

3.1 Legislativa

3.2 Gabinete da Prefeita

3.2.1 Administração

3.2.2 Serviço de utilidade pública

3.2.3 Subvenções sociais

3.2.4 Outros

3.3 Gabinete do Vice-Prefeito

3.4 Gabinete de Planejamento

3.5 Núcleo de Transporte

3.6 Secretaria Municipal de Administração

3.7 Secretaria Municipal de Finanças

3.8 Procuradoria Geral do Município

Total dos Indicadores de Atividades Operacionais

4 Indicadores e Benefícios Sociais

4.1 Gastos com a Comunidade

4.1.1 Secretaria de Educação

4.1.1.1 Educação da criança de 0 a 6 anos (creche)

4.1.1.2 Ensino fundamental

4.1.1.3 Ensino supletivo

4.1.1.4 Educação especial

4.1.1.5 Alimentação escolar

4.1.2 Secretaria de Saúde e Desenv. Social

4.1.2.1 Departamento de Saúde Pública

4.1.2.2 Departamento de Desenvolvimento Social

4.1.2.3 Fundo Municipal de Integração Social

4.1.2.4 Fundo Municipal de Assistência Social

4.1.2.5 Fundo da Criança e Adolescente e Fundo de Saúde

4.1.3 Secretaria de Turismo

4.1.3.1 Administração



#### 4.1.3.2 Turismo

#### 4.1.4 Secretaria de Transp. e Obras

##### 4.1.4.1 Administração

##### 4.1.4.2 Educação da criança de 0 a 6 anos

##### 4.1.4.3 Transporte rodoviário

##### 4.1.4.4 Transporte urbano

##### 4.1.4.5 Ensino fundamental

##### 4.1.4.6 Turismo

##### 4.1.4.7 Outros investimentos sociais

#### 4.1.5 Secretaria Regional do Continente

##### 4.1.5.1 Administração

##### 4.1.5.2 Educação da criança de 0 a 6 anos

##### 4.1.5.3 Urbanismo

##### 4.1.5.4 Saneamento

##### 4.1.5.5 Transporte rodoviário

##### 4.1.5.6 Transporte urbano

##### 4.1.5.7 Outros investimentos sociais

#### 4.1.6 Secretaria de Urbanismo e Serv. Públicos

##### 4.1.6.1 Administração

##### 4.1.6.2 Serviços de utilidade pública

#### 4.1.7 Secretaria da Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social

##### 4.1.7.1 Capacitação profissional

##### 4.1.7.2 Assistência social

#### 4.1.8 Encargos Gerais do Município

4.1.8.1 Administração

4.1.8.2 Administração financeira

4.1.8.3 Serviços financeiros

4.1.8.4 Educação da criança de 0 a 6 anos

4.1.8.5 Ensino fundamental

4.1.8.6 Assistência e previdência

4.1.8.7 Transferência para o IPUF

4.1.8.8 Fundação Franklin Cascaes

4.1.8.9 Fundação Municipal de Esportes

4.1.8.10 Fundação Municipal do Meio Ambiente

4.1.8.11 Limpeza pública

4.1.8.12 Transferência para Fundo M. Integração Social

4.1.8.13 Transferência Fundo M. de Saúde

4.1.8.14 Transferência Fundo M. Assistência Social

4.1.9 Outros investimentos sociais

Total dos Indicadores Operacionais e Sociais

#### 4.5.5 Demonstração da Geração e Distribuição de Riqueza

A Prefeitura Municipal de Florianópolis elaborou sua Demonstração da Geração e Distribuição de Riqueza com os seguintes tópicos:

1 Receitas Orçamentárias

1.1 Receita Própria

1.2 Transferências

1.3 Receitas de Capital

2 Insumos Adquiridos de Terceiros

2.1 Serviços de Terceiros e Encargos

3 Valor da Riqueza Bruta (1 – 2)

4 Valor da Riqueza Recebida em Transferência

4.1 Receitas Financeiras

5 Valor da Riqueza Líquida (3 + 4)

6 Distribuição da Riqueza

6.1 Pessoal e Encargos

6.2 Função de Governo

6.2.1 Legislativo

6.2.2 Gabinete da Prefeita

6.2.3 Gabinete do Vice-Prefeito

6.2.4 Gabinete de Planejamento

6.2.5 Núcleo de Transportes

6.2.6 Secretaria Municipal de Administração

6.2.7 Secretaria de Finanças

6.2.8 Procuradoria Geral do Município

6.2.9 Secretaria Municipal de Urbanismo e Serviços Públicos

6.2.10 Secretaria Municipal de Educação

6.2.11 Secretaria Municipal de Transportes e Obras

6.2.12 Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes

6.2.13 Secretaria Municipal da Saúde e Desenvolvimento Social

6.2.14 Secretaria Regional do Continente

6.2.15 Encargos Gerais do Município

6.2.16 Secretaria Municipal da Habitação, Trabalho e Des. Social

6.2.17 Amortização da Dívida Interna

6.2.18 Outras Distribuições Sociais

6.2.19 Superávit/Déficit Financeiro do Exercício

Total da Riqueza Distribuída

Conforme demonstrado na p. 180 (Anexo II), em 2001, a Prefeitura Municipal de Florianópolis obteve um valor da riqueza líquida de R\$ 167.805.490, decorrente de suas receitas orçamentárias, deduzidos os insumos adquiridos de terceiros e somado o valor da riqueza recebida em transferência. O valor da riqueza líquida foi distribuído nas áreas supramencionadas.

#### 4.6 ANÁLISE COMPARATIVA DOS BALANÇOS SOCIAIS DAS PREFEITURAS MUNICIPAIS DE SÃO JOSÉ E DE FLORIANÓPOLIS PARA 2001

Inicialmente faz-se necessário lembrar o sentido amplo do Balanço Social. Para TINOCO (2002,p.63), *“a inserção das questões econômicas, ambientais e de cidadania às questões sociais ampliaram o escopo do balanço social em sentido amplo, compreendendo: o balanço social em sentido restrito (balanço das pessoas); a demonstração do valor adicionado (agregado); o balanço ecológico (ambiental); e a responsabilidade social da empresa”*. Portanto, o Autor destaca quatro grandes segmentos incutidos no Balanço Social, quais sejam, balanço das pessoas, demonstração do valor adicionado, balanço ambiental e responsabilidade social.

Nos casos em tela, as atitudes que demonstram responsabilidade social e preocupação com as questões ambientais (balanço ambiental) foram apresentadas, de forma geral, no Balanço Social da Prefeitura Municipal de São José, através do tópico Ações Sociais (páginas 6 a 32), que enfatizou os programas sociais, e no Balanço Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis, através dos itens Pessoas, O Ambiente Natural, As Oportunidades e O Ambiente Físico (páginas 9 a 27 do Anexo II), evidenciados de forma diferente daquela Prefeitura, pois destacou “algumas ações” nas diversas áreas de sua atuação, em termos de práticas, números e valores aplicados.

Em se tratando do balanço das pessoas, a Prefeitura Municipal de São José evidenciou as questões relativas a seus funcionários no item 2. – Indicadores de Recursos Humanos do Demonstrativo Balanço Social (p. 134 – Anexo I), sendo que alguns dados foram analisados, através de gráficos e tabelas, no tópico Capital Humano (páginas 125 a 128). Neste mesmo tópico, a Prefeitura trouxe duas pesquisas de avaliação da satisfação. A Avaliação da Satisfação do Capital Humano utilizou 29 indicadores e a Avaliação da Satisfação dos Usuários do Centro de Atendimento ao Cidadão contou com 13 indicadores.

A Prefeitura Municipal de Florianópolis contemplou as informações relativas aos seus funcionários no tópico 2 – Indicadores de Recursos Humanos do Demonstrativo Balanço Social (p. 178 – Anexo II), sendo que dados como: número de efetivos, participação por sexo, faixa etária, tempo de serviço, nível de escolaridade e gastos com pessoal foram observados, através de gráficos e tabelas, no item Recursos Humanos (páginas 169 e 170). Dentro do tópico Demonstrativos de Indicadores Sociais, a Prefeitura apresentou duas pesquisas de avaliação da satisfação: Balanço

Social de Satisfação dos Funcionários da Prefeitura e Balanço Social de Satisfação dos Municípios. O Balanço Social de Satisfação dos Funcionários da Prefeitura verificou 33 indicadores e o Balanço Social de Satisfação dos Municípios apresentou 14 indicadores. As tabelas a seguir comparam os indicadores de avaliação da satisfação utilizados pelas Prefeituras Municipais de São José e de Florianópolis.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ			PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS		
AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO DO CAPITAL HUMANO			BALANÇO SOCIAL DA SATISFAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA PREFEITURA		
Classe de Indicadores	Indicadores	Peso Atribuído	Classe de Indicadores	Indicadores	Peso Atribuído
Condições Físicas e Ambientais	Ventilação	2	Condições Físicas e Ambientais	Ventilação	3
	Iluminação	2		Iluminação	3
	Acústica	2		Acústica	2
	Espaço Físico	2		Espaço Físico	4
	Equipamentos	2		Computadores e Equipamentos	4
	Móveis	2		Móveis	4
	Transporte	2		Meios de Transporte	3
	Comunicação	2		Meios de Comunicação	3
	Materiais de Expediente	2		Materiais de Expediente	3
	Segurança	2		Segurança	2
	Cumprimento Horário	2		Adequação do Horário	5
	Prestadores de Serviços	2			
Atendimento do Servidor			Relacionamento	Prestadores de Serviços Gerais	2
	Colegas do Setor	4		Colegas do Mesmo Setor	4
	Colegas Extra-Setor	3		Colegas de Setores Diferentes	3
	Chefia Imediata	4		Chefia Imediata	4
	Chefia Intermediária	3		Chefia Intermediária	2
	Chefia Superior	2		Chefia Superior	2
	Realização de Tarefas	3			

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ			PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS		
AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO DO CAPITAL HUMANO			BALANÇO SOCIAL DA SATISFAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA PREFEITURA		
Classe de Indicadores	Indicadores	Peso Atribuído	Classe de Indicadores	Indicadores	Peso Atribuído
Satisfação Funcional	Normas, Regulamentos, Procedimentos	2	Satisfação com a Prefeitura	Normas e Regulamentos	2
	Comunicação Intra-Setorial	2		Comunicação no Setor	3
	Comunicação Extra-Setorial	2		Comunicação Entre Setores	2
	Possibilidade Tomadas de Decisões	3		Participação na Tomada de Decisão	3
	Pontualidade Pagamento Salários	7		Pontualidade no Pagamento	5
	Remuneração	8		Remuneração	3
	Reajuste	7		Reajuste	3
	Recreação/Desporto	4			
				Satisfação nas Tarefas Realizadas	3
Indicadores Sociais			Atividade Social	Recreação e Desporto	2
	Cursos/Treinamentos	8			
				Cursos e Capacitação	5
				Treinamento	3
	Planos de Saúde	8			
				Convênios	4
	Eventos	4		Eventos Comemorativos	2
			Gestão da Prefeitura	Demonstrativos Contábeis	2
				Clareza nos Objetivos	2
				Preocupação com o Servidor	3

TABELA 1 – Comparativo dos Indicadores de Avaliação da Satisfação dos Funcionários, utilizados pelas Prefeituras Municipais de São José e de Florianópolis

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ			PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS		
AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DO CENTRO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO			BALANÇO SOCIAL DA SATISFAÇÃO DOS MUNÍCIPES		
Classe de Indicadores	Indicadores	Peso Atribuído	Classe de Indicadores	Indicadores	Peso Atribuído
Condições Físicas e Ambientais	Localização da Prefeitura	4	Condições Físicas e Ambientais	Localização da Prefeitura	7
	Estacionamento	4		Estacionamento	5
	Localização Centro de Atendimento	4		Localização dos SACIs	8
	Recepção Centro de Atendimento	4			
	Serviços Complementares	4		Serviços Complementares	7
	Instalações Físicas	10		Instalações Físicas	6
	Horário de Atendimento	10		Horário de Atendimento	9
Atendimento pelo Servidor	Rapidez e Agilidade	10	Atendimento pelo Servidor	Rapidez e Agilidade	6
	Tratamento	10		Tratamento	6
	Orientação e Informação	10		Orientação e Informação	6
	Profissionalismo	10		Profissionalismo	7
	Retorno	10			
	Qualidade de Serviço Prestado	10		Qualidade do Serviço Prestado	8
			Imagem da Prefeitura e da Cidade	Imagem da Prefeitura	7
				Imagem da Cidade	9
				Qualidade de Vida	9

TABELA 2 – Comparativo dos Indicadores de Avaliação da Satisfação dos Municípios, utilizados pelas Prefeituras Municipais de São José e de Florianópolis

As Prefeituras utilizaram o valor 60 (regular) para todos os indicadores do ano de 2000, haja vista que as referidas pesquisas foram adotadas a partir de 2001.



Verificou-se, portanto, que as Prefeituras Municipais de São José e de Florianópolis utilizaram metodologias semelhantes. As diferenças consistiram na utilização de alguns indicadores distintos e na atribuição de pesos aos indicadores.

Com relação aos Balanços Sociais propriamente ditos e às Demonstrações da Geração e Distribuição de Riqueza, as Prefeituras Municipais de São José e de Florianópolis praticaram, em linhas gerais, a mesma metodologia.

Nos Balanços Sociais, ambas apresentam Indicadores Gerais do Resultado Operacional, Indicadores de Recursos Humanos, Indicadores de Atividades Operacionais e Indicadores de Atividades Sociais.

Porém, percebeu-se algumas diferenças a mencionar. Dentro dos Indicadores de Recursos Humanos, a Prefeitura Municipal de São José distribuiu os dados em níveis funcionais (operacional, chefia e direção), o que não o fez a Prefeitura Municipal de Florianópolis. Nas informações quanto a faixas etárias dos funcionários, a Prefeitura Municipal de São José adotou quatro faixas: até 24 anos, acima de 24 até 39 anos, acima de 39 até 64 anos e acima de 64 anos. Já a Prefeitura Municipal de Florianópolis distribuiu seus funcionários em três grandes faixas: até 24 anos, acima de 24 até 50 anos e acima de 50 anos. De igual forma, para tempo de serviço dos funcionários, a Prefeitura Municipal de São José adotou quatro faixas: até 1 ano, acima de 1 até 5 anos, acima de 5 até 10 anos e acima de 10 anos. A Prefeitura Municipal de Florianópolis reuniu as duas faixas centrais citadas em uma só, desta forma: até 1 ano, acima de 1 até 10 anos e acima de 10 anos. A Prefeitura Municipal de São José contemplou o número de estagiários em 31 de dezembro. A Prefeitura Municipal de Florianópolis preferiu adotar uma média anual de utilização de estagiários. Nos gastos com pessoal, a Prefeitura Municipal de São José referenciou

as remunerações em: salários, gratificações; encargos sociais compulsórios; 13º salário; férias e indenizações. Neste item, a Prefeitura Municipal de Florianópolis trouxe mais indicadores: salários, gratificações, férias, 13º salário, indenizações; obrigações patronais; gastos com pessoal inativo; gastos com pensionistas; outros gastos com pessoal e gastos com salário-família.

Nos tópicos Indicadores de Atividades Operacionais e Indicadores e Benefícios Sociais, ambas as Prefeituras demonstraram os valores com os respectivos percentuais da receita orçamentária, do superávit e do saldo patrimonial. A Prefeitura Municipal de São José contemplou os Indicadores de Atividades Operacionais com os gastos nos seguintes itens sintéticos: Legislativa; Administração e Planejamento; Saúde e Saneamento; Educação e Cultura; Indústria, Comércio e Serviços; Trabalho e Outros. Para os Indicadores de Atividades Sociais apresentou os desembolsos no item sintético Gastos com a Comunidade. Já a Prefeitura Municipal de Florianópolis dividiu os gastos dentro de algumas unidades orçamentárias. Nos Indicadores de Atividades Operacionais destacou a função Legislativa, o Gabinete do Vice-Prefeito, o Gabinete de Planejamento, o Núcleo de Transporte, a Secretaria Municipal de Administração, a Secretaria Municipal de Finanças e a Procuradoria Geral do Município. Nos Indicadores e Benefícios Sociais contemplou os gastos em várias funções, dentro da Secretaria de Educação, da Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social, Secretaria de Turismo, Secretaria de Transportes e Obras, Secretaria Regional do Continente, Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos, Secretaria da Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social, Encargos Gerais do Município e Outros Investimentos Sociais.

Nas Demonstrações da Geração e Distribuição de Riqueza, as Prefeituras Municipais de São José e de Florianópolis adotaram metodologia semelhante, que contemplou Receitas Orçamentárias, Insumos Adquiridos de Terceiros, Valor da Riqueza Bruta, Valor da Riqueza Recebida em Transferência, Valor da Riqueza Líquida e Distribuição da Riqueza. Apresentaram os valores com os respectivos percentuais da receita orçamentária. A diferenciação deu-se na distribuição da riqueza, pois a Prefeitura Municipal de São José utilizou, basicamente, funções de governo e a Prefeitura Municipal de Florianópolis unidades orçamentárias.

#### 4.7 RESULTADOS E DISCUSSÃO DA ANÁLISE

Constatou-se, assim, que as Prefeituras Municipais de São José e de Florianópolis praticaram, em linhas gerais, metodologia semelhante na confecção de seus Balanços Sociais para o exercício de 2001.

Com relação às pesquisas de avaliação da satisfação, cabe ressaltar que a utilização de indicadores distintos prejudicam a comparabilidade entre os resultados produzidos pelas enquetes das Prefeituras e que a atribuição de pesos aos indicadores podem gerar manipulação de dados, com interferência nos resultados de superávit/déficit da satisfação dos funcionários e munícipes. Decorre dessa possibilidade, de aplicação de critérios distintos e de manipulação de dados, a importância de um modelo padrão de Balanço Social, com o estabelecimento dos critérios e do conteúdo mínimo.

Outro importante ponto a destacar refere-se ao desmembramento entre Indicadores de Atividades Operacionais e Indicadores Sociais. Pela dificuldade

prática em se fazer o referido desmembramento, em virtude da subjetividade de julgamento de que se reveste, sugere-se que as Prefeituras Municipais de São José e de Florianópolis não façam distinção entre os Indicadores e nem dividam as despesas por unidades orçamentárias, haja vista a repetição das funções de Governo entre aquelas unidades. Por isso, recomenda-se que utilizem as funções de Governo e, no que couber, as subfunções de Governo, previstas na Portaria do Ministério do Orçamento e Gestão n. 42, de 14 de abril de 1999, com vigência a partir do exercício financeiro de 2002, garantindo a comparabilidade entre o direcionamento que as Prefeituras estão dando ao gasto público. Anteriormente ao ano de 2002, adotava-se a Portaria do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral n. 9, de 28 de janeiro de 1974, atualizada pelas Portarias n. 4, de 12 de março de 1975; n. 25, de 14 de julho de 1976; n. 36, de 17 de dezembro de 1980, e n. 36, de 1º de agosto de 1989, que resultava em dezesseis funções.

As vinte e oito funções de Governo vigentes são: Legislativa; Judiciária; Essencial à Justiça; Administração; Defesa Nacional; Segurança Pública; Relações Exteriores; Assistência Social; Previdência Social; Saúde; Trabalho; Educação; Cultura; Direitos da Cidadania; Urbanismo; Habitação; Saneamento; Gestão Ambiental; Ciência e Tecnologia; Agricultura; Organização Agrária; Indústria; Comércio e Serviços; Comunicações; Energia; Transporte, Desporto e Lazer; Encargos Especiais.

As subfunções de Governo em vigência são: Ação Legislativa; Controle Externo; Ação Judiciária; Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário; Defesa da Ordem Jurídica; Representação Judicial e Extrajudicial; Planejamento e Orçamento; Administração Geral; Administração Financeira; Controle Interno; Normatização e

Fiscalização; Tecnologia da Informação; Ordenamento Territorial; Formação de Recursos Humanos; Administração de Receitas; Administração de Concessões; Comunicação Social; Defesa Aérea; Defesa Naval; Defesa Terrestre; Policiamento; Defesa Civil; Informação e Inteligência; Relações Diplomáticas; Cooperação Internacional; Assistência ao Idoso; Assistência ao Portador de Deficiência; Assistência à Criança e ao Adolescente; Assistência Comunitária; Previdência Básica; Previdência do Regime Estatutário; Previdência Complementar; Previdência Especial; Atenção Básica; Assistência Hospitalar e Ambulatorial; Suporte Profilático e Terapêutico; Vigilância Sanitária; Vigilância Epidemiológica; Alimentação e Nutrição; Proteção e Benefícios ao Trabalhador; Relações de Trabalho; Empregabilidade; Fomento ao Trabalho; Ensino Fundamental; Ensino Médio; Ensino Profissional; Ensino Superior; Educação Infantil; Educação de Jovens e Adultos; Educação Especial; Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico; Difusão Cultural; Custódia e Reintegração Social; Direitos Individuais, Coletivos e Difusos; Assistência aos Povos Indígenas; Infra-Estrutura Urbana; Serviços Urbanos; Transportes Coletivos Urbanos; Habitação Rural; Habitação Urbana; Saneamento Básico Rural; Saneamento Básico Urbano; Preservação e Conservação Ambiental; Controle Ambiental; Recuperação de Áreas Degradadas; Recursos Hídricos; Meteorologia; Desenvolvimento Científico; Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia; Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico; Promoção da Produção Vegetal; Promoção da Produção Animal; Defesa Sanitária Vegetal; Defesa Sanitária Animal; Abastecimento; Extensão Rural; Irrigação; Reforma Agrária; Colonização; Promoção Industrial; Produção Industrial; Mineração; Propriedade Industrial; Normalização e Qualidade; Promoção Comercial; Comercialização; Comércio Exterior; Serviços

Financeiros; Turismo; Comunicações Postais; Telecomunicações; Conservação de Energia; Energia Elétrica; Petróleo; Alcool; Transporte Aéreo; Transporte Rodoviário; Transporte Ferroviário; Transporte Hidroviário; Transportes Especiais; Desporto de Rendimento; Desporto Comunitário; Lazer; Refinanciamento da Dívida Interna; Refinanciamento da Dívida Externa; Serviço da Dívida Interna; Serviço da Dívida Externa; Transferências; Outros Encargos Especiais.

Nas Demonstrações da Geração e Distribuição de Riqueza, sugere-se, de igual forma, que, na Distribuição da Riqueza, adote-se as funções de Governo estabelecidas na Portaria, pois a Prefeitura Municipal de Florianópolis considerou funções de Governo como unidades orçamentárias, excluídos os gastos com pessoal e serviços de terceiros.

## 5 CONCLUSÕES

Conclui-se que, para o entendimento sobre Balanço Social, é necessário refletir sobre temas presentes em sua essência, como a ética, a responsabilidade social e a cidadania empresarial. De igual forma, faz-se mister compreender sua origem e sua evolução no meio empresarial.

Constatou-se que o Balanço Social consolida-se como um demonstrativo contábil complementar, que pode evidenciar as questões relacionadas a recursos humanos, ao valor agregado pela entidade e à preocupação com o meio ambiente. É de grande valia para uma gama de usuários, por ser uma fonte de informações não disponível nas demonstrações contábeis tradicionais.

Existem muitas metodologias de Balanço Social empregadas no setor privado, com destaque para o modelo do IBASE e Relatório do Instituto ETHOS.

O Balanço Social reveste-se de questões polêmicas sobre sua obrigatoriedade de publicação, a padronização de um modelo e a responsabilidade por sua elaboração.

Especificamente no setor público, tratado à parte em virtude de suas peculiaridades, os Balanços Sociais das Prefeituras Municipais de São José e de Florianópolis, para o exercício de 2001, surgiram como importantes iniciativas na esfera municipal.

O Balanço Social da Prefeitura Municipal de São José trouxe a seguinte estrutura: Mensagem do Prefeito, Município de São José, Ações Sociais (Educação, Cultura e Esporte; Saúde e Saneamento; Desenvolvimento Social; Habitação, Urbanismo e Transporte; Segurança Pública; Meio Ambiente e Educação

Ambiental), Capital Humano (Avaliação da Satisfação do Capital Humano; Avaliação da Satisfação dos Usuários do Centro de Atendimento ao Cidadão) e Demonstrativos e Indicadores Sociais (Balanço Social; Demonstração da Geração e Distribuição de Riqueza).

Por sua vez, o Balanço Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis contemplou os seguintes tópicos: Mensagem da Prefeita, O Município, A Gestão de Florianópolis, As Pessoas (Saúde; Nutrição; Educação; Habitação; Assistência Social; Transporte Urbano; Cultura; Esportes), O Ambiente Natural (Conservação Ambiental; Educação Ambiental; Limpeza Pública), As Oportunidades (Turismo; Agropecuária, Pesca e Abastecimento), O Ambiente Físico (Obras de Engenharia; Infra-Estrutura de Serviços), O Ambiente Institucional (Modernização Administrativa; Recursos Humanos) e Demonstrativo de Indicadores Sociais (Um Balanço da Satisfação dos Funcionários e dos Munícipes; Balanço Social da Satisfação dos Funcionários da Prefeitura; Balanço Social da Satisfação dos Munícipes; Balanço Social da Prefeitura de Florianópolis; Demonstração da Geração e Distribuição de Riqueza).

As Prefeituras Municipais de São José e de Florianópolis praticaram, em linhas gerais, metodologia semelhante na confecção de seus Balanços Sociais para o exercício de 2001.

As principais diferenças situaram-se na forma de evidenciar as atitudes sociais; nos indicadores e respectivos pesos utilizados nas pesquisas de avaliação da satisfação; na distribuição dos funcionários nas classes funcionais, nas faixas etárias e no tempo de serviço; e na forma de distribuição dos Indicadores Operacionais e Indicadores e Benefícios Sociais e dos valores na Distribuição da Riqueza.



Neste contexto, pontos que devem ser refletidos consistem na utilização de indicadores e pesos padrões nas pesquisas de avaliação da satisfação, na não diferenciação dos Indicadores Operacionais e Indicadores e Benefícios Sociais e na utilização das funções de Governo estabelecidas em Portaria, dentro desses Indicadores e na Distribuição da Riqueza. Essas reflexões buscam a qualidade da informação contida nos Balanços Sociais e a comparabilidade entre esses instrumentos de informação.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Francisco José de. Dimensões da responsabilidade social da empresa. Revista Brasileira de Contabilidade, ano XXX, n. 129, maio/junho de 2001, p. 73-81.

BRANDT, Valnir Alberto. Ética e responsabilidade social. Revista do CRCPR, ano 27, n. 133, 2º quadrimestre de 2002, p. 29-34.

BRASIL. Decreto n. 1.171, de 22 de junho de 1994. Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

BRASIL. Decreto não numerado, de 26 de maio de 1999. Cria a Comissão de Ética Pública e Dá Outras Providências.

BRASIL. Decreto não numerado, de 30 de agosto de 2000. Acrescenta Dispositivo ao Decreto de 26 de maio de 1999, que Cria a Comissão de Ética Pública e Dá Outras Providências.

BRASIL. Decreto não numerado, de 18 de maio de 2001. Dispõe Sobre o Relacionamento das Comissões de Ética de Entidades da Administração Federal com a Comissão de Ética Pública e Altera o Decreto de 26 de maio de 1999.

BRASIL. Decreto n. 4.081, de 11 de janeiro de 2002. Institui o Código de Conduta Ética dos Agentes Públicos em Exercício na Presidência e Vice-Presidência da República.

BRASIL. Decreto n. 4.610, de 26 de fevereiro de 2003. Dá Nova Redação ao Parágrafo Único do Artigo 3 do Decreto 4.081, de 11 de janeiro de 2002, que Institui o Código de Conduta Ética dos Agentes Públicos em Exercício na Presidência e Vice-Presidência da República.

BRASIL. Lei n. 8.027, de 12 de abril de 1990. Dispõe sobre Normas de Conduta dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas e Dá Outras Providências.

BRASIL. Portaria do Ministério do Orçamento e Gestão n. 42, de 14 de abril de 1999. Atualiza a Discriminação da Despesa por Funções de que Tratam o Inciso I do § 1º do Art. 2º e § 2º do Art. 8º, Ambos da Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964. Estabelece os Conceitos de Função, Subfunção, Programa, Projeto, Atividade, Operações Especiais, e Dá Outras Providências.

BRASIL. Projeto de Lei n. 3.116/97. Cria o Balanço Social para as Empresas que Menciona e Dá Outras Providências.

BRASIL Projeto de Lei n. 0032/99. Cria o Balanço Social para as Empresas que Menciona e Dá Outras Providências.

BRASIL. Resolução do Senado Federal n. 20, de 17 de março de 1993. Institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar.

CARNEIRO, Juarez Domingues. Apresentação. Balanço Social do CRCSC – 2000/2001, 2002, 48p.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução n. 803, de 10 de outubro de 1996.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA. Informativo do CRCSC, ano XI, nº 1, janeiro/fevereiro – 2002.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA. Informativo do CRCSC, ano XI, nº 3, maio/junho – 2002.

DE LUCA, Márcia Martins Mendes. Demonstração do valor adicionado. São Paulo: Atlas, 1998, 104p.

EDITORIAL DO IBASE. Publique seu Balanço Social. [www.balancosocial.org.br](http://www.balancosocial.org.br). 03 de abril de 2002.

FLORIANÓPOLIS. [www.pmf.sc.gov.br](http://www.pmf.sc.gov.br). 07 de maio de 2003.

INSTITUTO ETHOS. Introdução ao Balanço Social. [www.ethos.org.br](http://www.ethos.org.br). 04 de fevereiro de 2003.

KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. Balanço Social: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000, 162p.

\_\_\_\_\_. Balanço social: uma proposta de normalização. Revista do CRCPR, ano 27, n. 132, 1º quadrimestre de 2002, p. 46-54.

LEITE, Carlos Corrêa. Sistema municipal de informações. Informações Objetivas, Revista DCAP – Direito Administrativo, Contabilidade e Administração Pública, n. 4, abril de 1997.

MACHADO JR., José Teixeira; REIS, Heraldo da Costa. A lei 4.320 comentada. 29. ed. ver. atual. Rio de Janeiro: IBAM, 1999, 360p.

MENDONÇA, Luis Carvalheira. A participação do cidadão nas decisões da administração pública. Revista de Administração Pública, vol. 18, out./dez. 1984. p.175-182.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Administração pública gerencial. Informações Objetivas, Revista DCAP – Direito Administrativo, Contabilidade e Administração Pública, 1998, p. 19-26.

PAIVA, Simone Bastos. Cidadania empresarial: aspectos sociais e contábeis. Revista Brasileira de Contabilidade, ano XXX, n. 129, maio/junho de 2001, p. 29-35.

PEIXE, Blênio César Severo. Balanço Social: o poder de difusão da informação. Revista do CRCPR, ano 25, n. 123, março de 1999, p. 13-19.

\_\_\_\_\_. Finanças públicas: controladoria governamental. Curitiba: Juruá, 2002, 252p.

PEROTTONI, Marco Antonio. Balanço Social: responsabilidade, padronização e obrigatoriedade. Revista Brasileira de Contabilidade, ano XXXI, n. 134, março/abril de 2002, p. 51/59.

RAUPP, Elena Hahn. A contabilidade e o valor real das empresas mediante identificação dos valores internos. Revista Brasileira de Contabilidade, ano XXX, n. 128, março/abril de 2001, p. 50-68.

RIBEIRO, Maisa de Souza. LISBOA, Lázaro Plácido. Balanço Social. Revista Brasileira de Contabilidade, ano XXVIII, v. 28, n. 115, janeiro/fevereiro de 1999, p. 72-81.

RIO GRANDE DO SUL. Lei n. 11.440, de 18 de janeiro de 2000. Institui o Balanço Social para as Empresas Estabelecidas naquele Estado.

SÁ, Antônio Lopes de. Contas de despesas e os fenômenos contábeis e sociais. Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, v. 26, n. 91, outubro/dezembro de 1997, p. 25-29.

SANTA CATARINA. Tribunal de Contas do Estado. Guia da lei de responsabilidade fiscal. Florianópolis, TCE, 2001, 136p.

\_\_\_\_\_. Municípios. Principais Características de Florianópolis. [www.sc.gov.br](http://www.sc.gov.br). 07 de maio de 2003.

\_\_\_\_\_. Municípios. Principais Características de São José. [www.sc.gov.br](http://www.sc.gov.br). 07 de maio de 2003.

SÃO JOSÉ/SC. [www.pmsj.sc.gov.br](http://www.pmsj.sc.gov.br). 07 de maio de 2003.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; FREIRE, Fátima de. Balanco Social: teoria e prática: inclui o novo modelo do IBASE. São Paulo: Atlas, 2001, 174p.

SLOMSKI, Valmor. Resultado econômico: um novo paradigma na administração pública. CRC & Você, vol. 1, n. 1, 2001, p. 63-75.

SOUZA, Herbert de. Balanco Social nas empresas públicas. [www.balancosocial.org.br](http://www.balancosocial.org.br). 03 de abril de 2002.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. Balanco Social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo: Atlas, 2001, 243 p.

\_\_\_\_\_. Balanco Social: balanço da transparência corporativa e da concertação social. Revista Brasileira de Contabilidade, ano XXXI, n. 135, maio/junho de 2002, p. 57-73.

VASCONCELOS, Yumara Lúcia. Melhorando a qualidade da informação no Balanco Social. Revista Brasileira de Contabilidade, ano XXX, n. 132, novembro/dezembro de 2001, p. 83-95.

# ANEXOS

**ANEXO I – BALANÇO SOCIAL DA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO  
JOSÉ DE 2001**





# Balanco Social 2001

Prefeitura Municipal de São José / SC



## Índice

<b>Mensagem do Prefeito</b>	3
<b>Município de São José</b>	4
<b>Ações Sociais</b>	6
Educação, Cultura e Esporte	6
Saúde e Saneamento	13
Desenvolvimento Social	18
Habitação, Urbanismo e Transporte	22
Segurança Pública	28
Meio Ambiente e Educação Ambiental	29
<b>Capital Humano</b>	33
Avaliação da Satisfação do Capital Humano	36
Avaliação da Satisfação dos Usuários do Centro de Atendimento ao Cidadão	39
<b>Demonstrativos e Indicadores Sociais</b>	42
Balanco Social	42
Demonstração da Geração e Distribuição de Riqueza	43





# Mensagem do Prefeito

A Prefeitura Municipal de São José apresenta à Comunidade Josefense o primeiro Balanço Social Abrangente de uma Prefeitura no País.

O Balanço Social da PMSJ foi elaborado com base nas informações administrativas, contábeis, financeiras e sociais de 2000 e 2001 e inclui pesquisas relativas ao nível de satisfação dos Recursos Humanos e Contribuintes.

Nos últimos anos, São José vem crescendo em ritmo acelerado, investindo em vários setores que estão mudando o seu perfil urbano e social.

Obras importantes foram realizadas, como a Policlínica São José, o novo Centro Administrativo, a Avenida das Torres e o Calçamento da Avenida Central do Kobrasol, além de novas escolas, creches e postos de saúde. Outras ainda estão sendo

implantadas, como a Beira Mar de São José, que vai melhorar o tráfego e transformar a área em grande espaço de lazer para a população.

Mas não é só em obras que a Prefeitura investe, na área Social desenvolveu e implantou diversos programas sociais, como o Projeto Criança 21, Saúde na Família, o Centro de Convivência do Idoso e a Cidade da Criança, resultando em melhoria na qualidade de vida da população.

Com a elaboração do seu primeiro Balanço Social, São José uma cidade próspera e promissora, espera contribuir para a consolidação desta prática nas instituições públicas e privadas.

Dário Elias Berger  
Prefeito Municipal



## Município de São José

São José se orgulha por oferecer aos seus moradores um dos melhores índices de qualidade de vida de Santa Catarina, passando da 30ª posição no ranking municipal de desenvolvimento social de 1999, para a 24ª posição em 2000.

Com uma população superior a 170 mil habitantes, o município possui hoje 99,5% de suas casas com água encanada, 99,5% das crianças em creches ou escolas, 75 % das casas com coleta de lixo diária, além de um crescente número de casa populares.

Os investimentos continuados em todas as áreas do município têm proporcionado excelentes resultados. Segundo estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, a cidade tem hoje 17% da sua população formada pelas classes menos favorecidas, considerando que em 1970 este índice era de 70%. Além disso, São José oferece aos seus moradores, bem como aos visitantes, uma completa estrutura de lazer e entretenimento, além de uma sólida base comercial.



Santa Catarina

A map of the state of Santa Catarina, Brazil. The state is shown in a dark silhouette. A small area in the southern part of the state is highlighted in a lighter shade, representing the municipality of São José.

São José

A map of the state of Santa Catarina, Brazil. The state is shown in a dark silhouette. A small area in the southern part of the state is highlighted in a lighter shade, representing the municipality of São José.

São José

A map of the state of Santa Catarina, Brazil. The state is shown in a dark silhouette. A small area in the southern part of the state is highlighted in a lighter shade, representing the municipality of São José.



# Ações Sociais

## Educação, Cultura e Esporte

### Educação

#### Eficiência no Ensino

Em 2000, o município de São José obteve bons índices de desenvolvimento municipal. Em destaque os indicadores de atendimento ao ensino infantil e fundamental que tiveram o Índice de Condição de Eficiência na Educação (ICE) alto, ficando acima da média do Estado.

Índice de Condição de Eficiência na Educação			
Indicadores de Desenvolvimento Municipal em 2000	São José (ICE)	Florianópolis (ICE)	Santa Catarina (ICE)
Atendimento Ensino Infantil	1,0	1,0	0,83
Atendimento Ensino Fundamental	1,0	1,0	0,98
Permanência Ensino Fundamental	0,96	0,96	0,97
Aprovação Ensino Fundamental	0,89	0,88	0,91
Repetência Ensino Fundamental	0,89	0,88	0,91
Distorção Ensino Fundamental	0,96	0,94	-
Atendimento Ensino Médio	0,56	1,0	0,79
Distorção Ensino Médio	0,99	0,98	-

Nota: Quando o Índice de Condição de Eficiência (ICE) se aproxima de um (1,0), melhores são as condições de eficiência na educação, piorando quando se aproxima do zero (0,00). Foram estabelecidas cinco classes hierárquicas de desempenho, do valor do ICE a saber: 0,95 a 1,00 = alto; 0,90 a 0,94 = médio alto; 0,80 a 0,89 = médio; 0,70 a 0,79 = médio baixo; 0,00 a 0,69 = baixo.

Fonte: Diretoria de Desenvolvimento Urbano DURB  
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente SDM SC, 2001

Número de Escolas e Alunos										
Ensino	Escolas					Alunos				
	1997	1998	1999	2000	2001	1997	1998	1999	2000	2001
Fundamental	05	05	07	11	11	5036	5803	9806	13002	12582
Médio	01	01	01	01	01	530	585	585	561	585
Educação Infantil	05	05	10	13	15	773	987	2676	3995	3434
Educação Jovens e Adultos	-	17	20	12	24	-	500	700	1200(1)	2800(2)
Total	11	28	38	37	51	6339	7875	13767	18758	19401

(1) 1ª a 4ª Séries - 300 alunos - 5ª a 8ª Séries - 900 alunos (2) Exames supletivos 1500 alunos Freqüencial - 1300 alunos  
Fonte: Secretaria Municipal da Educação - PMSJ

#### ► PROJETOS EDUCACIONAIS

##### Educação para Crianças, Jovens e Adultos

A implantação de 7 novas escolas e ampliação de mais 3 nos últimos 5 anos possibilitou um aumento significativo de alunos na rede de ensino do

município de São José. No período de 1998 a 2001 foram criadas 153 novas salas de aula. Só em 2001, tal investimento possibilitou a matrícula de

19.401 alunos no ensino fundamental, médio, educação infantil e educação de jovens e adultos.



### Escola do Futuro

O Projeto Escola do Futuro tem a finalidade de implantar laboratórios de comunicação, informática, ciências físicas e biológicas em todas as escolas de Ensino Fundamental da Rede. Só no laboratório de comunicação passaram em 2001, 300 alunos das 4as séries.

### Educação Para O Pensar

O Projeto Educação Para O Pensar vem Proporcionando às crianças habilidades de raciocínio através das matérias do Ensino Fundamental. As Crianças tem assim espaço para exercer a interdisciplinariedade com capacidade de pensar, escolher e decidir por si mesma para uma vida autônoma, responsável e criativa.

### Convênio Univali

Habilitar professores das Séries Iniciais e Educação Infantil com Curso de Pedagogia; cerca de 300 profesoress são agraciados com bolsas de estudos para custear seu curso superior.

### Formação Continuada dos Professores, Especialistas, Diretores e Funcionários

Propiciar formação continuada com cursos de 80 a 100 horas, objetivando a melhoria da qualidade do ensino.

### Proposta Curricular.

Elaboração da Proposta Curricular Referencial Teórico-Metodológico para a Rede Municipal de Ensino, com o objetivo de nortear a Educação no Município.





## Serviços Especiais para a Melhoria Educacional

Objetivando um melhor rendimento e melhoria do bem-estar social dos alunos e seus familiares, a Prefeitura de São José vem realizando serviços especiais nas escolas, através dos programas: Educação Especial, Olho no Olho, Psicologia na Escola, Crescimento Pessoal, Escola para Pais e Apóia. Até agosto de 2001, mais de 4.814 alunos e familiares foram beneficiados com estes programas. Enquanto isso, mais 1.709 famílias receberam uma Bolsa Escola.

Programas	Atendimentos			
	1998	1999	2000	2001*
Educação Especial	25	31	31	58
Olho no Olho	-	-	3.064	3.146
Crescimento	280	240	3.335	1.400
Infantil/Criança			(1)	(2)
Escola e Família				
Grupo Crescimento	-	-	58	210
Pessoal				
<b>Total</b>	<b>305</b>	<b>271</b>	<b>6.488</b>	<b>4.814</b>

(\*) Dados até agosto de 2001 (1) 3.025 adultos e 310 crianças atendidas (2) 510 famílias e 830 crianças atendidas  
Fonte: Secretaria Municipal da Educação - PMSJ

### Fonoaudiologia no Ensino Fundamental

Em São José a escola apresenta-se como um espaço privilegiado para o desenvolvimento de campanhas de preservação da audição. Em 2001, foram atendidos mais de 1.661 alunos da educação infantil e do ensino fundamental. O projeto ainda proporcionou cursos de saúde vocal e cursos de oratória para 80 professores.

### Projeto Educação Especial

O Projeto Educação Especial tem como objetivo proporcionar as condições necessárias para os alunos da Rede Municipal de Ensino de São José, que apresentam dificuldades ou deficiências de ordem sensorial, física, cognitiva e/ou psicológica. Para tanto, os alunos e seus pais têm atendimento especial na escola.

### Projeto Olho no Olho

O Projeto Olho no Olho tem

objetivo de descobrir em primeiro estágio dificuldades visuais nas crianças para que estas recebam os devidos atendimentos que podem ser desde o fornecimento de óculos até cirurgias urgentes. Em 2001, os agentes da Campanha Nacional de Reabilitação Visual atenderam mais de 3.140 crianças da 1ª série do Ensino Fundamental.

### Psicologia na Escola para a Criança e Família

O Projeto Psicologia na Escola proporciona um atendimento voltado a alunos da Rede Municipal de Ensino de São José, que apresentem dificuldades psico-emocionais e de aprendizagem. Em 2001, foram atendidas mais de 260 crianças em 11 escolas.

### Grupo de Crescimento Pessoal

O Projeto Crescimento Pessoal tem como finalidade atender educadores que buscam, através

de vivências psicológicas, uma melhor compreensão de seus estilos pessoais, interpessoais e de grupo, e as implicações desses estilos em suas relações cotidianas. O autoconhecimento, o resgate do poder pessoal, o fortalecimento da auto-estima e a compreensão do estar em grupo são alguns dos temas privilegiados. Em 2001, 80 professores foram beneficiados. estar em grupo são alguns dos temas privilegiados. Em 2001, 80 professores foram beneficiados.

### Entre Meninas 2001

O Projeto Entre Meninas em parceria com o CASA (Centro de Assessoria à Adolescência) e com algumas escolas do município, vem tendo a participação de 40 meninas (adolescentes) de 4 escolas. Em encontros semanais discutiam sobre sexualidade, cidadania, drogas, educação ambiental e escolha profissional.



## ► ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

**Nutrição: Merenda Escolar**  
A Prefeitura Municipal de São José, através da Secretaria de Educação e Cultura, iniciou no ano de 1995 o processo de descentralização do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Atualmente são atendidos, entre a Rede Municipal e a Rede Estadual de Ensino, 36.000 alunos da Educação Fundamental e Educação Infantil.

## Esporte

### ► EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO

#### Mexa-se no Itaguaçu

O Projeto Mexa-se no Itaguaçu em parceria com o Shopping Center Itaguaçu, o SESI e a Prefeitura Municipal de São José que objetiva a melhoria da qualidade de vida das pessoas que fazem caminhadas ao redor do shopping. Hoje mais de 2.000 pessoas estão inscritas no projeto.

#### Esporte Escolar

O Projeto Esporte Escolar em parceria com o SESI é inédito e trata da prática desportiva extra-classe que ocupa o tempo ocioso dos alunos, incentivando e desenvolvendo-os esportivamente como complementação do seu processo educativo. Tem ainda por objetivo descobrir talentos esportivos. Participam do projeto cerca de 2.000 alunos de 11 escolas.

#### Dança na Escola

O Projeto Dança na Escola objetiva o desenvolvimento da expressão corporal e a diversificação das atividades extra-curriculares. Três escolas e mais de 300 alunos são envolvidos no projeto.

#### Capoeira na Escola

Atividade extra-curricular, a Capoeira na Escola visa assegurar a permanência do aluno na escola bem como resgatar parte da cultura afro-brasileira juntamente com os alunos da Rede Municipal. Este projeto tem parceria com o grupo Aú Capoeira, que vem atendendo mais de 2.000 crianças.

#### Prêmio Recrear

O Prêmio Recrear tem por objetivo oferecer atividades recreativas aos alunos da Rede Municipal de Ensino, oportunizando a construção do conhecimento, introduzindo as propriedades do lúdico, do prazer, da capacidade de iniciação ativa e motivadora. Em 2001, 40 escolas, 800 professores e 16.000 alunos se envolveram com o Prêmio Recrear.



## Cultura

### Brinquedos e Brincadeiras Populares

O Projeto Brinquedos e Brincadeiras Populares oferece regularmente cursos de capacitação de professores da Rede Municipal de Ensino para resgate e preservação da cultura popular junto as comunidades. Em 2001, 300 professores foram capacitados confeccionando brinquedos para cerca de 16.000 alunos.

### Festa da Cultura Açoriana

Tem como objetivo o resgate da cultura de base açoriana e formação do corredor turístico do litoral de SC. Em 2001, 26 municípios, 11 entidades e 4 universidades participaram do evento, proporcionando alegria para 15.000 pessoas.

### Casa da Cultura

Tem por objetivo defender o pluralismo cultural josefense, envolvendo neste processo o maior número possível de pessoas, entre artistas, intelectuais, professores, crianças, idosos e cidadãos comuns.

### Preservação do Patrimônio Cultural e Artístico de São José

Tem por prática o levantamento e cadastramento das edificações e sítios naturais representativos do Patrimônio Cultural do Município.

### Escola de Oleiros

Oferece cursos gratuitos de inicialização profissionalizante em cerâmica no torno, peças figurativas e modelagens diversas, preservando as técnicas culturais tradicionais. Atende cerca de 170 alunos em cursos regulares e 40 em cursos de verão. São confeccionadas aproximadamente 500 peças por mês.

### Museu Histórico

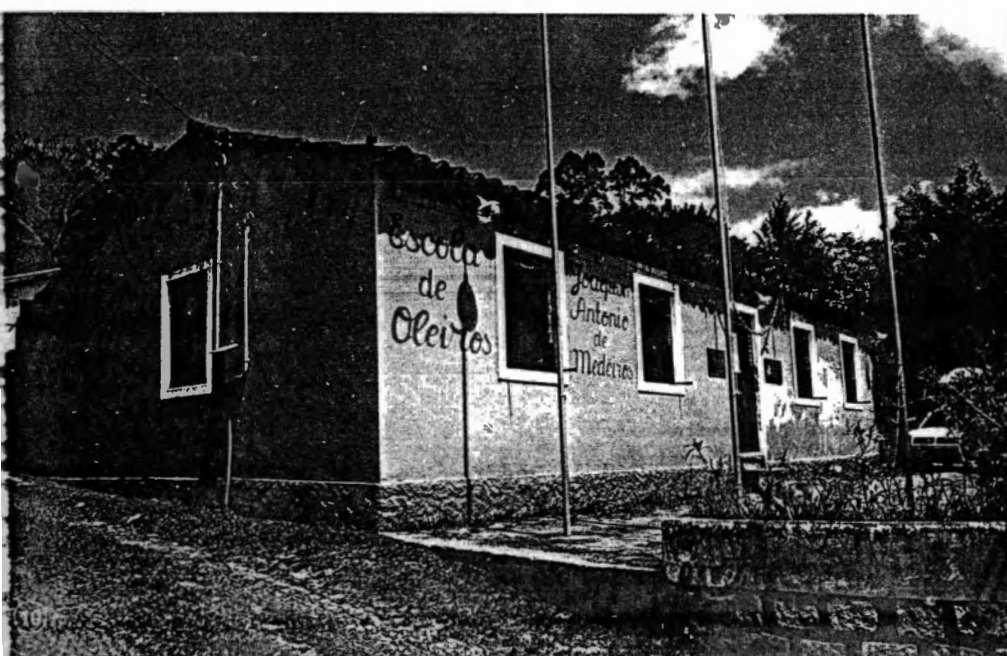
Semestralmente o Museu Histórico de São José recebe alunos da Rede de Ensino de Educação, oferecendo não somente informações da história e riqueza da cidade, mas também proporcionando exposições de Artes Plásticas. Só em 2001, foram registrados mais de 3.000 visitantes.

### Projeto Canoa

A Prefeitura de São José vem apoiando e viabilizando os Projetos de Gelci Coelho, Francis Silvi e Renato Rachadel que demonstram ao público a arte da construção das tradicionais canoas esculpidas em um só tronco de garapuvú. A divulgação foi inédita no país e registrou a visita de 10.000 alunos da rede.

### Prêmio Recriar e Salão de Criatividade No Lazer

A Prefeitura de São José estimula a criatividade incentivando a reciclagem de materiais. Em 2001, os representantes de São José na Fase Regional do evento obtiveram prêmios em todas as categorias.



### Biblioteca Municipal

A Biblioteca Municipal tem por objetivo estimular a leitura e a pesquisa na comunidade em geral, atuando também na rede de ensino como apoio pedagógico. Em 2001, foram registrados 2.000 visitas.

### Theatro Adolpho Mello

No Teatro Adolpho Mello são ministradas oficinas gratuitas de artes cênicas, dança e canto, proporcionando formação inicial a futuros profissionais que atuam como agentes formadores de platéias para espetáculos diversos. São atendidos atualmente 400 alunos em diversas faixas

etárias e oficinas especiais para alunos deficientes. Em 2001, mensalmente 12 espetáculos para um público de 2.000 pessoas proporcionaram apresentação de peças artísticas.

### Festival Artístico

O Festival Artístico proporcionado pela Prefeitura de São José tem o objetivo da socialização dos alunos da Rede de Ensino do Município e o desenvolvimento artístico, vocal, corporal etc. envolvendo o maior número de participantes e espectadores.

### Canta Escola

O Projeto Canta Escola promove o ensino do canto

nas escolas da Rede Municipal de Ensino, através da formação de corais de primeira voz para a participação em diversos eventos. Hoje, São José conta com a formação de 3 corais envolvendo cerca de 200 crianças.

### Projeto de Geminção de Cidades

O Projeto de Geminção de Cidades tem por objetivo estabelecer laços de amizade entre outros municípios com vistas a assinar, a curto prazo, o protocolo de geminação entre as cidades de Praia da Vitória - Ilha Terceira - Açores - Portugal e São José - Santa Catarina - Brasil.







# Saúde e Saneamento



## Saúde

### Eficiência na Saúde

Em 2000, o município de São José obteve bons índices de desenvolvimento municipal, em decorrência do trabalho realizado pelos profissionais que integram a equipe de saúde, que

têm como preocupação maior o bem-estar dos munícipes. Os indicadores de Cobertura Vacinal, das Vacinas contra Difteria, Tétano, Coqueluche, Poliomielite e Sarampo, obtiveram o Índice de Condição de Eficiência na Saúde (ICE) Alto, atingindo a média do Estado.

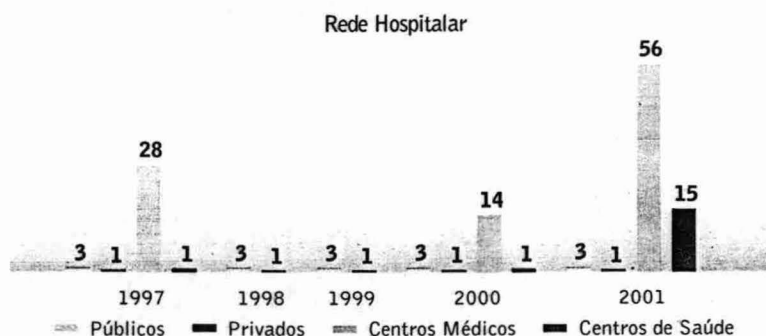
Índice de Condição de Eficiência na Saúde			
Indicadores de Desenvolvimento Municipal em 2000	São José (ICE)	Florianópolis (ICE)	Santa Catarina (ICE)
Mortalidade infantil	0,96	1,00	0,95
Consultas Pré-Natal	0,89	0,90	0,90
Cobertura Vacinal DPT	1,00	1,00	1,00
Vacinal Poliomielite	1,00	1,00	1,00
Vacina Sarampo	1,00	1,00	1,00

Nota: Quando o Índice de Condição de Eficiência (ICE) se aproxima de um (1,0), melhores são as condições de eficiência na saúde, piorando quando se aproxima do zero (0,00). Foram estabelecidas cinco classes hierárquicas de desempenho, do valor do ICE a saber: 0,95 a 1,00 = alto; 0,90 a 0,94 = médio alto; 0,80 a 0,89 = médio; 0,70 a 0,79 = médio baixo; 0,00 a 0,69 = baixo.

Fonte: Diretoria de Desenvolvimento Urbano DURB  
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente SDM SC, 2001

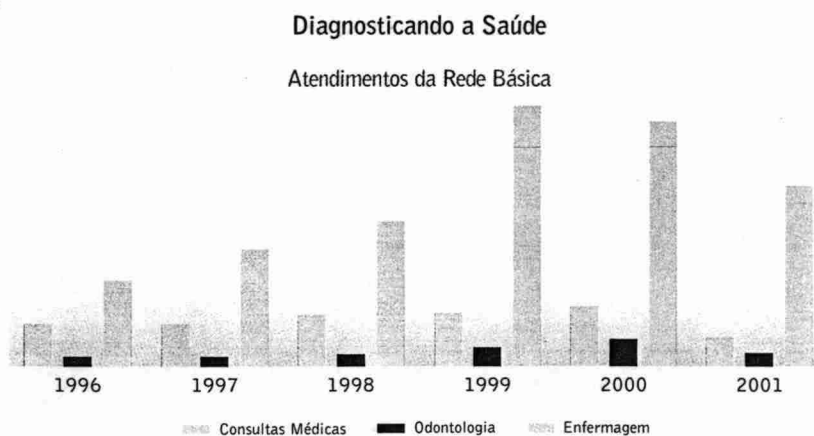
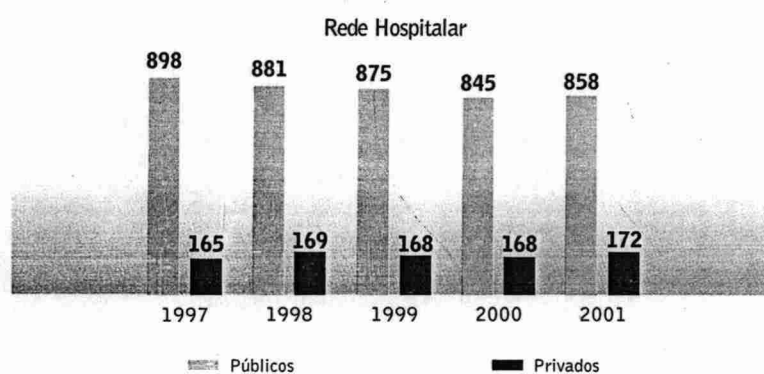
A Secretaria da Saúde, desde 1997, vem ampliando a sua rede física através da construção de seis novas Unidades de Saúde, medindo em média 270 m². São elas: Centro de Saúde Barreiros, Ipiranga, Luar, Sertão do Maruim, Roçado, Fazenda Santo Antônio e a Policlínica de Referência, perfazendo um total de 15 unidades, distribuídas de maneira regionalizada.

A Policlínica Municipal de Referência oferece aos munícipes atendimento nos seguintes serviços: Cardiologia, Oftalmologia, Otorrinolaringologia, Mastologia, Ortopedia, Gastroenterologia, além de Ginecologia, Obstetrícia, Clínica Médica, Pediatria e serviços de Enfermagem (vacinas, curativo, injeções, preventivo de colo uterino, entre outros).



Investimento no Período de 1997 a 2001					
Estabelecimentos	1997	1998	1999	2000	2001
Públicos	3	3	3	3	3
Privados	1	1	1	1	1
Centros Médicos	28	-	-	-	56
Centros de Saúde	1	-	-	14	15
<b>Total</b>	<b>33</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>19</b>	<b>76</b>

Fontes: Secretaria do Estado da Saúde, IBGE/1997  
Secretaria Municipal da Saúde Conselho Regional de Medicina



	Consultas Médicas	%	Odontologia	%	Enfermagem	%
1996	86047	10,18	50034	11,24	184502	7,68
1997	103627	12,26	63049	14,17	297475	12,38
1998	130499	15,44	68620	15,42	371703	15,47
1999	147767	17,48	89301	20,07	72515	3,02
2000	177087	20,95	87409	19,64	691615	28,80
2001	200239	23,69	86616	19,46	784448	32,65

Fontes: Secretaria Municipal da Saúde - PMSJ

Outros Programas		Atendimentos	
Item	Programas	2000	2001
1	Hipertensão	6.850	6.448
2	Diabetes	2.230	1.902
3	Feridas Crônicas	88	432
4	Pequenas Cirurgias	756	466
5	Prevenção do Câncer do Colo Uterino e de Mama	8.253	9.366
6	Teste do Pezinho	2.147	2.615
7	Planejamento Familiar	2.206	3.511
8	Prevenção a Assistência a DST/AIDS	2.466	4.286
9	Pacientes Transportados	52	238
10	Agentes de Saúde (Implantado em 1999)	21.113	258.492

Fontes: Secretaria Municipal da Saúde - PMSJ

Coeficiente de Mortalidade	
Ano	Coeficiente de Mortalidade
1996	15,9
1997	14,0
1998	15,3
1999	16,1
2000	14,7
2001	8,2

Fontes: Secretaria Municipal da Saúde - PMSJ

Ano 2001 - Evolução Quantitativa da Cobertura						
Vacinal Mensal em Menores de 1 ano - (Pop. Ref. IBGE 2000)						
Vacinas	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
DPT	146,22	153,77	128,07	131,16	112,29	127,29
SABIN	146,22	152,83	126,97	131,62	111,83	120,64
SARAMPO	131,60	143,39	112,29	126,04	174,94	200,46
BCG	147,16	96,22	144,77	147,90	141,53	164,73
HEPATITE B	119,33	127,83	109,51	123,25	104,40	119,72
HIB	160,37	174,05	146,63	141,86	135,49	127,14
Vacinas	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
DPT	97,44	129,47	100,23	96,98	106,72	120,30
SABIN	88,16	128,08	141,06	99,76	120,18	123,50
SARAMPO	109,04	129,93	152,20	117,40	119,72	135,95
BCG	136,89	115,55	149,88	126,68	139,67	135,20
HEPATITE B	109,04	115,09	134,10	91,41	115,54	117,14
HIB	90,95	109,52	99,76	89,09	112,29	124,68

Obs.1: O percentual elevado se dá pela população estimada do IBGE e que está abaixo do nº de nascidos vivos do Município. População < de 01 ano do Município (dados SINASC) = 3058 crianças. População < de 01 ano do IBGE (dados 2000) = 2551 crianças.

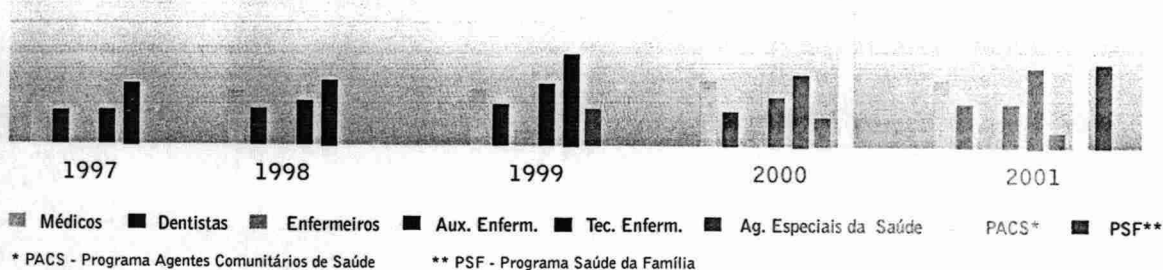
Obs.2: Em junho houve aumento significativo na cobertura vacinal, fato justificado pela Campanha Nacional de Imunização ocorrida em 9 de junho.

Obs.3: No mês de novembro, houve aumento da cobertura vacinal em todas as vacinas, ficando superior a 100%.

Obs.4: No mês de dezembro repetiu-se o mesmo episódio do mês anterior, onde a cobertura vacinal ficou acima de 100%.



## Evolução Funcional



Em 2001 {	Número de Médicos: 69	Número de Enfermeiros: 17	Número de Tec. Enferm.: 104
	Número de Dentistas: 45	Número de Aux. Enferm.: 40	Número de Ag. Especiais da Saúde: 17

## Programas

## Criança 21

O Programa Criança 21 foi instituído pela Secretaria de Saúde com o objetivo de acompanhar a saúde da gestante através do pré-natal e o recém-nato, ainda na maternidade, realizando as vacinas BCG e Contra Hepatite no bebê e a Dupla Viral na mamãe. O programa visa o desenvolvimento saudável do recém-nascido, a redução dos índices de mortalidade infantil e a garantia de uma melhor qualidade de vida. Até dezembro de 2001, 86% do total de 2.801 crianças nascidas vivas no Município foram assistidas.

## Programa Saúde da Família

O Programa de Saúde da Família que começou em agosto de 2001 é uma nova estratégia de fazer saúde. Pretende transformar o atual modelo assistencial num modelo de prevenção e proteção à saúde, promovendo qualidade de vida. Até dezembro de 2001, estavam em atividade 30 equipes compostas por 30 médicos, 30 enfermeiros, 60 auxiliares de enfermagem e 226 agentes comunitários de saúde. Dessa forma, pretende-se uma solução de até 85% dos problemas de saúde-doença apresentados pela população, bem como uma cobertura de 90% da população Josefense. Atualmente, estão atuando no município 35 equipes de PSF.



# Saneamento

## Vigilância Sanitária

O Município de São José vem realizando vigilância sanitária junto à comunidade local com o intuito de proteger a população de doenças causadas por insetos, ratos e outros. As principais atividades desenvolvidas pelos agentes da vigilância sanitária foram: vistoria de alimentos em restaurantes e bares, saneamento e desratização. Em outubro de 2001, foi integrada à vigilância sanitária do município, o serviço de Vigilância de Média Complexidade, isto é, fiscalização de laboratórios de análises clínicas, farmácias, consultórios médicos e de odontologia, indústria de alimentos, óticas, entre outros.

Atividades da Vigilância Sanitária em 2001	
Alimentos	Número
Intimações	448
Interdições	4
Vistoria de Alvará	988
Vistoria de Habita-se Consedida	115
Vistoria Rotina	2.494
Saneamento	Número
Reclamações Registradas	304
Reclamações Atendidas	679
Intimações Dadas	269
Programa de Desratização	104.189
Isas Distribuídas a Interessados	5.811

Fonte: : Secretaria Municipal da Saúde PMSJ

# Desenvolvimento Social

A prefeitura de São José vem proporcionando serviços assistenciais para a comunidade local através da distribuição de cestas básicas, atendimento psicológico, medicamentos, cadeiras de rodas e

aparelhos em geral, material escolar, fraldas e outros tanto para crianças e adultos quanto a idosos. Em 2001, enquanto o Centro de Convivência do Idoso-CCI atendeu mais de 36.669, o Centro Integrado de Atendimento a

Criança e ao Adolescente (Cidade da Criança) que foi inaugurado em dezembro possibilitou benefícios para mais de 7.500 crianças, proporcionando-lhes uma melhor qualidade de vida.

## PROGRAMA DE ATENDIMENTO A POPULAÇÃO EM GERAL

### Auxílio Funeral

Proporciona a população de baixa renda do município atendimento, procurando suprir as suas necessidades básicas com auxílio alimento.

### Auxílio Óculos

Atender as solicitações de auxílio para aquisição de óculos de grau, objetivando a melhoria das condições de visão, bem como a melhoria da vida associativa escolar e no trabalho.

### Auxílio Medicamentos

Proporcionar a população usuária o acesso as política sociais concernentes ao aspecto saúde, bem como a garantia de seu bem estar básico.

### Auxílio de Passe

Realizar um trabalho em equipe intersetorial, buscando perspectivas de novos caminhos para sistematização do atendimento, com vista ao melhor e mais dinâmico atendimento ao usuário que vem solicitar auxílio de passes para tratamento de saúde.

### Auxílio Alimento

Proporcionar a população de baixa renda do município atendimento, procurando suprir suas necessidade básicas com auxílio alimento.

### Auxílio Moradia

Atender as famílias que encontram-se em situação de vulnerabilidade quanto a questão de moradia.

### Auxílio com Aparelhos para Portadores de deficiências

Auxiliar com aquisição de aparelhos para atendimento às pessoas com necessidades especiais, que estejam em situação de risco.

### Programa de Atendimento a Terceira Idade

Proporcionar aos cidadãos da terceira idade o desenvolvimento de ações garantindo-lhes a dignidade e a busca das soluções das necessidades individuais e coletivas.

### Programa de Integração do Cidadão

Propiciar ao cidadão josefense o desenvolvimento social, cultural, em condições de liberdade e dignidade.

### Programa Qualidade de Vida

Desenvolver atividades relacionadas a psicologia clínica, visando melhor qualidade de vida ao povo

josefense.

**Programa atendimento Psicológico**  
Desenvolver atividades relacionadas a Psicologia Clínica, visando melhor qualidade de vida ao povo josefense.

### Programa Auxílio Passagem

Proporcionar aquisição de passagem, atendendo usuários que perpassam por situação de vulnerabilidade.

### Programa de Organização Comunitária

Assessorar entidades comunitárias e comunidades que desejam organizar suas entidades.

### Programa Despertar para Vida

Proporcionar aos cidadãos da terceira idade o desenvolvimento de ações garantindo-lhes a dignidade e a busca de soluções das necessidades individuais e coletivas.

Número de Benefícios Assistenciais em 2001

Descrição	Quantidade
Cesta Básica	1.679
Auxílio Funeral	253
Óculos	200
Atendimento Psicológico	643
Cadeiras de Roda e Aparelhos	10
Exames	14
Medicamentos	1.659
Atendimentos ao Idoso*	36.669
Atendimentos e Benefícios da Cidade da Criança	21.088
Atendimentos Diversos	21.088
<b>Total</b>	<b>62.582</b>

\* Atendimentos no centro de convivência dos idosos, recreações, lanche do idoso e outros.  
Fonte: Secretaria do Desenvolvimento Social, PMSJ.



## Campanhas Assistenciais

O objetivo da campanha é oferecer as crianças em situação de Rua, a oportunidade de estudo, lazer e pleno desenvolvimento, ou seja, qualidade melhor de vida.

## Centros e Unidades de Atendimento

### O Centro de Convivência do Idoso

Localizado no distrito de Barreiros, Av. das Torres nº, uma ampla estrutura física de 860m² de área construída, para atendimento dos grupos de idosos do nosso município.

### Casa de Apoio Bom Samaritano

A Casa serve para atender pessoas de todo o município e de outras regiões do Estado e do Brasil, que recorrem ao Hospital Regional para tratamentos diversos, ou que aguardam parentes ou amigos que não têm um lugar para ficar e não dispõem de condições financeiras para se alojarem em hotéis. A permanência é temporária e é obrigatório apresentar o comprovante de internação do acompanhante.

### Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar desenvolve suas ações com a finalidade de resguardar e garantir os direitos das crianças e adolescentes quando houver direitos violados ou ameaçados. É um órgão permanente e autônomo, que recebe denúncias anônimas, ou não, através de ligações telefônicas no próprio Conselho.

### Cidade da Criança

A Cidade da Criança tem como público alvo crianças e adolescentes na faixa etária de 00 a 18 anos, excepcionalmente 21 anos, e suas famílias, que se encontram, em situação de risco pessoal e social, residentes no município de São José. O Programa tem como objetivo geral articular e integrar as Políticas Sociais Públicas, que garantam os direitos das crianças e adolescentes, conforme preconiza a Lei Nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - e a Lei Orgânica da Assistência Social LOAS. São atendidas mensalmente 550 crianças e 280 famílias.

### Departamento de Mobilização Comunitária e Secretaria Executiva dos Conselhos Municipais

O Departamento visa assessor as entidades comunitárias organizadas e as que desejam se organizar, através de informações sobre a legislação vigente, mobilizando para reuniões e palestras, com a finalidade de fornecer subsídios às comunidades, assim como, dar apoio administrativo aos Conselhos Municipais.



## Programas e Projetos desenvolvidos no Centro Integrado de Atendimento à Criança e ao Adolescente (Cidade da Criança).

### Programa Abrigo

É uma medida de proteção, provisória e excepcional, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, para atender crianças e adolescentes do município de São José desprotegidos e em estado de abandono social e/ou risco pessoal, não implicando em privação de liberdade.

### Programa Família Substituta

Visa atender as múltiplas necessidades das crianças e/ou adolescentes que estão em situação de violência física, sexual, psicológica, negligência, maus tratos, abandono social, impossibilitados de retornar de imediato à família de origem, inseridos no programa Abrigo.

### Programa Apadrinhamento Afetivo

Tem como objetivo dar oportunidade às crianças e/ou adolescentes inseridos no Programa Abrigo, a construção de vínculos afetivos, que possam aflorar seu lado subjetivo e desenvolver potenciais que estejam tolhidos por falta de estimulação, atenção e afeto;

Proporcionar, através do padrinho ou madrinha afetivo, o auxílio material, como a participação de cursos, passeios, acompanhamento médico, etc.;

Possibilitar às crianças e/ou adolescentes, através do apadrinhamento afetivo, momentos de lazer e diversão, considerados também importantes para o desenvolvimento de sua subjetividade.

### Programa Liberdade Assistida

Trata-se de uma medida sócio educativa em meio aberto, visa

assistir, promover e orientar o adolescente (de 12 à 18 anos de idade), autor de ato infracional, encaminhado pela Vara da Família, Órfãos, Infância e Juventude, do Fórum da Comarca de São José, no que diz respeito à sua formação educacional, profissional, bem como em seu desenvolvimento psicossocial. Buscando envolver a família do adolescente neste processo.

### Programa Prestação de Serviços à Comunidade

Visa assistir, acompanhar e orientar o Adolescente (12 a 18 anos de idade), autor de ato infracional, no que se refere ao cumprimento de prestação de serviços à comunidade, como medida sócio educativa, encaminhado pela Vara da Família, Órfãos, Infância e Juventude, do Fórum da Comarca de São José.

### Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

Atende crianças e adolescentes, com faixa etária de sete a quinze anos incompletos, que se encontram em situação de trabalho e exploração infantil, juntamente com suas famílias, proporcionando através da bolsa Criança Cidadã, o acesso ao ensino básico fundamental, bem como a garantia de seus direitos e de cidadania, contribuindo para o seu pleno desenvolvimento psicopedagógico-social.

### Programa Família Cidadã

Visa atender as necessidades das crianças e adolescentes e suas famílias, em caráter emergencial ou temporário, através da assistência de auxílios materiais, orientação, apoio e acompanhamento, a fim de

resguardar seus direitos enquanto cidadãos.

### Programa Terapia Sócio Familiar/ Atendimento Psicológico

Estes programas se direcionam aos atendimentos terapêuticos, abrangendo enfoques sociais e psicológicos individuais e grupais. Promove ações, de forma que possibilitem mudanças nas relações familiares, desenvolvendo um processo de auto-identificação e avaliação da estrutura familiar, a partir do trabalho com a dinâmica familiar.

### Programa Anjos de Rua

Estabelece contato com a criança e/ou adolescente em situação de rua, oportunizando ações de educação social de rua, considerando suas expectativas e vivências, encaminhando-os aos recursos sociais e comunitários que garantam seus direitos violados.

### Programa Sentinela

Tem como objetivo propiciar o atendimento à criança e adolescentes vítimas de violência: física, psicológica, negligência, com ênfase na violência e exploração sexual, na busca de fortalecimento da sua auto-estima e de alternativas de vida que lhes permitam construir um processo coletivo, garantindo-lhes seus direitos de cidadania com dignidade e respeito, tendo como referência as ações elencadas no "Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto Juvenil".

### Programa Sócio-Educativo Em Meio Aberto

Proporcionar às crianças e ou adolescentes inseridos no Centro



**Integrado de Atendimento à Criança, ao Adolescente e à Família,** um espaço aberto, criativo e estimulador onde a arte, a cultura, o esporte, o lazer e a profissionalização possibilitem, com o tempo, o resgate de suas necessidades psicopedagógicas-sociais.

### Atividades

#### Oficinas Educativas

São atividades lúdicas e variadas, de curta duração, que buscam questionar e resgatar a percepção do contato do indivíduo com o meio ambiente, favorecendo ações que melhorem a qualidade de vida, proporcionando às crianças e/ou adolescentes aprendizagem.

#### Oficinas Profissionalizantes

Proporcionar ao adolescente ensino profissionalizante, ao qual se identifique, possibilitando sua inserção no mercado de trabalho.

#### Pequeno Jardineiro

Levar o adolescente a perceber o valor da vida, através da natureza, desenvolvendo atividades ocupacionais de jardinagem, promovendo sua profissionalização na área.

#### Monitores do Verde

Desenvolver a educação ambiental, não formal, nas diversas comunidades, através da multiplicação das informações, repassadas pelos adolescentes (Monitores).

#### Teatro/Música/Dança/Capoeira

Proporcionar às crianças e adolescentes a oportunidade de trabalhar com a arte, em forma de música, dança e teatro, para que possam usufruir de todos os benefícios que ela por si só traduz.

### Atendimento à Saúde

Visa orientar, apoiar e assistir a criança e/ou adolescente, quando encontradas com suas necessidades humanas básicas afetadas e encaminhar aos órgãos competentes de saúde, conforme necessidade de atendimento, quando o emergencial já fora suprido.

#### Artes

Possibilitar atividades que proporcionem melhor conhecimento, principalmente no que se refere a técnicas, trabalhando a auto-estima, a criatividade, o resgate a cidadania, proporcionando momentos de discussão e de reflexão.

#### Escolinhas de Esportes

Visa mostrar a importância da prática esportiva inserida na "Cidade da Criança", voltado à criança e ao adolescente, é fundamental para o despertar e o desenvolvimento pleno das potencialidades desses pequenos cidadãos josefenses, em relação aos fatores intelecto-cognitivo, sócio afetivo-emocional e físico motores.

#### Informática

Proporciona as crianças e aos adolescentes a iniciação do aprendizado na informática, bem como prepará-los para o mercado de trabalho.

#### Avô Sabe/Idoso e Juventude

Oportunizar as crianças e adolescentes, atendidos na "Cidade

### Educação Religiosa

Proporcionar uma visão de respeito pela fé independente do credo religioso; Vivenciar junto às crianças e/ou adolescentes valores universais de amor, respeito, solidariedade.

da Criança", uma maneira diferente de encarar a realidade, a partir da experiência profissional e de vida dos membros de grupos da Terceira Idade.

### Projeto Adolescente

#### Trabalhador

O Projeto Adolescente trabalhador em parceria com o Banco do Brasil SA, foi criado com a finalidade de propiciar o desenvolvimento do adolescente por meio de ações que assegurem a sua formação pessoal e profissional e a aquisição de experiências, hábitos e atitudes indispensáveis ao seu ajustamento no trabalho e na convivência social.

### Projeto Bolsa Emprego

#### AJOCEI

Inserir o adolescente no mercado de trabalho, junto à Associação Josefense de Comércio e Indústria - AJOCEI, priorizando o aumento do número de mão de obra qualificada, mediante concessão



# Habitação, Urbanismo e Transporte

## Habitação

### Programa Habitar Brasil- BID

O Programa Habitar Brasil contribui para elevar a qualidade de vida das famílias de baixa renda, predominantemente na faixa de até 03 salários mínimos, que residam em aglomerados subnormais, localizados em regiões metropolitanas e aglomerados urbanos. Atualmente o Programa Habitar Brasil do município de São José mantém três

subprogramas: Desenvolvimento Institucional de Municípios DI, Urbanização de Assentamentos Subnormais-UAS e Projeto Morar Bem I. Mais de 622 famílias já foram beneficiadas em função do projeto Morar Bem I. O valor do investimento para a realização dos subprogramas foi estimado em mais de 10 milhões de reais.

Programa Habitar Brasil - BID			
Subprograma	Recursos do Programa, R\$	Contrapartida do Município, R\$	Valor Total do Investimento, R\$
DI	1.000.000,00	360.000,00	1.036.000,00
Morar Bem I	7.674.790,00	1.920.000,00	9.594.790,00

### Programa de Arrendamento Residencial (Par)

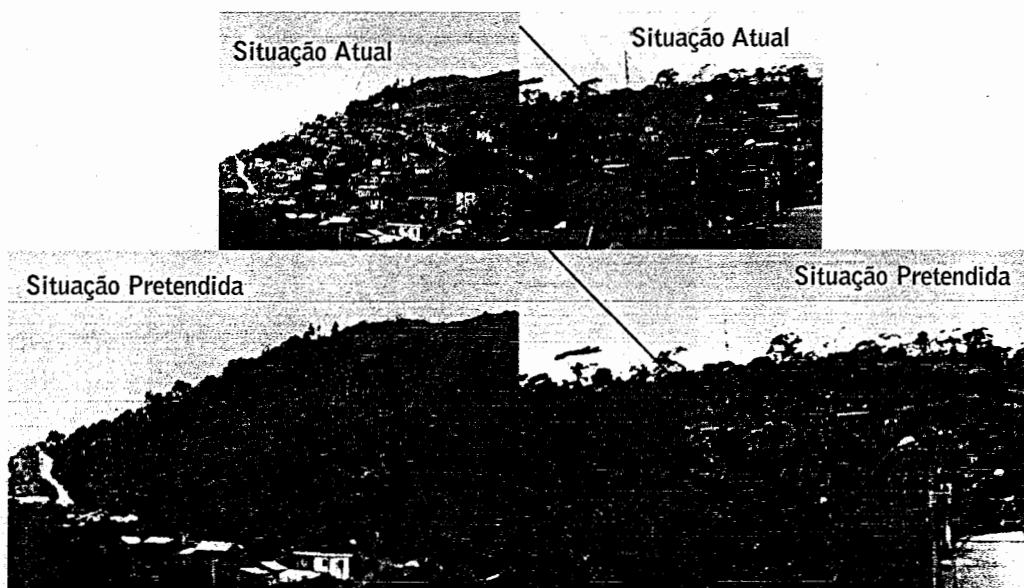
O Programa de Arrendamento Residencial objetiva assentar o maior número de famílias de baixa renda. Do total de 6 empreendimentos contratados, 4 foram concluídos, a saber:

- Condomínio Sagrado Coração de Jesus;
- Residencial Figueira;
- Residencial Villa do Mar;
- Residencial Antares;
- Residencial Village das Ilhas (previsão para conclusão das obras, março de 2002);
- Residencial Santa Maria II (conclusão das obras previstas para março de 2002).

As comunidades beneficiadas foram: Pedregal, Metropolitano, Solemar, Boa Vista, Vila Formosa, Jardim das Palmeiras, Cova da Onça e Fazenda Santo Antônio, totalizando 1.133 famílias cadastradas. Na comunidade do Pedregal serão atendidas 139 famílias e na comunidade do Metropolitano serão atendidas 483 famílias. As famílias cadastradas serão reassentadas em um conjunto habitacional, denominado Morar Bem I, a ser construído nas proximidades, e as áreas de intervenção deverão ser recuperadas física e ambientalmente.

Comunidade do Metropolitano

Comunidade do Pedregal



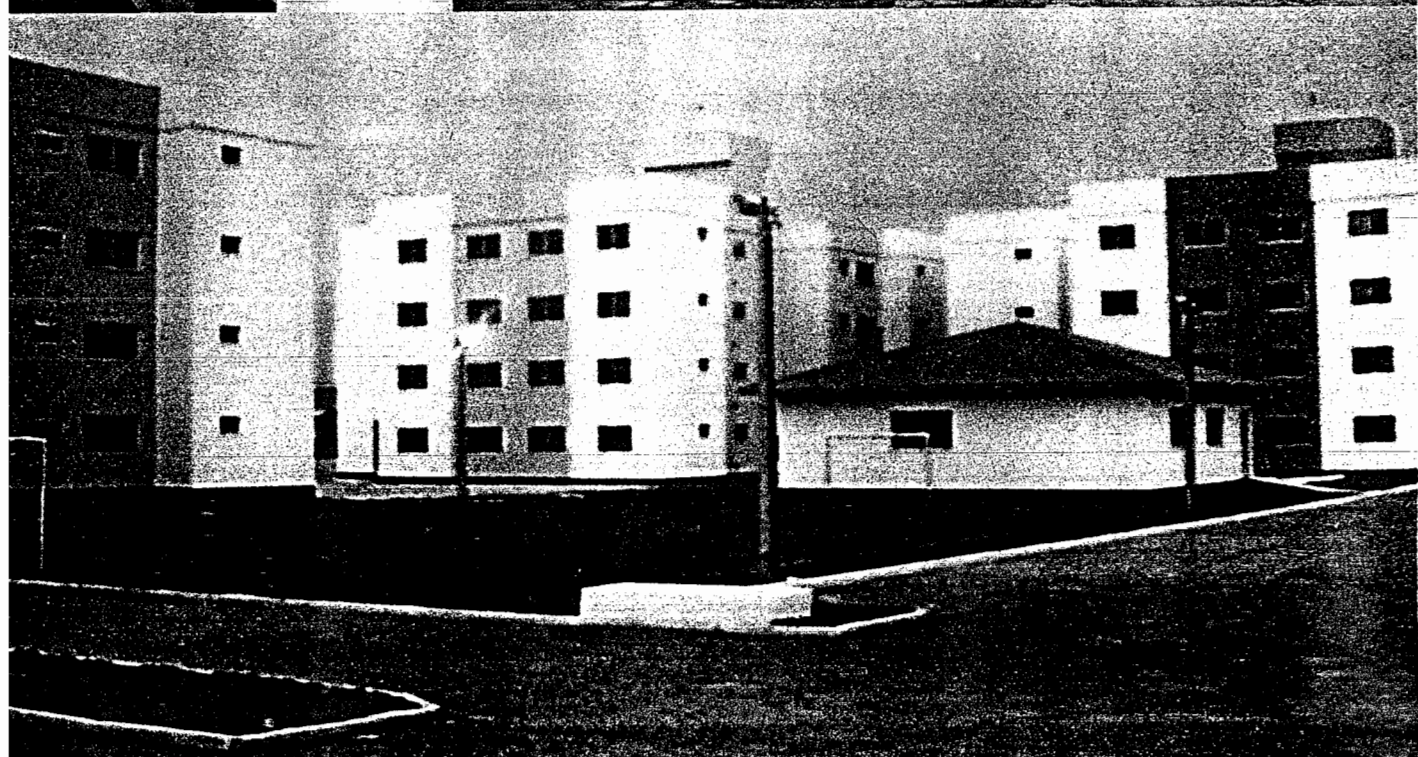
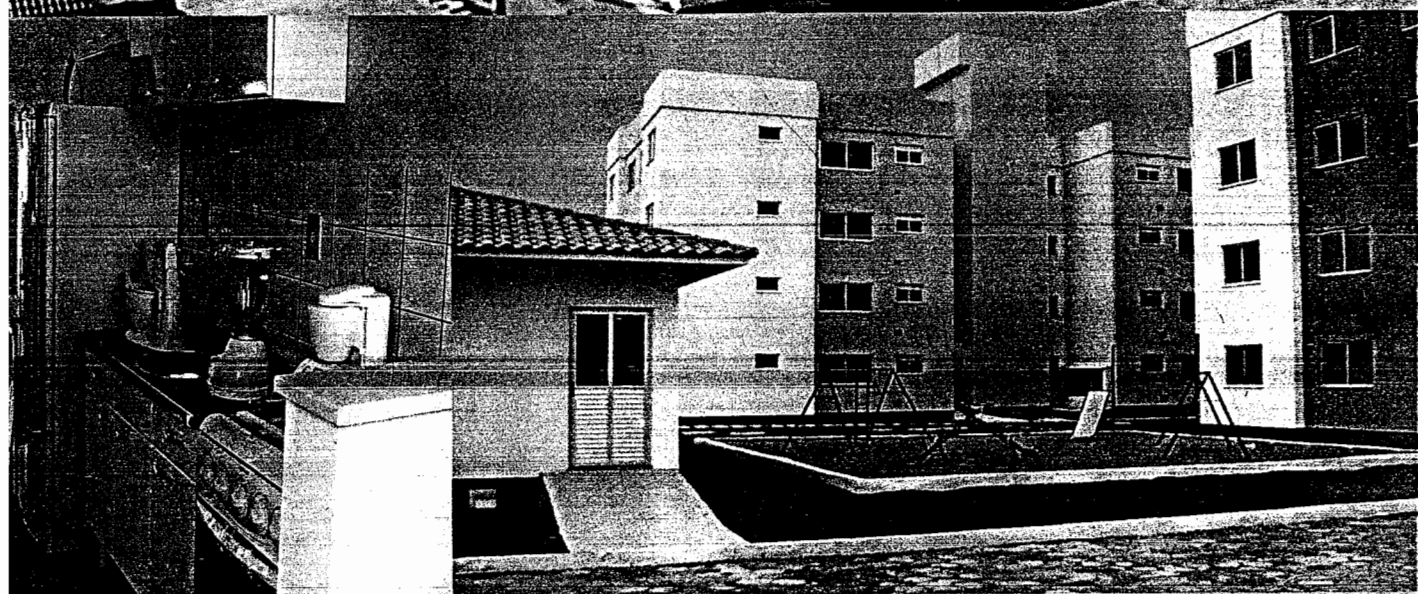
### Área de Reassentamento







Condomínio Sagrado Coração - 160 c

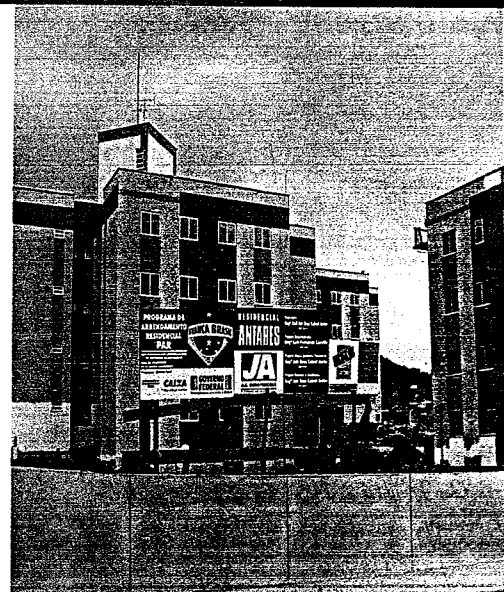


Residencial Figueiras - 168 unid

Residencial Villa do Mar  
128 unidades



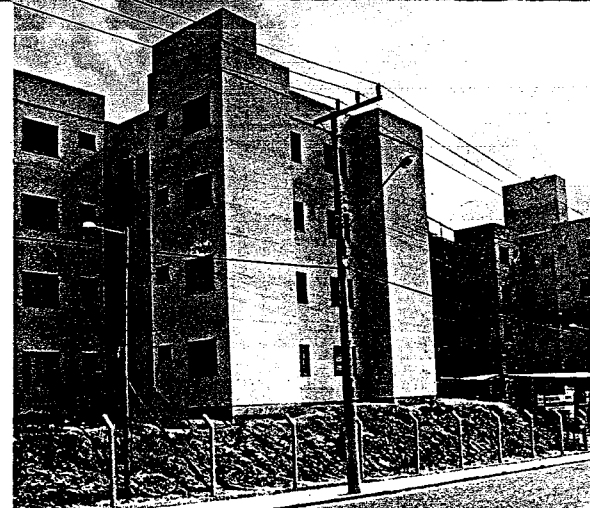
Residencial Antares  
124 unidades



Residencial Village das Ilhas  
128 unidades



Residencial Santa Maria II  
96 unidades



## Urbanismo

### Energia para Todos

Energia para todos é o que demonstra o resultado dos índices de desenvolvimento municipal referente às condições de eficiência no processo de distribuição de energia do município de São José. O ICE de São José referente a distribuição de energia elétrica residencial e comercial foi alto.

Índice de Condição de Eficiência na Distribuição de Energia		
Indicadores de Desenvolvimento Municipal em 2000	São José (ICE)	Florianópolis (ICE)
Energia Residencial	1,0	1,0
Energia Comercial	1,0	1,0

Nota: Quando o Índice de Condição de Eficiência (ICE) se aproxima de um (1,0), melhores são as condições de eficiência na saúde, piorando quando se aproxima do zero (0,00). Foram estabelecidas cinco classes hierárquicas de desempenho, do valor do ICE a saber: 0,95 a 1,00 = alto; 0,90 a 0,94 = médio alto; 0,80 a 0,89 = médio; 0,70 a 0,79 = médio baixo; 0,00 a 0,69 = baixo.

Fonte: Diretoria de Desenvolvimento Urbano DURB Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente SDM SC, 2001

## Transporte

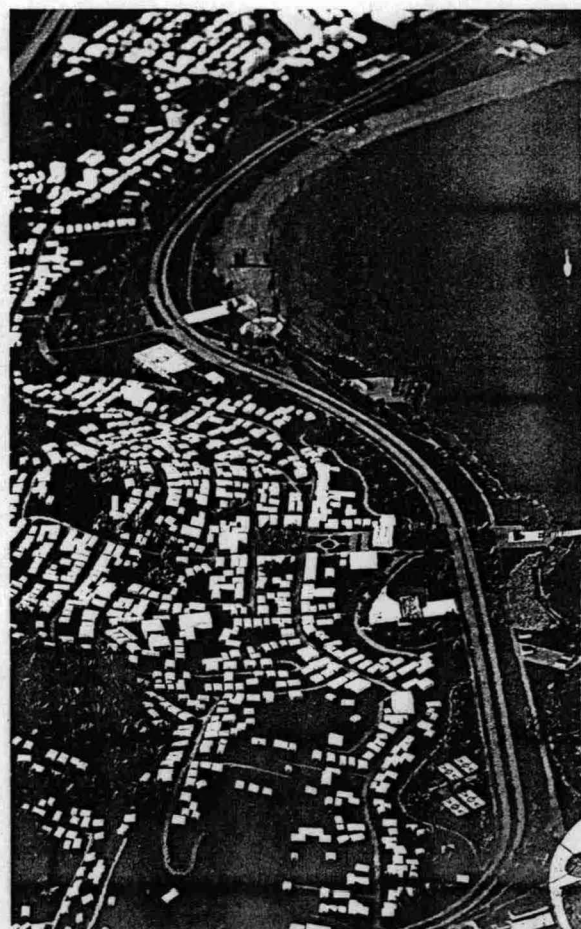
Em 2001, a Secretaria dos Transportes e Obras do município de São José realizou diversos trabalhos objetivando a melhoria de vida da população local. Foram efetivadas 36 pavimentações a lajotas, 19

pavimentações asfálticas e diversas construções de calçadas, canais, postos de saúde, praças e aterro sanitário.

### Sistema Integrado de Transporte Coletivo Urbano do Município

Objetivando a melhoria dos serviços de transporte coletivo a prefeitura municipal de São José, através da Secretaria Extraordinária para o Desenvolvimento Urbano (SDU) em conjunto com os empresários do setor e demais representantes de sociedade civil, coordenará o processo de elaboração do Projeto e Implantação do Sistema Integrado de Transporte Coletivo Urbano. O Projeto apresenta em linhas gerais uma análise do diagnóstico atual do tráfego de transportes, avaliando os impactos ambientais, sociais, econômicos e urbanísticos de São José. De imediato, está sendo construída a Avenida Beiramar que beneficiará mais de 40 mil pessoas.

A avenida Beiramar terá 4Km de extensão, sendo 3,5 Km dentro de São José. O complexo da Beiramar terá seis pistas de rolamento da avenida propriamente dita e mais duas pistas da Avenida





Litorânea, que será construída próximo aos muros existentes. Com custo total orçado em R\$ 20 milhões, seu aterro hidráulico terá 1.000.000 m<sup>3</sup>, 244.000 m<sup>3</sup> aterro mecânico 150.000 ton. de enrocamento de pedra, proporcionando um ganho de área do 510.000 m<sup>2</sup>. A obra está sendo executada de maneira inovadora, onde a Prefeitura Municipal de São José adquiriu uma draga de 14 polegadas, o que permite uma produção de 75.000 m<sup>3</sup>/mês e reduz o custo do aterro hidráulico em 40 a 50%.

### Benefícios

Além de melhorar o fluxo no sistema viário com a obra pronta, a Av. Presidente Kennedy terá mão única e a área de estacionamento será aumentada garantindo uma ampla área de lazer para a população, a Avenida Beiramar proporcionará novo impulso comercial à região, pois todas as empresas terão fachadas para a avenida. O turismo também será beneficiado e São José irá definitivamente ao encontro do mar.

### Avenida das Torres Beneficia 30 Mil Famílias

A Avenida das Torres consiste numa via de 6 Km de extensão que nasce na divisa com Biguaçu (Loteamento José Nitro) e termina no bairro do Roçado, onde se integrará ao complexo da BR-101 e Via Expressa. A Avenida das Torres terá quatro pistas (duas para cada sentido), canteiro central e calçada lateral de três metros, que vai beneficiar diretamente mais de 30 mil famílias, permitindo um maior desenvolvimento econômico e social para região. É um projeto fundamental para evitar problemas futuros de infraestrutura e de escoamento do tráfego.



# Segurança Pública

Os investimentos na Segurança Pública nos últimos anos foram de 3.951.326,89. O número de viaturas e motocicletas tanto da Polícia Civil quanto a Militar também aumentaram, o que fazem de São José um dos municípios mais seguros do Estado.

Investimento no Período de 1997 a 2001						
Ano	1997	1998	1999	2000	2001	Total
Funrebom	317.053,06	359.564,04	179.447,85	211.829,26	192.847,93	
Polícia Civil	151.000,00	320.086,07	274.202,49	243.810,29	240.093,70	
Polícia Militar	151.000,00	268.530,53	342.227,30	472.890,96	377.842,41	
Acumulado	468.053,06	948.081,64	795.877,64	927.530,51	810.784,04	3.951.326,89

Fonte: Secretaria de Finanças da PMSJ

Viaturas e Motocicletas Adquiridas em 2001		
Descrição	Viaturas	Motocicletas
Funrebom	03	01
Polícia Civil	08	09
Polícia Militar	04	-
Acumulado	15	10

Fonte: Secretaria de Finanças da PMSJ



# Meio Ambiente e Educação Ambiental

Em São José as árvores ganham mais vida

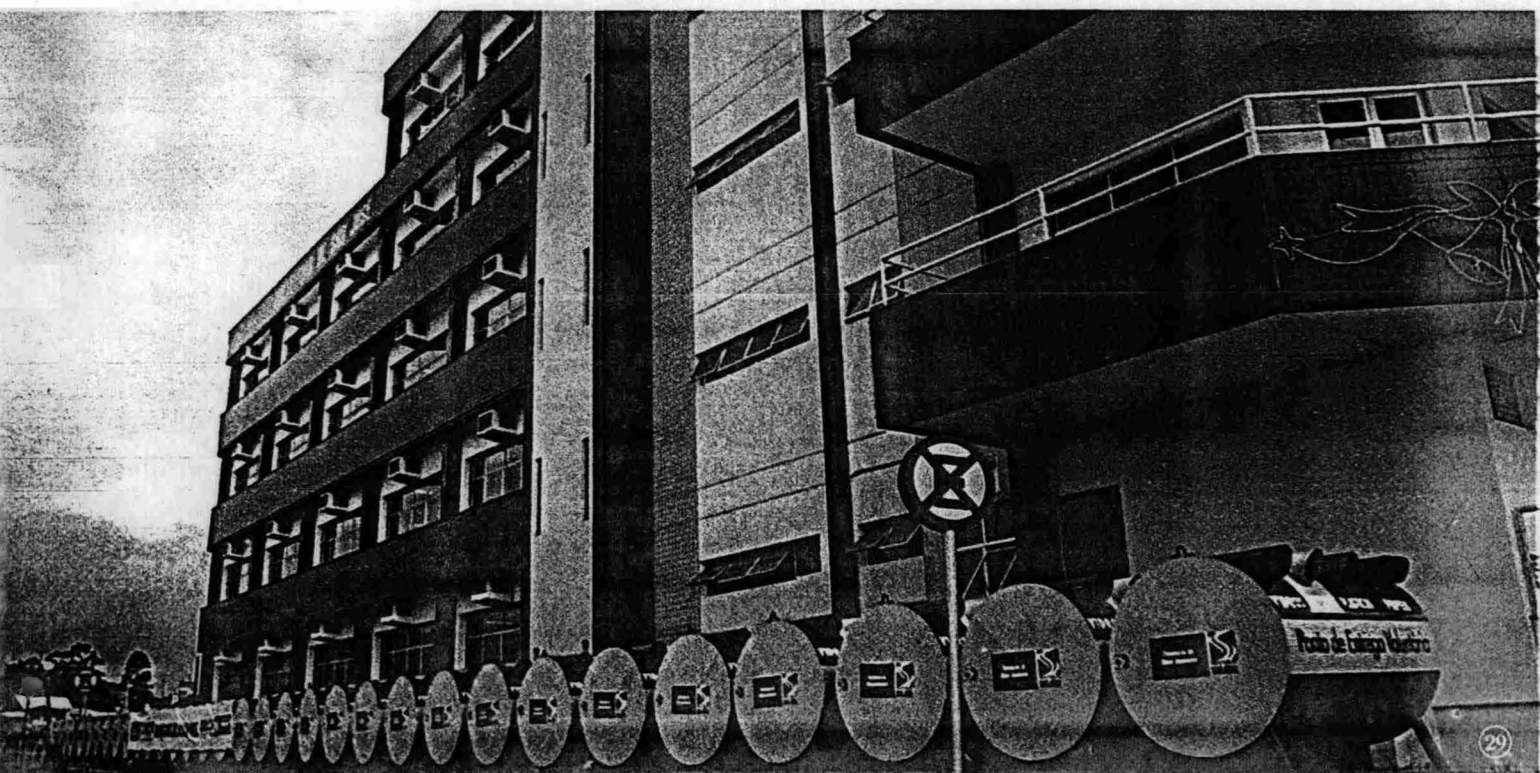
Relatório Produção de Mudas e Licenças para Corte de Árvores em 2001	
Especificação	Quantidade
Produção de mudas nativas	35.000
Doações de mudas nativas	11.347
Produção de mudas de eucaliptos	45.000
Doação e venda de mudas de eucaliptos	30.000
Autorização de cortes	413
Proibições de cortes	57
Medida compensatória (árvores nativas)	225
Proibição de cortes em áreas preservadas	4.437

Fonte: Secretaria do Meio Ambiente, PMSJ

## Proteção ao Meio Ambiente

O Programa Morar Melhor consiste em distribuir 53 contêineres nos bairros de Campinas, Kobrasol, Roçado, Praia Comprida, Centro, Floresta, Barreiros e São Luis para realização de coleta seletiva de lixo reciclável. A produção de lixo

reciclável é encaminhada a PROMENOR, instituição que retira meninos da rua, oferecendo estudo, formação profissional e uma remuneração de meio salário mínimo. Espera-se uma produção mensal de 35 toneladas de lixo reciclável.





## Agropecuária

A Estrutura Agrária de São José é composta de aproximadamente 4.600 hectares, 413 estabelecimentos e produtores rurais, perfazendo um total de 855 pessoas ocupadas, entre outros.

Estrutura Agrária de São José em 2001	
Especificação	Quantidade
Comunidades abrangidas	09
Estabelecimentos existentes	413
Estabelecimentos rurais pesquisados	335
Área total propriedades pesquisadas	4.657,90 hectares
Área média por propriedade	13,90 hectares
Proprietários	293
Famílias rurais	335
População residente nas propriedades	838
Pessoas ocupadas na agropecuária	855
População Rural	9.900

Fonte: Secretaria do Meio Ambiente, PMSJ

### Projetos Agricultura Orgânica

A Prefeitura de São José apóia projetos para implantação da agricultura orgânica. A FMA e a EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina implantaram o Programa Agricultura Orgânica, reconhecendo que

é possível plantar produtos hortifrutigranjeiros sem a utilização de agrotóxicos. O programa permite que o produto rural gere renda com vantagens competitivas através da colocação no mercado de produtos diferenciados.





## Pesca

A atividade no município de São José abrange duas comunidades, com mais de 187 famílias e mais de 748 pessoas ocupadas na maricultura e na pesca.

Estrutura Pesqueira de São José em 2001	
Especificação	Quantidade
Comunidades abrangidas	02
Famílias levantadas	187
Área total para maricultura	87 hectares
Área média por maricultor	0,50 hectares
Número de pessoas envolvidas com a pesca e maricultura	748

Fonte: Secretaria do Meio Ambiente, PMSJ

## Projeto: Maricultura

São José incentiva o cultivo de moluscos (mariscos e ostras), que é uma alternativa profissional às comunidades pesqueiras tradicionais, uma vez que elas vinham perdendo espaço devido à pesca predatória que vem ocorrendo no litoral catarinense.

## Parque Temático Ambiental dos Sabiás

O Parque Temático Ambiental dos Sabiás do município de São José possui uma área de aproximadamente 35 hectares. Situado em Potecas abriga viveiro de mudas florestais, açude, Escola de Meio Ambiente e uma trilha interpretativa localizada dentro da Mata Atlântica.

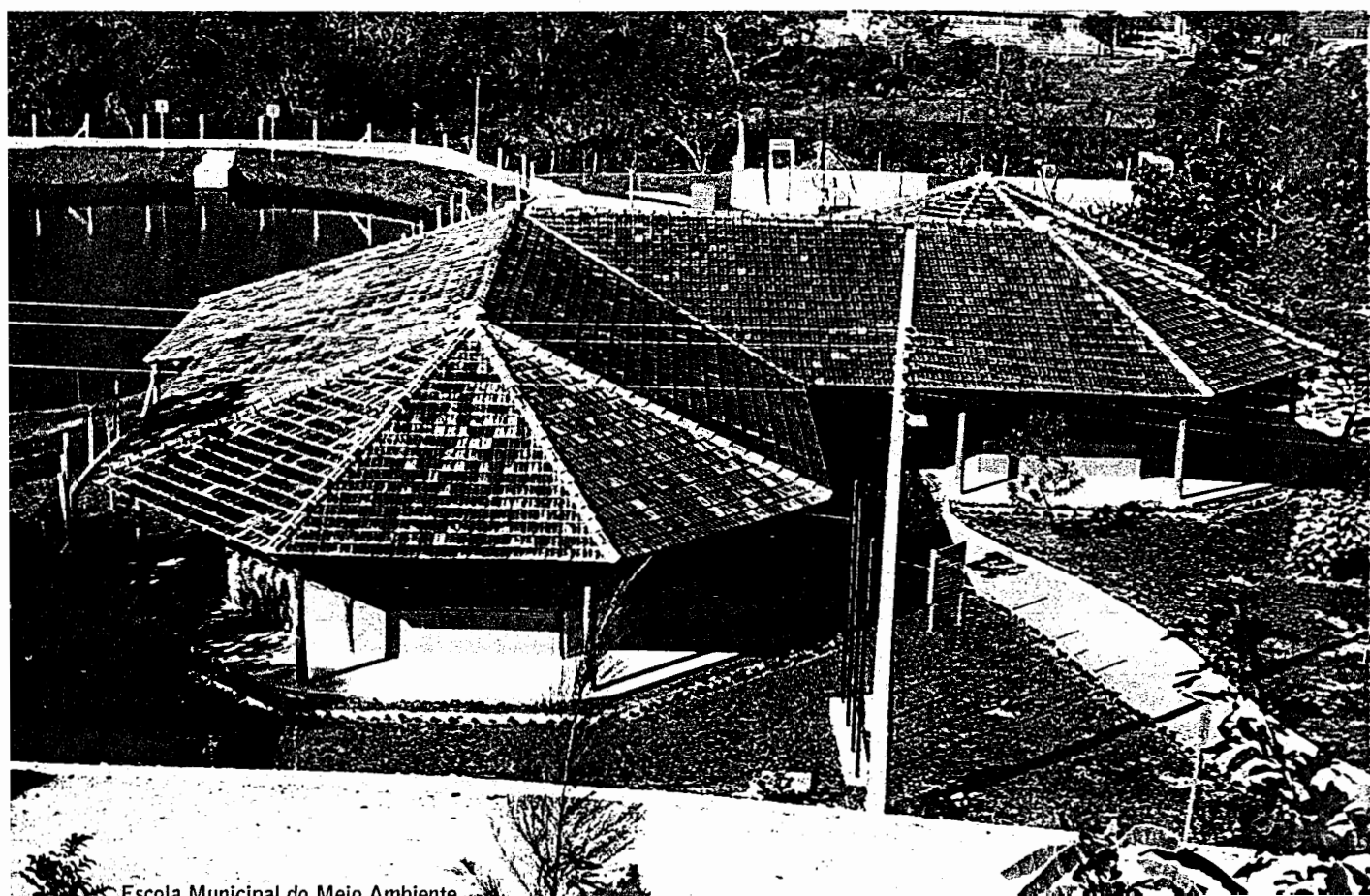






### Escola Municipal do Meio Ambiente.

A Escola Municipal do Meio Ambiente tem como finalidade oferecer uma série de atividades ligadas ao desenvolvimento da consciência ecológica dos cidadãos josefenses, principalmente das crianças da rede escolar estabelecida no Município. Em 2001, foram atendidos 6.695 alunos de 223 escolas da rede pública e privada. Na escola do Meio Ambiente foram capacitados mais de 333 professores.



Escola Municipal do Meio Ambiente

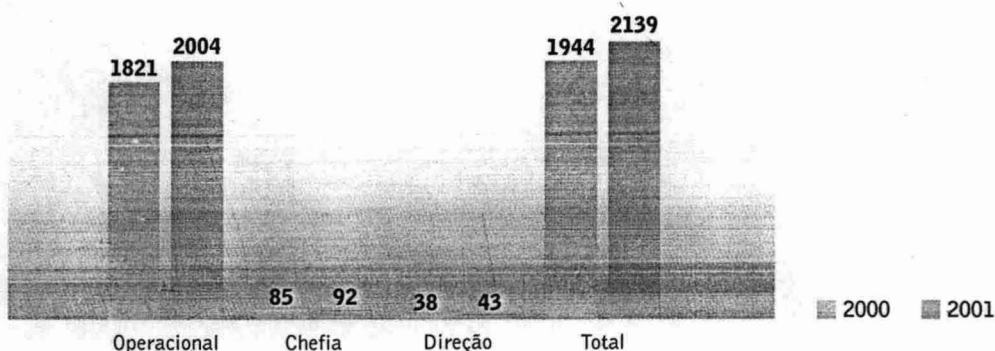
# Capital Humano

## Efetivos

Em 2001, a Prefeitura Municipal de São José dispôs de um total de 2.139 funcionários para atendimento dos munícipes. Destes, 43 exerceram cargo de Direção e 92 atuaram em cargos de Chefia, o que caracteriza o grau de hierarquização da prefeitura como bastante funcional. Como resultado, a maior

parte dos esforços do funcionalismo é destinada ao correto e imediato atendimento dos munícipes já que cerca de 94% dos funcionários da prefeitura são operacionais. A ausência benéfica de um excesso de camadas hierárquicas confere mais agilidade ao atendimento do munícipe, e torna factível um trabalho de equipe integrado e harmônico.

Números de Efetivos

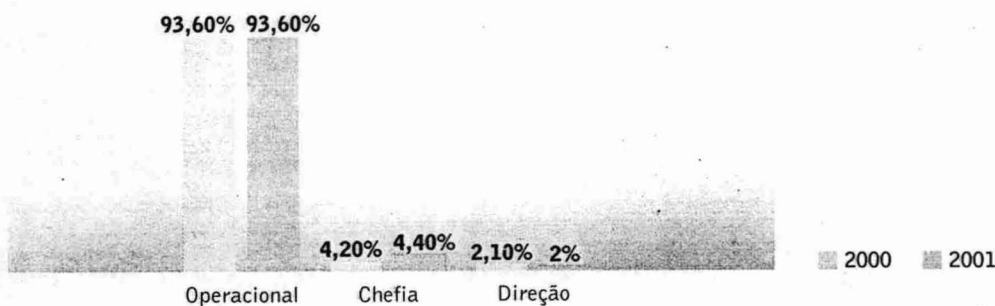


## Variação de Efetivos

O número de efetivos da Prefeitura de São José aumentou cerca de 9% no biênio 2000/2001. Este crescimento se fez equilibradamente, de tal forma que o percentual de cada categoria no total dos efetivos

praticamente não se alterou. Isto quer dizer que foram contratados mais efetivos para onde havia mais necessidade. Este é um aspecto altamente salutar já que a contratação de efetivos foi voltada para o atendimento das necessidades dos munícipes, e foi mantido o baixo grau de hierarquização.

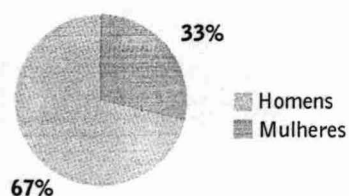
Variação Percentual de Efetivos



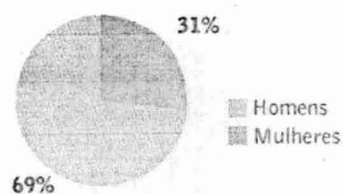
### Divisão por Sexo

Do total de efetivos da Prefeitura de São José aproximadamente 2/3 dos cargos são ocupados por mulheres.

Divisão por Sexo em 2000



Divisão por Sexo em 2000



### Faixa Etária

Os munícipes da Prefeitura de São José dispõem de uma conjugação de servidores com um misto de experiência e jovialidade para o seu atendimento. Isto decorre do fato de que cerca de 49% dos

efetivos estarem na faixa de idade compreendida entre 24 e 39 anos. A aprendizagem do modus operandi da Prefeitura é alicerçada na experiência comprovada de efetivos mais antigos, que estão na faixa de idade compreendida entre 39 e 64 anos representando cerca de 41% do número total de efetivos.

Faixas Etária				
Faixa Etária 2001	Operacional	Chefia	Direção	Total
Até 24 Anos	156	10	0	166
Entre 24 e 39 Anos	998	32	14	1044
Entre 39 e 64 Anos	827	49	29	905
Acima de 64 Anos	23	1	0	24
<b>Total</b>	<b>2004</b>	<b>92</b>	<b>43</b>	<b>2139</b>

Faixa Etária 2001	Operacional	Chefia	Direção	Total
Até 24 Anos	93	6	0	99
Entre 24 e 39 Anos	887	32	10	929
Entre 39 e 64 Anos	816	46	28	890
Acima de 64 Anos	25	1	0	26
<b>Total</b>	<b>1821</b>	<b>85</b>	<b>38</b>	<b>1944</b>

## Tempo de Serviço

A predominância de efetivos com determinado tempo de serviço em cada categoria é um reflexo da política de recursos humanos adotada pela Prefeitura de São José nas últimas administrações. A contratação de funcionários é realizada através de concurso para o nível operacional, daí a maior quantidade de

funcionários com menos de um ano de serviço neste nível. Deve se notar a renovação dos quadros segundo a faixa etária, o que está patente na diminuição da quantidade de funcionários com idade mais avançada nos cargos de chefia e direção. O que indica um processo de renovação e competitividade constante para nela trabalhar.

Tempo de Serviço dos Efetivos no Biênio 2000-2001.

Tempo Serviço 2001	Operacional	Chefia	Direção	Total
Até 1 Ano	1167	46	19	1232
Entre 1 e 5 Anos	151	19	12	182
Entre 5 e 10 Anos	226	15	5	246
Acima de 10 Anos	460	12	7	479
<b>Total</b>	<b>2004</b>	<b>92</b>	<b>43</b>	<b>2139</b>
Tempo Serviço 2000	Operacional	Chefia	Direção	Total
Até 1 Ano	730	7	8	745
Entre 1 e 5 Anos	363	43	18	424
Entre 5 e 10 Anos	255	17	7	279
Acima de 10 Anos	473	18	5	496
<b>Total</b>	<b>1821</b>	<b>85</b>	<b>38</b>	<b>1944</b>

## Nível de Escolaridade

O correto atendimento aos munícipes da Prefeitura de São José é consequência em parte do nível de instrução e treinamento dos seus efetivos. A maioria deles está cursando

(ou já terminou) cursos de nível superior ou o 2o Grau. Os cargos de direção são ocupados em sua maior pelo pessoal de nível superior, o que coloca a gerência dos processos de atendimento ao munícipe em um patamar elevado.

Nível de Escolaridade dos Efetivos

Escolaridade 2001	Operacional	Chefia	Direção	Total
Até 4ª Série	208	5	1	214
1º Grau	145	9	1	155
2º Grau	871	41	5	917
Superior	780	37	36	853
<b>Total</b>	<b>2004</b>	<b>92</b>	<b>43</b>	<b>2139</b>
Escolaridade 2000	Operacional	Chefia	Direção	Total
Até 4ª Série	325	5	1	331
1º Grau	175	10	0	185
2º Grau	763	39	3	805
Superior	558	31	34	623
<b>Total</b>	<b>1821</b>	<b>85</b>	<b>38</b>	<b>1944</b>



Gastos com Pessoal						
Gastos com Pessoal	Salários e Gratificações	Encargos Sociais	13º Salário	Férias	Indenizações	Total
2001	24.720.424	2.668.811	1.270.000	292.080	1.440.591	30.391.907
2000	21.335.281	2.111.954	1.009.160	163.808	893.692	25.513.895

## Avaliação da Satisfação do Capital Humano da Prefeitura de São José

Em dezembro de 2001, a Prefeitura de São José tomou a decisão inédita de fazer uma pesquisa para saber o que os seus funcionários pensavam dos benefícios e das condições de trabalho que lhes eram proporcionadas. Além de pioneira, a iniciativa é inovadora no Brasil, pois possibilitou também a elaboração do primeiro balanço da satisfação de funcionários. Para se ter uma idéia, somente em 2000 o Governo Federal fez a primeira pesquisa com o intuito de prospectar junto aos usuários externos o que eles pensavam dos serviços públicos de educação, saúde e previdência. No entanto, não houve nenhuma pesquisa acerca do grau de satisfação dos funcionários do Governo. A intenção da Prefeitura de São José foi a de ter uma primeira referência sobre a percepção dos seus funcionários em relação às condições físicas e ambientais de trabalho, comunicação interna, satisfação pessoal e benefícios sociais. É importante destacar que a avaliação tem como

premissa a busca em adotar uma gestão moderna para a melhoria dos serviços públicos prestados aos seus munícipes, sem esquecer, também, do bem-estar do seu capital humano.

A metodologia adotada, desenvolvida pela Profa. Dra. Fátima de Souza Freire da Universidade Federal do Ceará consistiu na aplicação de uma enquête, na qual os funcionários avaliaram 29 indicadores relativos às condições de trabalho proporcionadas pela Prefeitura de São José, conferindo a cada indicador um conceito que expressava seu grau de satisfação. A quantificação dos indicadores decorrentes da conceituação pelos funcionários reflete-se numa pontuação, onde o valor 100 equivale ao máximo do grau de satisfação [ótimo], 80 [bom], 60 [regular] 40 [insuficiente] e 20 ao mínimo [péssimo]. Neste caso, quanto mais distante deste último for a conceituação, melhor é a avaliação que os funcionários fazem sobre as suas condições de trabalho. Como todas as questões das enquetes não têm a mesma importância para averiguação das

condições ofertadas pela Prefeitura para satisfação dos seus funcionários, foi associado um fator de ponderação (peso) a cada um dos indicadores. A soma dos pesos do total de indicadores é 100, o que torna relativo e autodependentes os perfis dos indicadores. Finalmente, uma configuração de ativo e passivo da satisfação dos funcionários foi associada a cada questão ao multiplicar a porcentagem de avanço ou retrocesso pelo valor (peso) relativo da questão. Então, a diferença entre o total do ativo e passivo de satisfação gerou um superávit na mesma de acordo com os resultados da enquête realizada.

Como para a elaboração do balanço de satisfação do capital humano de 2001 seria necessário o resultado do ano anterior (indisponível), para se fazer um comparativo e avaliar se houve avanço ou retrocesso na atuação social da Prefeitura, conferiu-se um valor 60 (regular) para todos os indicadores no ano 2000 obtendo-se um referencial a partir do qual uma comparação pode ser efetuada.



## Balanco da Satisfação da Prefeitura de São José

Período 2000/2001

Indicadores de Satisfação dos Funcionários		Peso	Ano 2000	Ano 2001	E (%)	Ativo Satisfação	Passivo Satisfação
Condições Físicas e Ambientais	Ventilação	2	60,00	71,86	0,12	0,24	0
	Iluminação	2	60,00	78,21	0,18	0,36	0
	Acústica	2	60,00	55,23	-0,05	0	0,10
	Espaço Físico	2	60,00	60,76	0,01	0,02	0
	Equipamentos	2	60,00	55,04	-0,05	0	0,10
	Móveis	2	60,00	68,27	0,08	0,16	0
	Transporte	2	60,00	64,00	0,04	0,08	0
	Comunicação	2	60,00	68,15	0,08	0,16	0
	Materiais de Expediente	2	60,00	57,49	-0,03	0	0,06
	Segurança	2	60,00	60,52	0,01	0,02	0
	Cumprimento Horário	2	60,00	74,66	0,15	0,30	0
	Prestadores de Serviços	2	60,00	76,28	0,16	0,32	0
Atendimento do Servidor	Colegas do Setor	4	60,00	80,17	0,20	0,80	0
	Colegas Extra-setor	3	60,00	71,81	0,12	0,36	0
	Chefia Imediata	4	60,00	81,30	0,21	0,84	0
	Chefia Intermediária	3	60,00	77,48	0,17	0,51	0
	Chefia Superior	2	60,00	77,60	0,18	0,36	0
	Realização de Tarefas	3	60,00	88,19	0,28	0,84	0
Satisfação Funcional	Normas, Regulamentos, Procedimentos	2	60,00	79,30	0,19	0,38	0
	Comunicação Intra-setorial	2	60,00	72,14	0,12	0,24	0
	Comunicação Extra-setorial	2	60,00	61,32	0,01	0,032	0
	Possibilidade Tomadas de Decisões	3	60,00	58,43	-0,02	0	0,06
	Pontualidade Pagamento						0
	Salários	7	60,00	93,68	0,34	2,38	0
	Remuneração	8	60,00	61,82	0,02	0,16	0
	Reajuste	7	60,00	55,25	-0,05	0	0,35
	Recreação/Desportes	4	60,00	45,55	-0,14	0	0,56
Indicad. Sociais	Cursos/Treinamentos	8	60,00	54,87	-0,05	0	0,40
	Planos de Saúde	8	60,00	49,16	-0,11	0	0,88
	Eventos	4	60,00	59,04	-0,01	0	0,04
Grau de Satisfação dos Funcionários (USF)						8,55	
Grau de Insatisfação dos Funcionários (USF)							2,55
Superávit no Grau de Satisfação dos Funcionários da Prefeitura (USF)							6,00
Total						8,55	8,55

## Notas:

1. Participaram da primeira pesquisa 235 funcionários da Secretaria da Receita, Educação, Meio Ambiente, Turismo e Comércio, Urbanismo e Serviços Públicos, Saúde, Administração e Finanças, Transportes e Obras, Habitação e Desenvolvimento Social, Esporte e Juventude, Gabinete do Prefeito e Procuradoria Geral.

2. Todos responderam de forma voluntária e anônima as questões pertinentes as Condições Físicas e Ambientais de Trabalho, Atendimento pelo Servidor, Satisfação Funcional e Benefícios

Sociais. Os funcionários tiveram direitos a contestações quanto às perguntas efetuadas.

3. A partir dos indicadores de satisfação dos funcionários do biênio 2000-2001, a enquête realizada permite averiguar primeiro a porcentagem de avanço ou retrocesso de satisfação do funcionário em relação a cada indicador (E%). Pela utilização dos pesos relativos a cada indicador pode ser determinada a existência de um Ativo ou Passivo de Satisfação Social dos funcionários em relação às condições de trabalho ofertadas pela

Prefeitura de São José. Quando estes são somados, dão origem a medidas do grau de satisfação (Ativo de Satisfação) e do grau de insatisfação (Passivo de Insatisfação) medidas em unidades de satisfação dos funcionários (USF). A diferença entre elas, no caso  $8,55 \text{ USF} - 2,52 \text{ USF} = 6,00 \text{ USF}$ , deixa bem claro a existência de um superávit na avaliação dos funcionários das condições de trabalho ofertadas pela Prefeitura de São José.

4. O processo de quantificação permite estabelecer claramente que a maior insatisfação dos

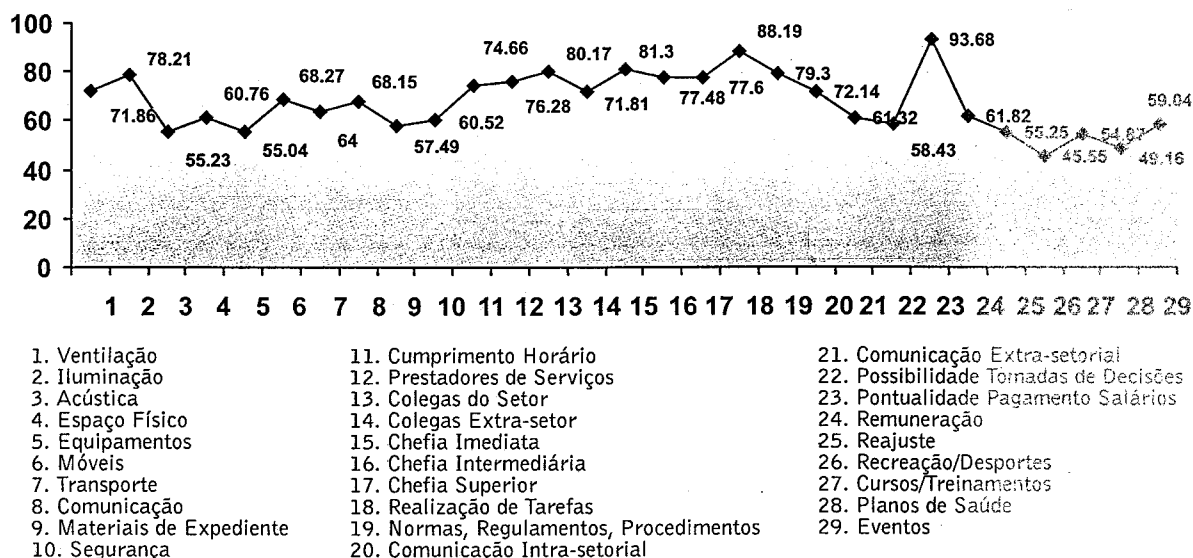
funcionários é relativa aos planos de saúde (0,88 de Passivo de Satisfação), o que se explica pelo fato de que planos particulares de saúde não são oferecidos pela Prefeitura aos seus funcionários (todos são atendidos pelo SUS). Por outro lado, a maioria dos indicadores, em particular aqueles referentes ao Atendimento do Servidor, geraram Ativos de Satisfação.

5. O Balanço do Grau de Satisfação dos Funcionários para o ano de 2002 permitirá saber se as medidas a serem tomadas pela Prefeitura serão capazes de aumentar o grau de satisfação dos seus funcionários.

Em 2001, o maior índice de satisfação foi obtido com a pontualidade do pagamento dos funcionários, enquanto os menores índices foram sobre a oferta de recreação/desportos aos funcionários e em relação aos planos de saúde. De modo geral, a percepção dos funcionários de suas

condições de trabalho é que elas são boas. Progressos a serem realizados no futuro devem voltar-se ao conforto acústico, atualização/modernização dos equipamentos, melhoria da oferta de material de expediente, reajuste dos salários e realização de cursos/treinamentos.

**Grau de Satisfação dos Funcionários, em dezembro de 2001.**





## Avaliação da Satisfação dos Usuários do Centro de Atendimento da Prefeitura de São José

Preocupada com novos procedimentos gerenciais e com a oferta de serviços de qualidade, a Prefeitura de São José em dezembro de 2001 implementou a primeira pesquisa de opinião junto aos usuários do Centro de Atendimento, dando-lhes assim direito à voz. A intenção era fazer uma prospecção do nível de atendimento que estava sendo ofertado aos munícipes, buscando descobrir qualidades e falhas, a partir das quais poderia se desenvolver estratégias para melhoria dos serviços ofertados.

A metodologia adotada, desenvolvida pela Profa. Dra. Fátima de Souza Freire da Universidade Federal do Ceará, consistiu na aplicação de uma enquête, respondida por uma determinada amostragem de munícipes. Esta enquête consistia na avaliação de sete indicadores sobre as Condições Física e Ambientais do Centro de Atendimento, e seis indicadores relativos ao Atendimento pelo Servidor no Centro de Atendimento. A cada indicador foi conferido pelo munícipe um conceito que expressava o grau de

satisfação com o atendimento. A quantificação dos indicadores decorrentes da conceituação pelos munícipes reflete-se numa pontuação, na qual o valor 100 equivale ao máximo do grau de satisfação com o atendimento [ótimo], 80 [bom], 60 [regular] 40 [insuficiente] e 20 ao mínimo [péssimo]. Neste caso, quanto mais distante deste último for a conceituação, melhor é a avaliação que os munícipes fazem sobre a forma como são atendidos. Como todas as questões das enquetes não têm a mesma importância para averiguação das condições ofertadas pela Prefeitura de São José para o atendimento dos munícipes, foi associado um fator de ponderação (peso) a cada um dos indicadores. A soma dos pesos do total de indicadores é 100, o que torna relativo e auto-dependentes os perfis dos indicadores. Finalmente, uma configuração de ativo e passivo da satisfação dos munícipes com seu atendimento foi associada a cada questão ao multiplicar a porcentagem de avanço ou retrocesso pelo valor (peso) relativo da questão. Então, a diferença entre o total do ativo e

passivo de satisfação de atendimento do munícipe gerou um superávit na mesma de acordo com os resultados da enquête realizada.

Como para a elaboração do balanço de satisfação dos munícipes pelo seu atendimento relativo ao ano 2001 seria necessário o resultado do ano anterior (indisponível), para se fazer um comparativo e avaliar se houve avanço ou retrocesso no nível de funcionabilidade do Centro de Atendimento da Prefeitura conferiu-se um valor 60 (regular) para todos os indicadores no ano 2000 obtendo-se um referencial a partir do qual uma comparação pode ser efetuada. Os resultados da pesquisa foram satisfatórios, pois todos os indicadores tiveram valor acima de 60 pontos, ou seja, a média de opinião dos munícipes foi de boa a ótima para os serviços prestados pelos funcionários do Centro de Atendimento.

Vale destacar que este tipo de pesquisa não para aqui, e que a Prefeitura de São José pretende também ouvir no ano de 2002 a opinião dos beneficiários dos serviços de saúde, educação e previdência.



BALANÇO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS MUNÍCIPES DE SÃO JOSÉ							
PERÍODO 2000/2001							
Indicadores de Atendimento ao Muniçipe		Peso	2000	2001	E (%)	Ativo Satisfação	Passivo Satisfação
Condições Físicas e Ambientais	Localização da Prefeitura	4	60.00	84.79	0.25	0.99	0
	Estacionamento	4	60.00	66.51	0.07	0.28	0
	Localização Centro de Atendimento	4	60.00	88.44	0.28	1.12	0
	Recepção Centro de Atendimento	4	60.00	78.52	0.19	0.76	0
	Serviços Complementares	4	60.00	85.93	0.26	1.04	0
	Instalações Físicas	10	60.00	87.16	0.27	2.70	0
	Horário de Atendimento	10	60.00	86.64	0.27	2.70	0
Atendimento pelo Servidor	Rapidez e Agilidade	10	60.00	75.07	0.15	1.50	0
	Tratamento	10	60.00	77.70	0.18	1.80	0
	Orientação e Informação	10	60.00	76.15	0.16	1.60	0
	Profissionalismo	10	60.00	77.87	0.18	1.80	0
	Retorno	10	60.00	66.22	0.06	0.60	0
	Qualidade de Serviço Prestado	10	60.00	72.28	0.12	1.20	0
Grau de Satisfação de Atendimento dos Municípios (USAM)						18.10	
Grau de Insatisfação de Atendimento dos Municípios (USAM)							0.00
Superávit no Grau de Satisfação de Atendimento dos Municípios pela Prefeitura (USAM)							18.10
Total						18.10	18.10

**Notas:**

1. Na primeira pesquisa de opinião da Prefeitura de São José, foram ouvidos 238 cidadãos que necessitaram de algum tipo de serviço proporcionado pelo Centro de Atendimento no mês de dezembro de 2001.

2. Todos responderam de forma voluntária e anônima as questões pertinentes aos serviços obtidos no Centro de Atendimento. Os munícipes tiveram direitos a contestações quanto às perguntas efetuadas.

3. A partir dos indicadores de satisfação de atendimento dos munícipes relativos ao biênio 2000-2001, a enquête realizada permitiu averiguar primeiro a

porcentagem de avanço ou retrocesso de satisfação de atendimento do muniçipe em relação a cada indicador (E%). Pela utilização dos pesos relativos a cada indicador pode ser determinada a existência de um Ativo ou Passivo de Satisfação de atendimento dos munícipes em relação às condições de atendimento proporcionadas no Centro de Atendimento da Prefeitura de São José. Quando estes são somados, dão origem a medidas do grau de satisfação (Ativo de Satisfação) e do grau de insatisfação (Passivo de Insatisfação) dos munícipes, que são medidas em unidades de satisfação de atendimento dos munícipes (USAM). A diferença entre elas, no caso 18,10



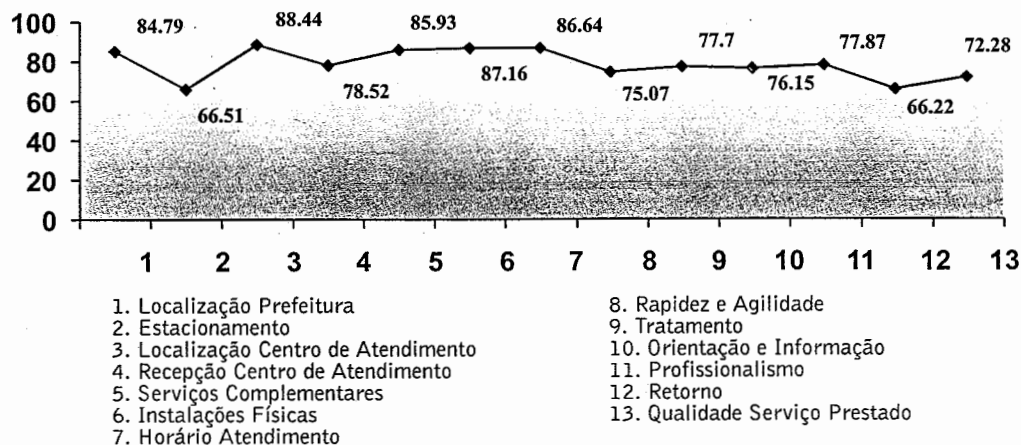
USAM 0,00 USAM = 18,10 USAM, deixa muito bem claro o elevado grau de satisfação dos munícipes com o atendimento que lhes é conferido pela Prefeitura de São José.

4. O processo de quantificação permite estabelecer claramente que a maior satisfação dos munícipes é relativa as instalações físicas do Centro de Atendimento (2,70 de ativo de Satisfação), seguida de perto pelo horário de atendimento (2,70). É de certa forma surpreendente, mas muito alvissareiro para todos aqueles que fazem a

Prefeitura de São José, que todos os índices tiveram avaliação superior a 60, de forma que inexistiu uma satisfação com o atendimento prestado.

5. O Balanço do Grau de Satisfação de Atendimento por parte dos munícipes para o ano de 2002 permitirá saber se as medidas a serem tomadas pela Prefeitura de São José serão capazes de manter ou melhorar ainda mais a eficácia do atendimento que presta aos munícipes no Centro de Atendimento.

Grau de Satisfação dos Usuários do Centro de Atendimento em Dezembro de 2001





# Demonstrativos e Indicadores Sociais

## Balanco Social

### BALANÇO SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE - 2000 / 2001

1. Indicadores Gerais do Resultado Operacional		Valores R\$ em 2001				Valores R\$ em 2000				
1.1.	Receita Orçamentária			87.579.381				76.868.333		
1.1.1.	Receita Própria			24.620.543				30.546.968		
1.1.2.	Transferências			56.233.649				42.552.579		
1.1.3.	Receitas de Capital			6.725.189				3.768.786		
1.2.	Superavit do Exercício			918.742				302.059		
1.3.	Saldo Patrimonial			49.305.674				37.924.740		
2. Indicadores de Recursos Humanos		Direção	Chefias	Operacional	Total		Direção	Chefias	Operacional	Total
2.1.	Ativos em 31/12	42	92	2.005	2.139		38	85	1.821	1.944
2.1.1.	Participação por Sexo	32	55	575	662		31	56	547	634
	Homens	10	37	1.430	1.477		7	29	1.274	1.310
	Mulheres	42	92	2.005	2.139		38	85	1.821	1.944
2.2.	Faixas Etárias em 31/12	42	92	2.005	2.139		38	85	1.821	1.944
2.2.1.	Até 24 anos	0	10	156	166		0	6	93	99
2.2.2.	Acima de 24 até 39 anos	13	32	999	1.044		10	32	887	929
2.2.3.	Acima de 39 até 64 anos	29	49	827	905		28	46	816	890
2.2.4.	Acima de 64 anos	0	1	23	24		0	1	25	26
2.3.	Tempo de Serviço em 31/12	42	92	2.005	2.139		38	85	1.821	1.944
2.3.1.	Até 1 ano	19	46	1.168	1.233		8	7	730	745
2.3.2.	Acima de 1 até 5 anos	11	19	151	181		18	43	363	424
2.3.3.	Acima de 5 até 10 anos	5	15	226	246		7	17	255	279
2.3.4.	Acima de 10 anos	7	12	460	479		5	18	473	496
2.4.	Variação do Corpo Funcional	-2	1	-151	-152		-7	1	-6	-12
2.4.1.	Demissões no ano	17	46	469	532		9	5	81	95
2.4.2.	Aposentadorias no ano	0	0	8	8		0	0	16	16
2.4.3.	Afastamentos por outros motivos	0	1	23	24		0	0	6	6
2.4.4.	Admissões no Ano	15	48	349	412		2	6	97	105
2.5.	Serviços Terceirizados em 31/12									
2.5.1.	Gastos com serviços terceirizados no período			15.667.026					11.203.436	
2.6.	Estagiários									
2.6.1.	Número de estagiários em 31/12			81					58	
2.6.2.	Gasto Anual com Estagiários			300.302					301.999	
2.7.	Escolaridade e Formação									
2.7.1.	Nível de Escolaridade	42	92	2.005	2.139		38	85	1.821	1.944
2.7.1.1.	Analfabeto, inclusive o que, embora tenha recebido instrução, não se alfabetizou.	0	0	11	11		0	0	13	13
2.7.1.2.	Até a 4ª série incompleta do 1º grau (primário incompleto) ou que se tenha alfabetizado sem ter frequentado escola regular	1	1	29	31		1	1	41	42
2.7.1.3.	Com a 4ª série completa do 1º grau	0	4	168	172		0	2	31	33
2.7.1.4.	Da 5ª a 8ª série incompleta do 1º grau	1	0	33	34		0	37	732	772
	Primeiro grau (ginásio) completo	0	9	112	121		0	10	77	94
	Segundo grau (colegial) incompleto	4	2	43	45		0	21	481	529
2.7.1.7.	Segundo grau (colegial) completo	4	39	829	872		3	0	0	0
2.7.1.8.	Superior incompleto	2	16	150	168		7	0	0	0
2.7.1.9.	Superior completo	34	21	630	685		27	0	0	0
2.7.1.10.	Pós-Graduação Completa	0	0	0	0		0	0	0	0
2.	Indicadores de Recursos Humanos (cont.)	TOTAL R\$ - PESSOAL					TOTAL R\$ - PESSOAL			
2.8.	Gastos com Pessoal			30.391.907					25.513.895	
2.8.1.	Remunerações									
2.8.1.1.	Salários, Gratificações			24.720.424					21.335.281	
2.8.1.2.	Encargos Sociais Compulsórios (FGTS, INSS/S)			2.668.811					2.111.954	
2.8.1.3.	13º Salário			1.270.000					1.009.160	
2.8.1.4.	Férias			292.080					163.808	
2.8.1.5.	Indenizações			1.440.591					893.692	
2.9.	Outras Vantagens Sociais									
2.9.1.	Gastos com Transporte			801.153					610.503	
3.	Indicadores de Atividades Operacionais	valores	% Rec. Orç.	% Superavit	% Saldo Patr.		valores	% Rec. Orç.	% Superavit	% Saldo Patr.
3.1.	Legislativa	3.221.984	3,68%	350,70%	6,53%		3.832.680	4,99%	1268,85%	10,11%
3.2.	Administração e Planejamento	11.990.939	13,69%	1305,15%	24,32%		9.948.902	12,94%	3293,70%	26,23%
3.3.	Saúde e Saneamento	533.871	0,61%	58,11%	1,08%		330.866	0,43%	109,54%	0,87%
3.4.	Educação e Cultura	500.359	0,57%	54,46%	1,01%		403.886	0,53%	133,71%	1,06%
3.5.	Indústria, Comércio e Serviços	130.883	0,15%	14,25%	0,27%		106.332	0,14%	35,20%	0,28%
3.6.	Trabalho	554.047	0,63%	60,30%	1,12%		511.428	0,67%	169,31%	1,35%
3.7.	Outros	27.399	0,03%	2,98%	0,06%		10.558.666	13,74%	3495,57%	27,84%
Total dos Indicadores de Atividades Operacionais		16.959.482	19,36%	1845,95%	34,40%		25.692.759	33,42%	8505,86%	67,75%
4.	Indicadores e Benefícios Sociais	valores	% Rec. Orç.	% Superavit	% Saldo Patr.		valores	% Rec. Orç.	% Superavit	% Saldo Patr.
4.1.	Gastos com a Comunidade	70.619.900	80,64%	7686,58%	143,23%		51.175.574	66,58%	16942,25%	134,94%
4.1.1.	Educação e Cultura	26.373.750	30,11%	2870,64%	53,49%		19.762.385	25,71%	6542,56%	52,11%
4.1.1.1.	Educação da Criança de 0 a 6 anos (creche)	3.850.908	4,40%	419,15%	7,81%		3.273.399	4,26%	1083,70%	8,63%
4.1.1.2.	Ensino Fundamental	19.656.310	22,44%	2139,48%	39,87%		14.315.137	18,62%	4739,19%	37,75%
4.1.1.3.	Ensino Médio	229.089	0,26%	24,94%	0,46%		208.972	0,27%	69,18%	0,55%
4.1.1.4.	Ensino Supletivo	556.596	0,64%	60,58%	1,13%		445.147	0,58%	147,37%	1,17%
4.1.1.5.	Educação Física e Desporto	738.612	0,84%	80,39%	1,50%		685.267	0,89%	226,87%	1,81%
4.1.1.6.	Assistência a Educandos	14.809	0,02%	1,61%	0,03%		14.6375	0,19%	48,46%	0,39%
4.1.1.7.	Cultura	304.824	0,35%	33,18%	0,62%		397.820	0,52%	131,70%	1,05%
4.1.1.8.	Educação Especial	0	0,00%	0,00%	0,00%		1.513	0,00%	0,50%	0,00%
4.1.1.9.	Alimentação Escolar	1.022.601	1,17%	111,30%	2,07%		288.755	0,38%	95,60%	0,76%
4.1.2.	Saúde e Saneamento	8.902.338	10,16%	968,97%	18,06%		5.863.851	7,63%	1941,29%	15,46%
4.1.2.1.	Saúde	8.902.338	10,16%	968,97%	18,06%		5.863.851	7,63%	1941,29%	15,46%
4.1.2.2.	Saúde	4.952.700	5,66%	539,07%	10,04%		3.629.946	4,72%	1201,73%	9,57%
4.1.3.	Assistência e Previdência	2.117.184	2,42%	230,44%	4,29%		1.347.244	1,75%	446,02%	3,55%
4.1.3.1.	Assistência	2.835.515	3,24%	308,63%	5,75%		2.282.703	2,97%	755,71%	6,02%
4.1.3.2.	Previdência	18.292.067	20,89%	1990,99%	37,10%		13.986.582	18,20%	4630,42%	36,88%
4.1.4.	Transporte	524.325	0,60%	57,07%	1,06%		484.297	0,63%	160,33%	1,28%
4.1.4.1.	Transporte Rodoviário	17.763.242	20,28%	1933,43%	36,03%		13.502.285	17,57%	4470,08%	35,60%
4.1.4.2.	Transporte Urbano	4.500	0,01%	0,49%	0,01%		0	0,00%	0,00%	0,00%
4.1.4.3.	Transporte Aéreo	9.414.139	10,75%	1024,68%	19,09%		5.969.212	7,77%	1976,18%	15,74%
4.1.5.	Habituação e Urbanismo	1.508.526	1,72%	164,19%	3,06%		239.981	0,31%	79,45%	0,63%
4.1.5.1.	Habituação	1.074.566	1,23%	116,96%	2,18%		741.584	0,96%	245,51%	1,96%
4.1.5.2.	Urbanismo	6.831.047	7,80%	743,52%	13,85%		4.987.647	6,49%	1651,22%	13,15%
4.1.5.3.	Serviços de Utilidade Pública	459.270	0,52%	49,99%	0,93%		105.900	0,14%	35,06%	0,28%
4.1.7.	Desenvolvimento Regional	164.432	0,19%	17,90%	0,33%		130.387	0,17%	43,17%	0,34%
4.1.7.1.	Desenvolvimento de Micro-regiões	164.432	0,19%	17,90%	0,33%		130.387	0,17%	43,17%	0,34%
4.1.8.	Segurança Pública	220.427	0,25%	23,99%	0,45%		246.664	0,32%	81,66%	0,65%
4.1.9.	Proteção ao Meio Ambiente	1.736.962	1,98%	189,06%	3,52%		1.433.477	1,86%	474,57%	3,78%
4.1.10.	Agricultura	103.815	0,12%	11,30%	0,21%		47.168	0,06%	15,62%	0,12%
Total dos Indicadores e Benefícios Sociais		70.619.900	80,64%	7686,58%	143,23%		51.175.574	66,58%	16942,25%	134,94%



## Demonstração da Geração e Distribuição de Riqueza

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ					
DEMONSTRAÇÃO DA GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA					
CÁLCULO DO VALOR ADICIONADO		2001	AV 2001	2000	AV 2000
1	Receitas Orçamentárias	87.579.381		76.868.333	
1.2	Receita Própria	24.620.543	28,11%	30.546.968	34,88%
1.3	Transferências	56.233.649	64,21%	42.552.579	48,59%
1.3.1	Constitucionais	52.966.464	60,48%	39.559.495	45,17%
1.3.2	De Convênios	3.267.184	3,73%	2.993.084	3,42%
1.4	Receitas de Capital	5.724.491	6,54%	3.240.587	3,70%
2	Insumos Adquiridos de Terceiros	15.667.026	17,89%	11.203.436	12,79%
2.2	Serviços de Terceiros e Encargos	15.667.026		11.203.436	
3	Valor da Riqueza Bruta [1-2]	71.912.355		65.664.897	
4	Valor da Riqueza Recebida Em Transferência	1.000.698		528.199	
4.1	Receitas Financeiras	1.000.698	1,14%	528.199	0,60%
5	Valor da Riqueza Líquida [ 3+4]	72.913.054	83,25%	66.193.095	75,58%
6	Distribuição da Riqueza				
6.1	Pessoal e Encargos	30.391.907	34,70%	25.513.895	29,13%
6.2	Função de Governo				
6.2.1	Legislativo	270.705	0,31%	137.860	0,16%
6.2.2	Administração e Planejamento	1.967.080	2,25%	5.301.063	6,05%
6.2.3	Saúde e Saneamento	4.544.414	5,19%	7.161.855	8,18%
6.2.4	Educação e Cultura	10.390.281	11,86%	8.949.458	10,22%
6.2.5	Indústria, Comércio e Serviços	165.775	0,19%	82.041	0,09%
6.2.6	Habitação e Urbanismo	3.723.394	4,25%	1.698.309	1,94%
6.2.7	Agricultura	66.577	0,08%	26.614	0,03%
6.2.8	Segurança Pública	75.703	0,09%	153.132	0,17%
6.2.9	Desenvolvimento Regional	164.432	0,19%	130.387	0,15%
6.2.10	Trabalho	554.047	0,63%	511.428	0,58%
6.2.11	Assistência e Previdência	2.926.960	3,34%	3.658.785	4,18%
6.2.12	Transporte	13.525.926	15,44%	10.506.097	12,00%
6.3	Dívida Interna	3.227.109	3,68%	2.060.111	2,35%
6.4	Superávit do Exercício	918.742	1,05%	302.059	0,34%
Total do Valor Adicionado Distribuído		72.913.054	83,25%	66.193.095	75,58%





## **EQUIPE DA ADMINISTRAÇÃO 2000/2004**

**Prefeito:** Dário Elias Berger

**Vice-Prefeito:** Vanildo Macedo

Administração e Finanças: Constâncio Alberto Salles Maciel  
 Desenvolvimento Social: Rosemere Bartuchski Berger  
 Educação e Cultura: Fernando Melquíades Elias  
 Saúde: Adeliara Dal Pont  
 Transportes e Obras: Djalma Vando Berger  
 Meio-Ambiente: Carlos Lélis Souza  
 Receita: Telmo Padilha  
 Urbanismo e Serviços Públicos: Orvino Coelho de Ávila  
 Esportes e Juventude: José Francisco da Rosa  
 Indústria Comércio e Turismo: Carlos Gonzaga Aragão  
 Desenvolvimento Urbano: Jaime de Souza  
 Procuradoria: Robson Carlos Ferreira  
 Gaplan: Augusto César Hinckel

### **Coordenação**

Contadora: Fátima de Souza Freire CRCCE - 9746  
 Contador: Juarez Domingues Carneiro CRCSC - 12898  
 Contador: Sílvio Osni Koerich CRCSC - 18896  
 Contadora: Ana Paula Cardoso CRCSC - 23902

### **Coordenação da PMSJ**

Ana Paula Pereira - Chefe de Gabinete Adjunta  
 Augusto César Hinckel - Chefe do Gaplan

### **Equipe de Apoio**

Jean Pierry Rocha - Estagiário de Contabilidade  
 Alessandra Cristina Rosa - Estagiária de Administração  
 Terezinha Pinheiro Silva - Responsável pela execução da Pesquisa no  
 Centro de Atendimento ao Cidadão  
 Laureci Cordeiro - Fotos

**ANEXO II – BALANÇO SOCIAL DA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE  
FLORIANÓPOLIS DE 2001**



# Balanco Social 2001

Prefeitura Municipal de Florianópolis



# Índice

Mensagem da Prefeita .....	3
O Município .....	5
A Gestão de Florianópolis .....	7
As Pessoas .....	9
Saúde .....	9
Nutrição .....	10
Educação .....	11
Habitação .....	12
Assistência Social .....	13
Transporte Urbano .....	14
Cultura .....	14
Esportes .....	15
O Ambiente Natural .....	17
Conservação Ambiental .....	17
Educação Ambiental .....	18
Limpeza Pública .....	19
As Oportunidades .....	21
Turismo .....	21
Agropecuária, Pesca e Abastecimento .....	23
O Ambiente Físico .....	25
Obras de Engenharia .....	25
Infra-Estrutura de Serviços .....	26
O Ambiente Institucional .....	29
Modernização Administrativa .....	29
Recursos Humanos .....	30
Demonstrativos de Indicadores Sociais .....	33
Um Balanço da Satisfação dos Funcionários e dos Municípios .....	33
Balanço Social da Satisfação dos Funcionários da Prefeitura .....	35
Balanço Social da Satisfação dos Municípios .....	37
Balanço Social da Prefeitura de Florianópolis .....	39
Demonstração da Geração e Distribuição de Riqueza .....	41



# Balanco Social 2001

Prefeitura Municipal de Florianópolis



# Mensagem da Prefeita

A Prefeitura Municipal de Florianópolis apresenta à sociedade catarinense e brasileira o seu primeiro Balanço Social.

O Balanço Social traduz o grau de comprometimento que a Prefeitura tem para com a sociedade e o meio ambiente, envolvendo os serviços e os benefícios que são destinados aos munícipes e aos seus funcionários.

A Responsabilidade Social, devidamente incorporada pela Prefeitura através de diversos projetos e programas sociais e ambientais, encontra no Balanço Social o instrumento capaz de levar à sociedade, de forma clara, objetiva e transparente as ações desenvolvidas em 2001.

A administração pública municipal priorizou, em sua gestão, as pessoas, o ambiente natural, as oportunidades, o ambiente físico e o ambiente institucional, com especial atenção à criança e à gestante, razão pela qual as ações descritas no Balanço Social estão integradas ao plano de governo municipal.

Como instrumento eficaz de gestão e de divulgação das ações, o Balanço Social encontrou nas duas pesquisas realizadas, uma com funcionários e outra com munícipes, condições de melhor avaliar e comparar o que está sendo feito em relação aos anseios e necessidades da comunidade e de seu corpo funcional.

O superávit social constatado nos dois Balanços de Satisfação é creditado ao trabalho em equipe realizado pelo colegiado municipal, pelos funcionários e colaboradores, e contando com o indispensável apoio do legislativo municipal.

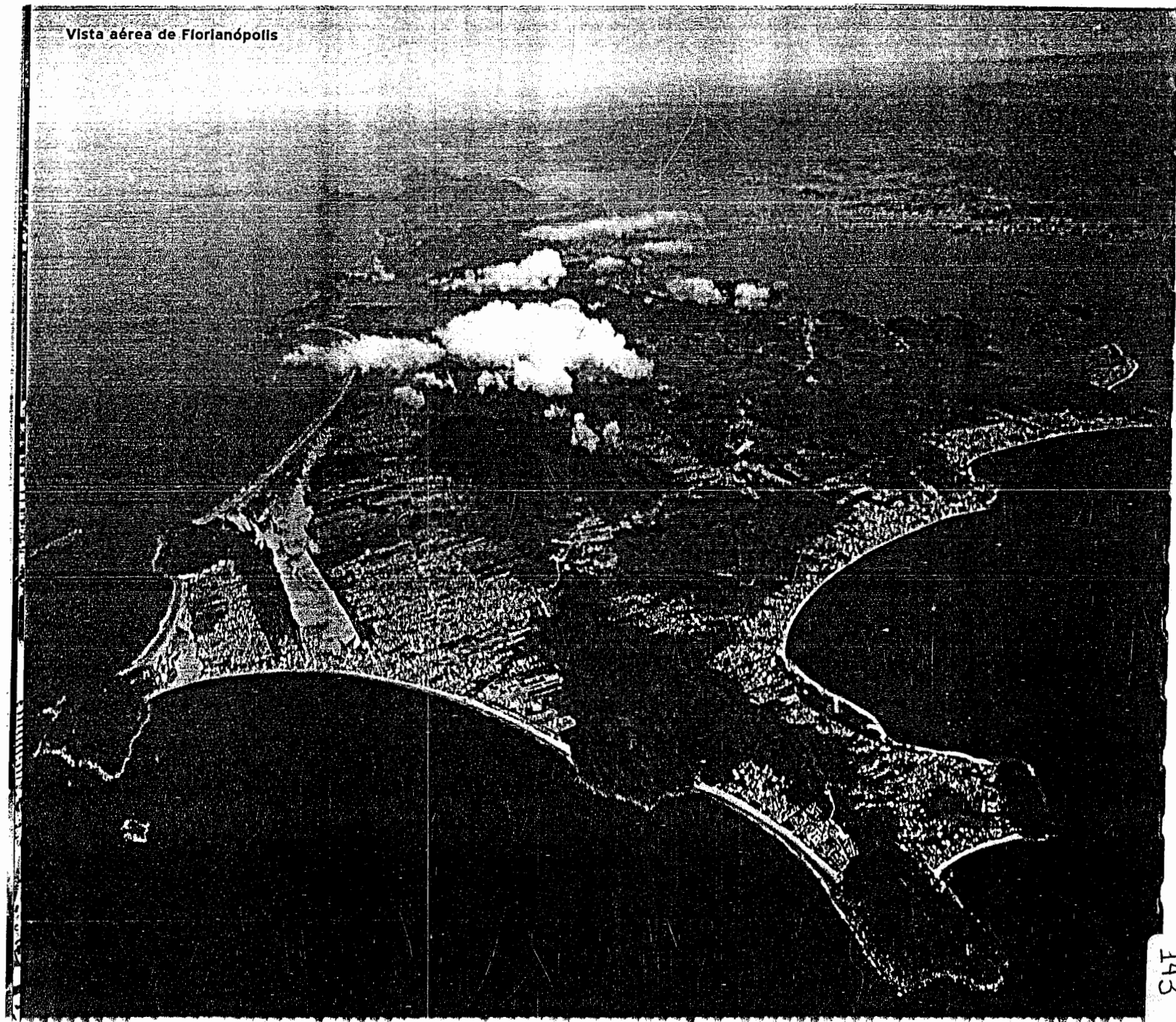
Espero que este Balanço Social inspire as demais instituições públicas e privadas, contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa e humana, plenamente comprometida com a responsabilidade social e ambiental.



**Angela Regina Heinzen Amin Helou**  
Prefeita de Florianópolis



Vista aérea de Florianópolis



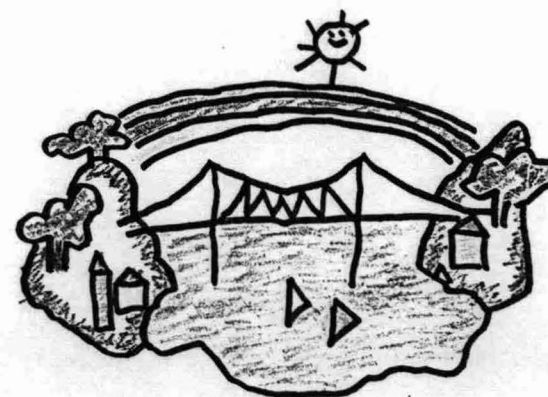
# O Município



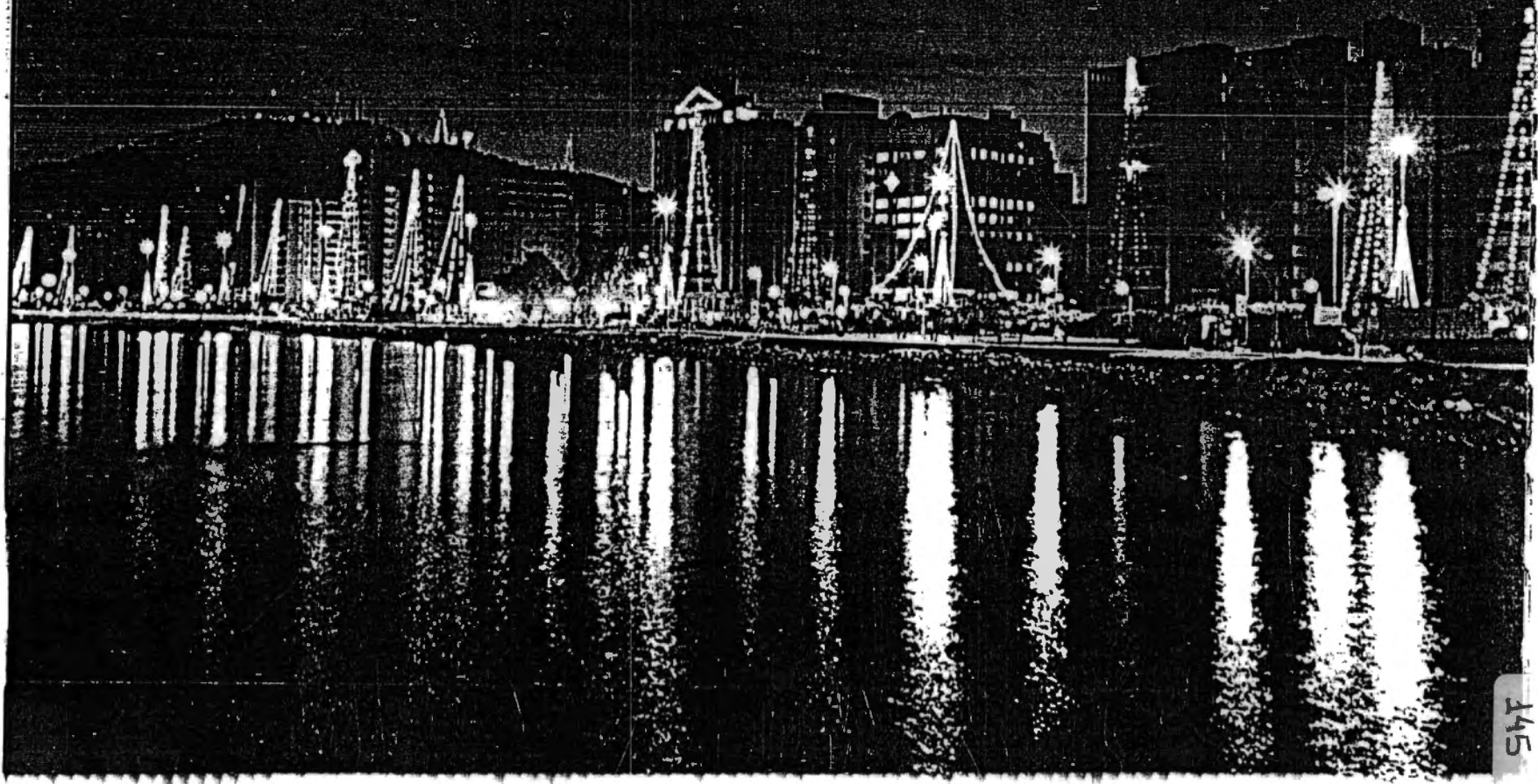
Vale a pena viver em Florianópolis. Composta por uma ilha de 424 km<sup>2</sup> e uma península continental de 12 km<sup>2</sup>, a capital do Estado de Santa Catarina se destaca pelas belezas naturais, pela qualidade de vida dos moradores e pela sua diversidade. É uma cidade ao mesmo tempo cosmopolita e provinciana. Possui avenidas largas, shopping centers modernos e uma estrutura completa na área de prestação de serviços e de lazer que se misturam, de forma harmônica, com os antigos casarios açorianos, com a pesca artesanal e o caminhar tranquilo dos habitantes mais antigos. Entre as suas mais de 40 praias, pode-se escolher aquelas que oferecem hotéis e restaurantes de padrão internacional e uma efervescente vida noturna ou optar pela tranquilidade e o sossego dos balneários que se mantêm ainda como vilas de pescadores.

Florianópolis, com 360 mil habitantes (IBGE/2002), tem sua economia baseada no comércio e em serviços. Nos últimos anos, houve um crescimento bastante rápido desses dois setores, com destaque para o Turismo. Segundo pesquisas recentes da Embratur, a cidade é o segundo destino turístico de estrangeiros em todo o Brasil, atrás apenas do Rio de Janeiro, e o terceiro em número absoluto de visitantes. Não faz muito tempo considerada um destino de Verão, Florianópolis vem conseguindo quebrar a sazonalidade através da realização de grandes eventos esportivos e de negócios, que garantem um fluxo constante de visitantes e credenciam a cidade a se tornar, num futuro próximo, referência nacional e internacional em turismo de negócios e de eventos.

Reflexo disso, é que a capital catarinense figura hoje, de acordo com a Revista Exame, como uma das melhores cidades brasileiras para se fazer negócio.



Av. Beira-Mar Norte





# A Gestão de Florianópolis

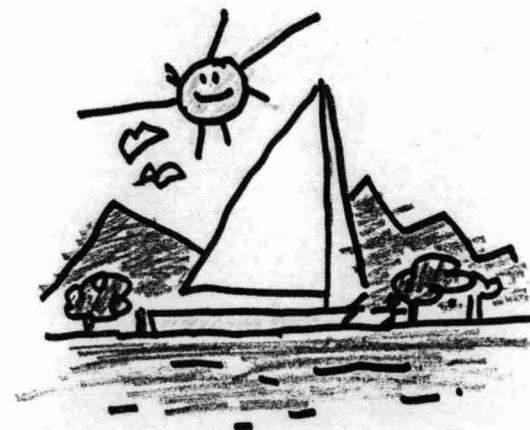


Todo o trabalho desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Florianópolis durante o ano de 2001 esteve baseado em cinco prioridades: as pessoas; o ambiente natural; as oportunidades; o ambiente físico e o ambiente institucional. Os segmentos das pessoas e do ambiente natural se destinam ao fortalecimento dos dois principais elementos que constituem uma cidade: os seus habitantes e a sua natureza. As oportunidades e o ambiente físico abrangem os agentes e as situações a serem potencializadas, com vistas à geração de emprego e renda. Já o ambiente institucional trata dos meios administrativos. Procurou-se, através de cada uma das ações realizadas, o bem-estar das pessoas, buscando cada vez mais melhorar a qualidade de vida da população.

Desde 1997, a Prefeitura montou uma rede de proteção à criança e à gestante, cujo exemplo mais expressivo é o Capital Criança, um programa pioneiro destinado a garantir o atendimento da criança. Ele começa nos cuidados dispensados à mãe, que incluem no mínimo seis consultas pré-natais e uma ultrassonografia, e se estende - após o nascimento - até a idade de 19 anos.

Um exemplo visível do sucesso da política adotada na área da saúde - que está aliada a um amplo programa de suplementação infantil - foi a desativação, em 2001, do atendimento oferecido a crianças com desnutrição primária (provocada pela falta de comida) no Hospital Infantil Joana de Gusmão. Não havia mais casos em Florianópolis de crianças desnutridas a ponto de necessitarem internação.

O resultado mais significativo e importante, porém, é a queda contínua registrada na taxa de mortalidade infantil. Ela caiu de 21,60 por mil nascidos vivos, registrada em 1996, para 8,76 em 2001, bem abaixo da taxa de 30,70 registrada no país (2001) e de 19,70 na Região Sul (2000). Não foi por nada que o Capital Criança foi considerado, em 2001, pela Organização das Nações Unidas (ONU), uma das 40 melhores práticas em todo o mundo para o bem-estar da humanidade.





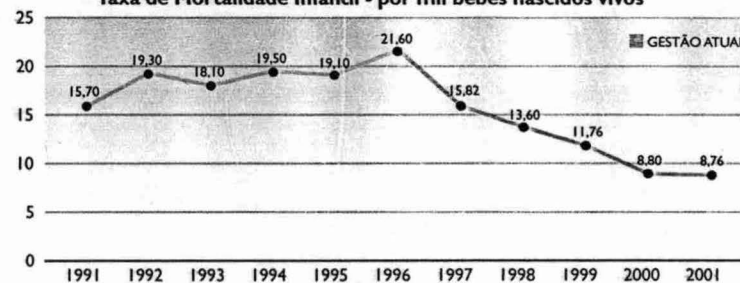
# As Pessoas



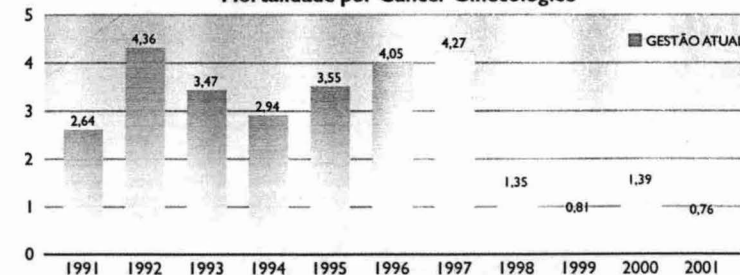
## Saúde

O maior indicador da atenção que vem sendo dada pela Prefeitura de Florianópolis à saúde é a Taxa de Mortalidade Infantil registrada em 2001. Ela foi de 8,76 por mil nascidos vivos, a menor dos últimos 10 anos. Também o percentual de mulheres que morrem em decorrência de câncer ginecológico - de 0,76 - foi o menor desde 1991, assim como a taxa de mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias. A cobertura dos serviços básicos de saúde oferecidos atingiu 70% da população da Capital. Na rede municipal, foram realizadas 236.228 consultas médicas e 45.443 procedimentos odontológicos.

Taxa de Mortalidade Infantil - por mil bebês nascidos vivos



Mortalidade por Câncer Ginecológico





Atendimento à Gestante



Atendimento à Criança



Atendimento Médico na Unidade de Saúde do Bairro Monte Cristo

### Algumas ações

- Além da aplicação de todas as vacinas recomendadas pelo Ministério da Saúde, em 2001, Florianópolis foi a primeira cidade do país a tornar obrigatória a vacina contra haemophilus tipo B, uma iniciativa estendida depois pelo governo federal a todos os demais municípios.
- Em 2001, Florianópolis tornou-se a primeira cidade do Brasil a aplicar a vacina contra a catapora.
- Todos os recém-nascidos tiveram direito ao teste do pezinho, consulta neonatal precoce, consulta odontológica no 30º dia, consultas mensais até a idade de um ano, vacinação e visitas domiciliares do agente comunitário.
- No ano, foram aplicadas 211.157 doses de vacina, sendo 80.244 em menores de um ano.
- Os agentes comunitários realizaram 612.379 visitas domiciliares, no trabalho de acompanhamento da situação de saúde individual e familiar.
- O Programa de Saúde da Família (PSF) – que tem como característica o atendimento domiciliar e o acompanhamento da saúde por uma equipe multidisciplinar – apresentou um índice de cobertura de 47,3% da população de Florianópolis, 14,6% maior do que no ano anterior; trabalhando com 39 equipes de profissionais – 12 a mais do que 2000. Já o Programa de Agentes Comunitários de Saúde trabalhou com uma cobertura de 100%.
- Em 2001, 31 equipes de saúde da família identificaram os maiores problemas existentes nas áreas de risco de Florianópolis e foi iniciado um trabalho com famílias carentes que moram nesses locais, englobando a Vigilância Sanitária, a Vigilância Epidemiológica e toda a estrutura de recursos humanos dos Programas de Saúde da Família (PSF) e de Agentes Comunitários de Saúde (PACS).

### Nutrição

Integrados às ações voltadas ao atendimento médico e odontológico da população, estão os programas destinados a suprir as necessidades alimentares em todas as etapas da infância. Em 2001, a taxa de atendimento nutricional, ou seja, a recuperação de peso das crianças assistidas chegou a 56,38% contra os 39,74% registrados em 1999.

### Algumas ações

- Foram aplicados R\$ 150,6 mil na distribuição de leite especial para os recém-nascidos que não aceitam leite de vaca, o dobro do valor de 2000. Pelo alto custo do produto, até há poucos anos o índice de desnutrição dentro desse grupo era extremamente



elevado. Hoje, o leite especial está acessível a praticamente todas as crianças cujas famílias não tenham condições financeiras de adquiri-lo.

- Em 2001, 1.937 crianças de dois a seis anos foram atendidas pelo Programa Hora de Comer que, além de suplementação alimentar, realiza um acompanhamento mensal da criança, de sua família e, se necessário, promove a inserção no mercado de trabalho dos pais e filhos maiores de 16 anos. Ao todo, foram entregues 12.454 cestas nutricionais e realizadas 20 reuniões educativas por mês com os pais, beneficiando 18 comunidades.
- Houve a implantação do sistema de entrega direta de gêneros alimentícios a unidades escolares, com economia de recursos e aumento da qualidade. Foram atendidas 27.084 crianças, em 152 unidades de ensino, representando 12.718.794 refeições. O valor investido foi de R\$ 2,3 milhões contra os R\$ 1,8 milhão de 2000 – sendo 81,20% bancados com recursos da própria Prefeitura.

<b>Hora de Comer - 2001</b>	
Cestas nutricionais entregues	12.454
Comunidades beneficiadas	18
Crianças atendidas	1.937
Crianças atendidas média/mês	1.037
Reuniões educativas com os pais sobre assuntos na área da saúde e do meio ambiente, educação e meio ambiente - média/mês	20

## Educação

Os gastos em Educação superaram em quase R\$ 7 milhões os valores aplicados em 2000, chegando a R\$ 46.445.770,98. Tanto o ensino fundamental quanto a educação infantil receberam um volume maior de verbas, o que permitiu ampliar o número de crianças e adolescentes atendidos nas unidades de ensino da Prefeitura.

### Algumas ações

- O número de professores passou de 1.623 (2000) para 1.934. Também aumentou o total de crianças de zero a seis meses atendidas nas creches, nos núcleos de educação infantil do município e o total de alunos que freqüentam o ensino fundamental e os programas de educação de jovens e adultos. Foram atendidos 21.970 alunos nas 105 unidades de ensino da Prefeitura, somando 961 turmas.
- Mais alunos concluíram o ensino fundamental. Conforme levantamento da Prefeitura,



Entrega de alimentos do Programa Hora de Comer no Bairro Saco dos Limões



Apresentação das crianças da Creche da Comunidade Chico Mendes

98,39% dos estudantes chegaram ao final do curso. A taxa de abandono caiu de 2,55% para 1,66%.

- Implantação de salas informatizadas em quatro unidades escolares.
- Capacitação de 2.837 professores, num total de 3.508 horas.
- Contratação de 13 professores específicos para o projeto Aceleração da Aprendizagem, que tem como objetivo possibilitar a correção da distorção idade/série de 350 alunos, distribuídos em 13 turmas, combatendo a multirepetência e evasão.
- Continuidade do processo de capacitação à distância para 323 professores sem graduação.

Indicadores	1999	2000	2001
Nº de Professores	1.669	1.623	1.934
Alunos no ensino Fundamental	13.127	13.416	13.835
Crianças atendidas em creche	2.252	2.557	3.012
Crianças atendidas nos Núcleos de Ed. Infantil	3.055	3.088	3.352
Alunos atendidos na educação de jovens e adultos	1.204	1.688	1.771



Prédio na Comunidade Chico Mendes. No térreo ficam a creche, a biblioteca, a oficina e o CEC. Nos andares superiores existem apartamentos que funcionam como abrigos provisórios para as famílias beneficiadas pelo Programa Bom Abrigo.



Conjunto Habitacional Vila Cachoeira - Saco Grande II

## Habitação

Continuou a ser dada uma atenção especial à área de habitação. Foram construídas 200 casas populares em 2001, totalizando mais de 1,5 mil unidades em três anos. As ações na área habitacional estão integradas ao Programa Bom Abrigo, com verba do Projeto Habitar Brasil Bid - HBB, que visa garantir moradia digna à parcela mais carente da população, proporcionando também o incremento de recursos urbanísticos, além de atividades voltadas a aspectos sociais, como educação, saúde, lazer e treinamento pessoal, criando também oportunidades de emprego e renda na comunidade.

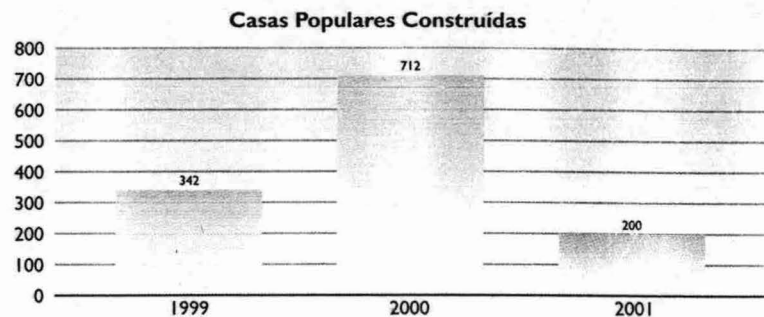
Por estarem em áreas de risco, 335 famílias foram remanejadas em 2001, garantindo-lhes dessa forma um local seguro para viver.

## Algumas ações

- Continuação do Projeto de Urbanização, Habitação e Desenvolvimento Social do Chico Mendes, que prevê o atendimento das necessidades de habitação, infraestrutura, educação, saúde, serviços, renda e lazer daquela comunidade.
- Execução do Programa de Arrendamento Residencial de Canasvieiras, que incluiu a construção de 200 habitações; centro de saúde e área de lazer e implantação do

sistema de esgoto, de abastecimento de água e de distribuição de energia elétrica.

- Realização do mapeamento das Áreas de Assentamentos Subnormais de Interesse Social.



### Assistência Social

Um amplo leque de programas e projetos foi desenvolvido na área social, com a participação da vários órgãos da Prefeitura e entidades governamentais e não-governamentais. As ações contemplaram desde o atendimento de necessidades imediatas, até o trabalho de acompanhamento, apoio e orientação à população de rua e de baixa renda, às crianças e adolescentes vítimas de qualquer forma de violência e à parcela que necessita de emprego e renda.

#### Algumas ações

- Setenta famílias foram assistidas no projeto de Orientação e Apoio Sócio Familiar, que desenvolve ações voltadas ao fortalecimento da estrutura familiar daqueles que se encontram em situação de exclusão social, atendendo preferencialmente famílias de crianças de rua ou que estão nela. Estas famílias recebem uma cesta básica por mês.
- No programa de Assistência Social e Emergencial foram concedidos 16 tipos de benefícios. Entre eles, 4.854 cestas básicas, 455 óculos, 187 auxílios funeral e 1.033 unidades de material higiênico e de saúde. Ao todo, concederam-se 8.736 benefícios.
- Em 2001, foram atendidas e encaminhadas 2.532 pessoas que estavam em situação de rua.
- 1.480 moradores de baixa renda receberam orientação jurídica e tiveram acompanhamento em processos.
- O SOS Criança atendeu 1.334 denúncias de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica.



Centro de Educação Complementar - CEC



CEC - Chico Mendes



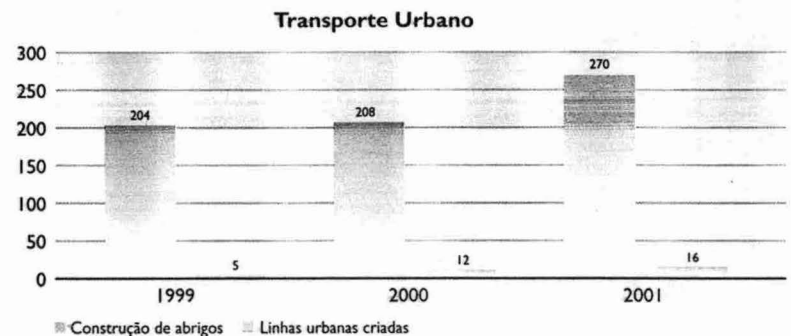
Alunos da Oficina de Arte do Chico Mendes



- A Casa de Passagem proporcionou pernoites a 5.919 crianças, adolescentes e mães em situação de risco social e/ou pessoal, numa média diária de 17 atendimentos.
- No programa de Erradicação do Trabalho Infantil, 710 crianças de 7 a 14 anos receberam a bolsa cidadã de R\$ 40,00, objetivando o seu resgate para a escola, família e comunidade.
- Acompanhamento de 26 grupos de convivência da terceira idade, com atendimento a 858 idosos.
- Os Centros de Educação Complementar atenderam a 290 crianças em quatro comunidades de Florianópolis, no período extra-escolar, oferecendo atividades sócio educativas, esportivas e recreativas.

## Transporte Urbano

Foram instalados 270 novos abrigos de ônibus em Florianópolis, quase 70 a mais do que em 2000. Ampliando o leque de serviços oferecido à população, houve a criação de 16 novas linhas de transporte coletivo.



Festival de Teatro Isnard Azevedo - Mostra de Rua

## Cultura

Os projetos na área da Cultura ficaram a cargo da Fundação Franklin Cascaes, que promoveu uma série de atividades, como o IX Festival Nacional de Teatro de Florianópolis Isnard Azevedo, Encontro Nacional de Terno dos Reis, oficinas de arte em 16 comunidades de Florianópolis, num total de 801 participantes, o III Encontro das Nações e feiras de artes e artesanato em vários pontos da Capital.

## Esportes

Através da Fundação Municipal de Esportes, a Prefeitura esteve envolvida no ano de 2001, direta e indiretamente, em 744 atividades esportivas, apoiando e promovendo desde grandes eventos nacionais e internacionais, como Copa Davis, Ironman Brasil e Reef Brazil Classic 2001, até competições tradicionais da Ilha, a exemplo da Travessia do Paru e do Dominó da Gente. O retorno do investimento realizado no fomento e organização do esporte amador da capital ficou claro em 2001 quando, pela primeira vez desde 1960, Florianópolis conquistou o título de campeão no maior evento poliesportivo do Estado, os 41º Jogos Abertos de Santa Catarina (JASC), promovido em Itajaí, de 8 a 17 de novembro.

Através do Projeto Esporte e Lazer, a Prefeitura ofereceu atividades esportivas e de lazer a crianças e adultos nos finais de semana, reforçando os vínculos familiares. Ao todo, foram realizados 105 eventos, atendendo 72.225 pessoas.

### Atividades da Fundação Municipal de Esportes/2001

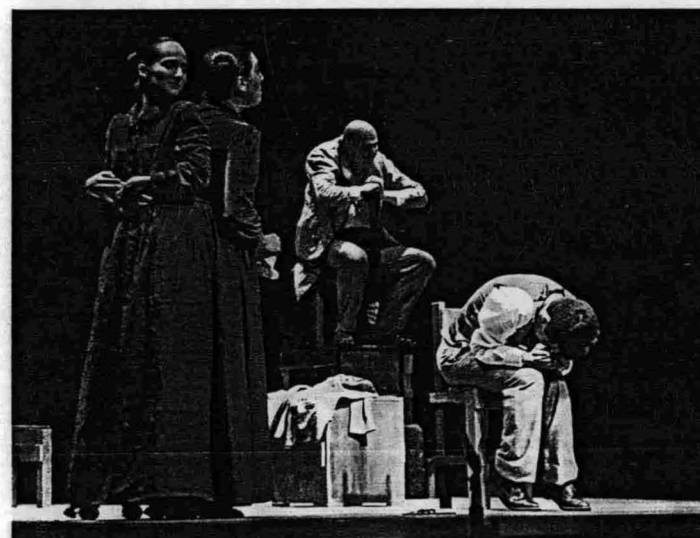
Apoios	493
Auxílios	20
Realizações	221
Projetos	10
<b>Total</b>	<b>744</b>



Copa Davis em Florianópolis

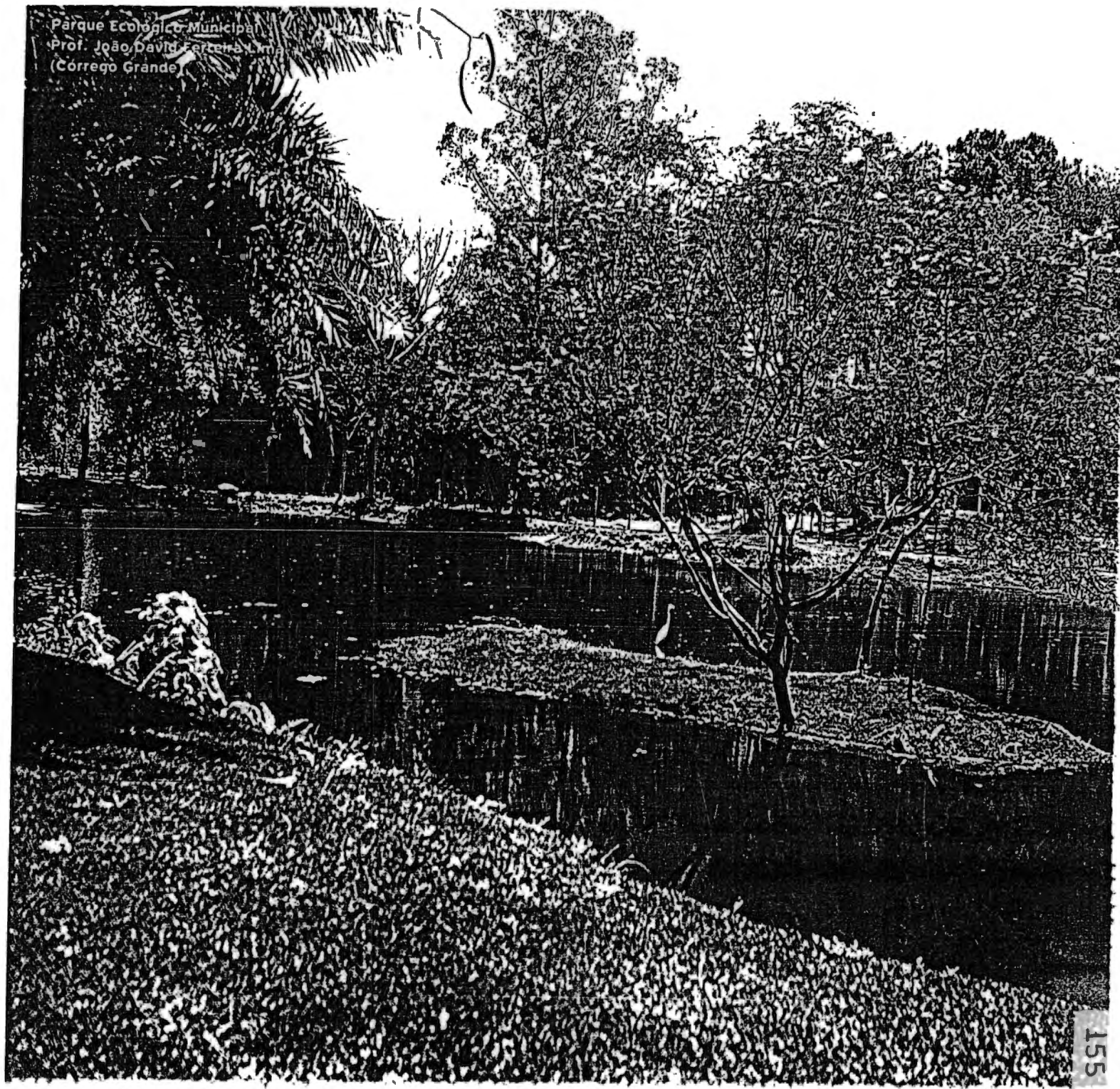


Desfile da delegação de Florianópolis - campeã dos JASC



Festival Isnard Azevedo - Mostra Categoria Adulto

Parque Ecológico Municipal  
Prof. João David Ferreira Lima  
(Córrego Grande)



# O Ambiente Natural



## Conservação Ambiental

A prefeitura da Florianópolis vem desenvolvendo um importante trabalho voltado à conservação dos ecossistemas e à educação ambiental. Entre os programas, destaca-se o **Pomar Floripa**, desenvolvido pela Fundação Municipal de Meio Ambiente (FLORAM), que recebeu em razão das ações realizadas em 2001 o Prêmio Super Ecologia, concedido pela Revista Superinteressante, como um dos três melhores trabalhos no país na área de recuperação de áreas degradadas. O projeto tem como objetivo recompor as áreas degradadas do Morro da Cruz, reflorestando as encostas com espécies frutíferas nativas. Em 2001, foram plantadas 22.004 mudas dentro do projeto Pomar.

### Algumas ações

- Reaberto ao público o Parque Ecológico Municipal Professor João David Ferreira Lima (Córrego Grande), fechado desde 1974. A reforma e estruturação do espaço, de 21,3 hectares, se estenderam por 10 meses, num investimento de R\$ 250 mil. O parque passou a contar com trilhas interpretativas, parque infantil, brinquedoteca, fraldário, quadra poliesportiva, palco para apresentações culturais, viveiros de mudas, programas de educação ambiental, entre outros.
- A produção do Horto Municipal do Ribeirão da Ilha, em 2001, superou a do ano anterior em mais de 14 mil mudas, totalizando 144.100 unidades. Deste total, 118.800 mudas - 95% flores - tiveram como destino as áreas verdes mantidas pela Floram; escolas públicas, entidades comunitárias e municipais, entidades assistenciais e órgãos públicos.
- Com a participação da Floram, Vigilância Sanitária, Casan, Fatma e Polícia Ambiental vem sendo desenvolvida uma intensa fiscalização com a intenção de proteger os mananciais nas sete fontes de abastecimento da Casan: Poção do





Pomar Floripa



Florir Floripa



Florir Floripa

Monte Verde, Poção do Córrego Grande, Rio Tavares. Lagoa da Conceição, Quilombo (Itacorubi), Ribeirão da Ilha e Cacupé.

- Foram realizadas mais de 350 rondas para garantir a integridade dos cinco parques municipais: da Lagoinha do Leste, Maciço da Costeira, Galheta, Lagoa do Peri e Dunas da Lagoa da Conceição.

## Educação Ambiental

O respeito ao meio ambiente passou a fazer parte do dia-a-dia dos estudantes do ensino fundamental de Florianópolis e também de moradores de várias comunidades da Capital. Em 2001, programas de Educação Ambiental, promovidos pela Fundação Municipal de Meio Ambiente - FLORAM, atingiram quase 10 mil pessoas.

### Algumas ações

- 5.379 crianças da 1ª a 4ª série participaram do programa de educação ambiental **Floram vai à Escola** e receberam informações sobre a importância da preservação do meio ambiente e de terem uma participação ativa em sua defesa.
- O programa **Ação Escola** capacitou 258 professores da rede municipal, de forma a transformá-los em agentes multiplicadores da Educação Ambiental, principalmente entre os alunos da 4ª a 8ª série.
- Quarenta comunidades participaram do programa **Integração Comunitária**, promovido em parceria com ONGs, associações e instituições governamentais, e que busca a melhoria da qualidade de vida da população, numa sociedade ecológica e socialmente sustentável. Em 2001, 2.870 pessoas dessas comunidades foram capacitadas em Educação Ambiental.
- O Projeto Núcleo de Treinamento Ambiental **Florir Floripa** atendeu 160 jovens que se encontravam em situação de mendicância nas ruas, ensinando-lhes a cuidar de mudas, a plantar e outras práticas ambientais, de forma a se tornarem agentes de difusão da preservação do meio ambiente. Os participantes do projeto, iniciado em 1999 com 60 meninos, recebem uma cesta básica mensal, além de acompanhamento médico, odontológico, psicológico e pedagógico.

### FLORAM vai à Escola

Ano	Nº de crianças atingidas
1997	4830
1998	3473
1999	6850
2000	6700
2001	5379



## Limpeza Pública

A Companhia Melhoramentos da Capital (Comcap) ampliou no ano de 2001 o alcance das atividades de limpeza pública em áreas carentes ou de difícil acesso da cidade. Cerca de 95% dos moradores de Florianópolis passaram a ser atendidos pelo sistema de coleta de lixo convencional porta a porta, com a implantação de novos roteiros no Norte da Ilha de Santa Catarina. No restante da cidade, onde é difícil o acesso aos caminhões coletores, é usado o sistema de lixeiras comunitárias.

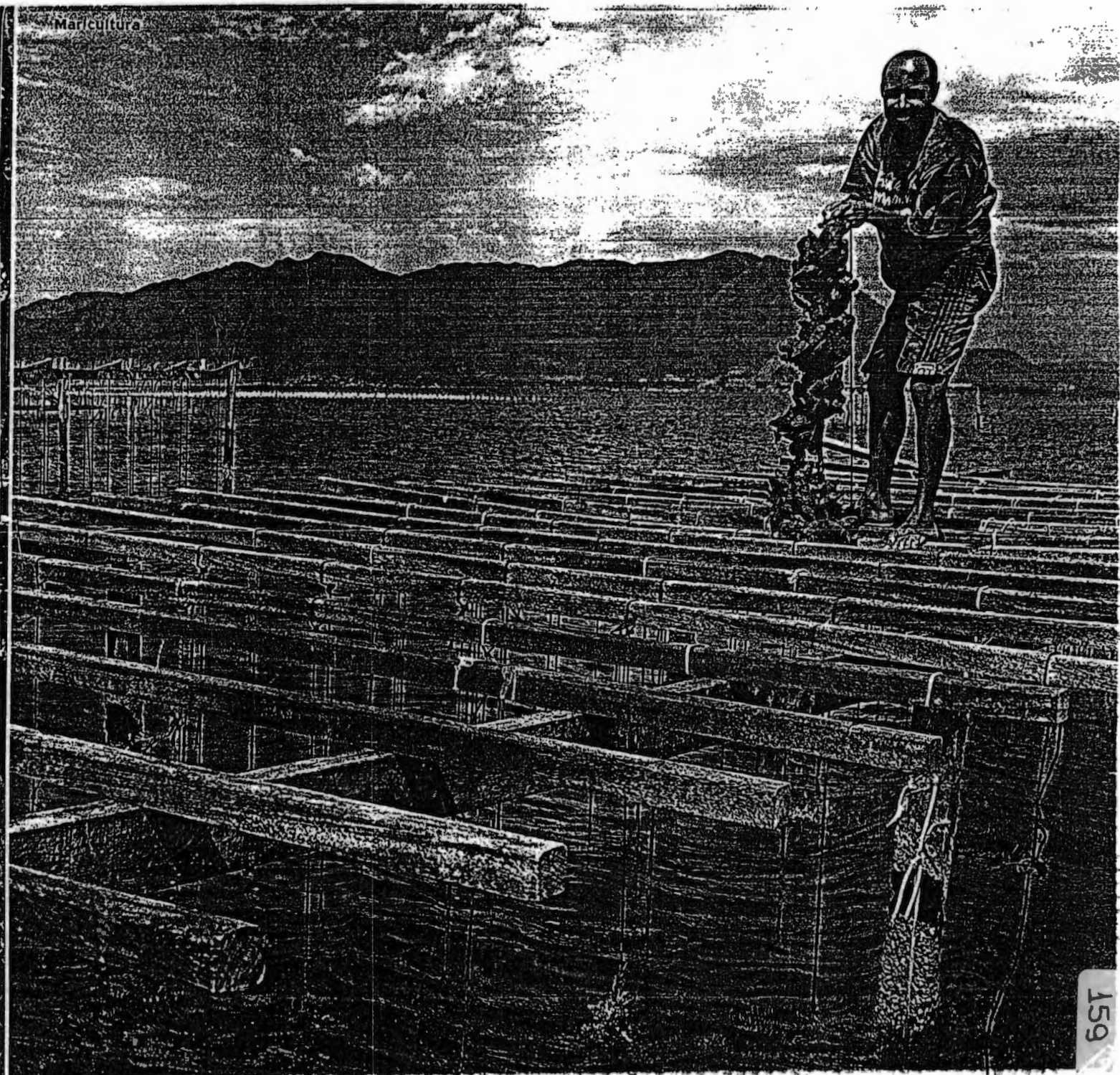
A quantidade de lixo coletado em Florianópolis, entre o lixo convencional e seletivo, ficou em torno de 10,5 mil toneladas/mês, sendo 10 mil ton/mês para o convencional e 500 ton/mês para o seletivo (soma da coleta formal feita pela PMF, por meio da COMCAP, e informal pelos catadores).

### Algumas ações

- Para fazer frente a demanda por coleta de resíduos sólidos, que vem crescendo a taxas de 7% ao ano, a Companhia de Melhoramentos da Capital (Comcap) renovou em 50% a sua frota de caminhões de 1999 a 2001. Mudanças realizadas nos roteiros também permitiram a ampliação do número de ruas com coleta convencional alternada (três dias por semana).
- Foi implantada na região central de Florianópolis, Lagoa da Conceição, Canasvieiras e parte do Continente a coleta de lixo mecanizada, com caminhões equipados com elevadores mecânicos para recolher o lixo de contentores.
- Em locais como o Sítio do Capivari, Rio Vermelho e Santinho, no Norte da Ilha, praticamente dobrou o número de ruas que agora contam com o serviço de coleta de lixo.
- Além de investir na operação de coleta, foi completamente estruturado o sistema de transbordo de lixo, iniciado a partir do segundo semestre de 2000 com a implantação do Centro de Transferência de Resíduos Sólidos, localizado no antigo lixão do Bairro Itacorubi.
- A Comcap desde 1999 implantou na cidade o serviço de coleta pesada, para recolher sucata e entulho que, mal depositados em quintais e terrenos baldios, acabam favorecendo a reprodução de vetores de doença. Em 2001, foi coletada 1,3 tonelada entre os meses de abril e novembro – baixa temporada – em roteiros semanais, às quartas-feiras, conforme agenda estabelecida no início do ano.



Equipe da COMCAP em atividade





# As Oportunidades



Gerar oportunidades de emprego e renda tem sido uma das preocupações do executivo municipal, que através de várias ações tem trabalhado para fortalecer vocações naturais da Ilha, como o Turismo, e o cultivo de ostras e mariscos. Também vem sendo incentivadas a instalação e a expansão de empreendimentos de base tecnológica e da área de prestação de serviços. Em 2001, os produtores rurais, pescadores e aqüicultores passaram a contar com o Funrumar – uma linha de crédito desburocratizada criada para financiar o setor.

A Prefeitura foi parceira do Banco do Empreendedor, que em 2001 financiou 627 empreendimentos em Florianópolis, num total de R\$ 1.882.887,21, gerando 1,8 mil novos postos de trabalho.

## Turismo

O turismo é atualmente uma das mais importantes atividades econômicas do município de Florianópolis. Em 2001, o fluxo turístico estimado foi de 552.888 turistas, sendo 319.901 nacionais e 232.987 estrangeiros, com uma receita gerada de aproximadamente US\$ 163 milhões.

Dentro do seu trabalho de promoção da atividade turística, a Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes - SETUR investiu R\$ 2,5 milhões nos seis programas que integram o seu Plano Estratégico de Ação (Sistema de Informações Turísticas; Promoção e Marketing Turístico; Capacitação para o Turismo; Produtos Turísticos; Infra-Estrutura e Modernização Administrativa).





Árvore de Natal na Av. Beira-Mar Norte



Fenaostra



Praia dos Ingleses



Queima de fogos na Av. Beira-Mar Norte no Reveillon

#### Movimento Estimado de Turistas em Florianópolis - 1990 a 2001

Ano	Turistas Nacionais	Turistas Estrangeiros	Receita Estimada em US\$
1990	243.820	58.837	138.175.090,77
1991	269.133	61.456	84.920.325,01
1992	201.901	149.797	84.462.434,18
1993	238.282	178.332	176.091.054,78
1994	170.679	186.196	164.771.909,66
1995	172.623	83.105	109.863.451,84
1996	215.835	84.815	120.961.916,81
1997	270.189	154.591	215.508.608,92
1998	277.166	87.143	138.901.218,73
1999	287.859	147.631	129.520.526,02
2000	335.132	171.109	144.917.799,97
2001	319.901	232.987	163.149.590,98

Fonte: Santur

#### Algumas ações

- Foram realizados e incentivados em 2001 diversos eventos nas áreas de negócios, lazer, esportes, ecologia e cultura, com destaque para o Carnaval, Feira Ambiental de Florianópolis, Copa Davis, Fenaostra, Natal das Luzes e Reveillon da Gente. O objetivo foi garantir um fluxo permanente de turistas no ano, e não concentrado apenas nos meses de Verão.
- Em parceria com a Escola Superior de Hotelaria e Turismo, foi realizado um projeto piloto para a modernização dos postos de informações turísticas da cidade, agilizando seu funcionamento e redesenhando o layout de suas instalações.
- O serviço de Selo do Visitante, que regula o transporte de veículos de turismo, foi modernizado e atendeu a 6 mil carros.
- Com o objetivo de expandir a demanda turística e atenuar os efeitos sazonais do mercado, foi realizada a divulgação da cidade em diversos eventos nacionais e internacionais, como o Congresso da Abav, a Feira de Gramado – Rio Grande do Sul – e a Feira Internacional de Turismo da América Latina – Buenos Aires, dando ênfase ao potencial turístico de Florianópolis, fora da temporada de Verão.
- A fim de aumentar a segurança na locação de imóveis, principalmente durante a temporada de verão, foi implantado, em parceria com a Polícia Militar, SECOVI e CRECI, o Programa de Segurança de Imóveis Alugados.
- Ampliação da sinalização turística do município.

## Agropecuária, Pesca e Abastecimento

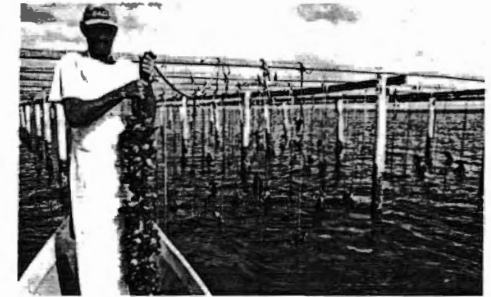
A Prefeitura vem apoiando projetos de geração de renda e trabalho entre os produtores rurais e pescadores, através do Escritório de Agropecuária, Pesca e Abastecimento (Emapa). Entre os principais projetos, está o de Desenvolvimento Sustentável da Maricultura, desenvolvido em parceria com organizações governamentais, não-governamentais e empresas, que visa promover o desenvolvimento sustentável das comunidades pesqueiras tradicionais do município, através do incentivo ao cultivo de ostras e mexilhões.

Composto por dois parques aquícolas, localizados nas baías Norte e Sul, totalizando cinquenta áreas legalizadas, este projeto conta hoje com a participação de 155 maricultores, organizados em duas associações e uma cooperativa, gerando, aproximadamente, 354 empregos diretos e 1.500 indiretos.

Na safra 2000/2001, Florianópolis produziu um total de 563.860 dúzias de ostras, o que correspondeu a 79% da produção nacional, e 409 toneladas de mexilhões, gerando em nível de produtor uma receita aproximada de R\$ 2.382.000,00.

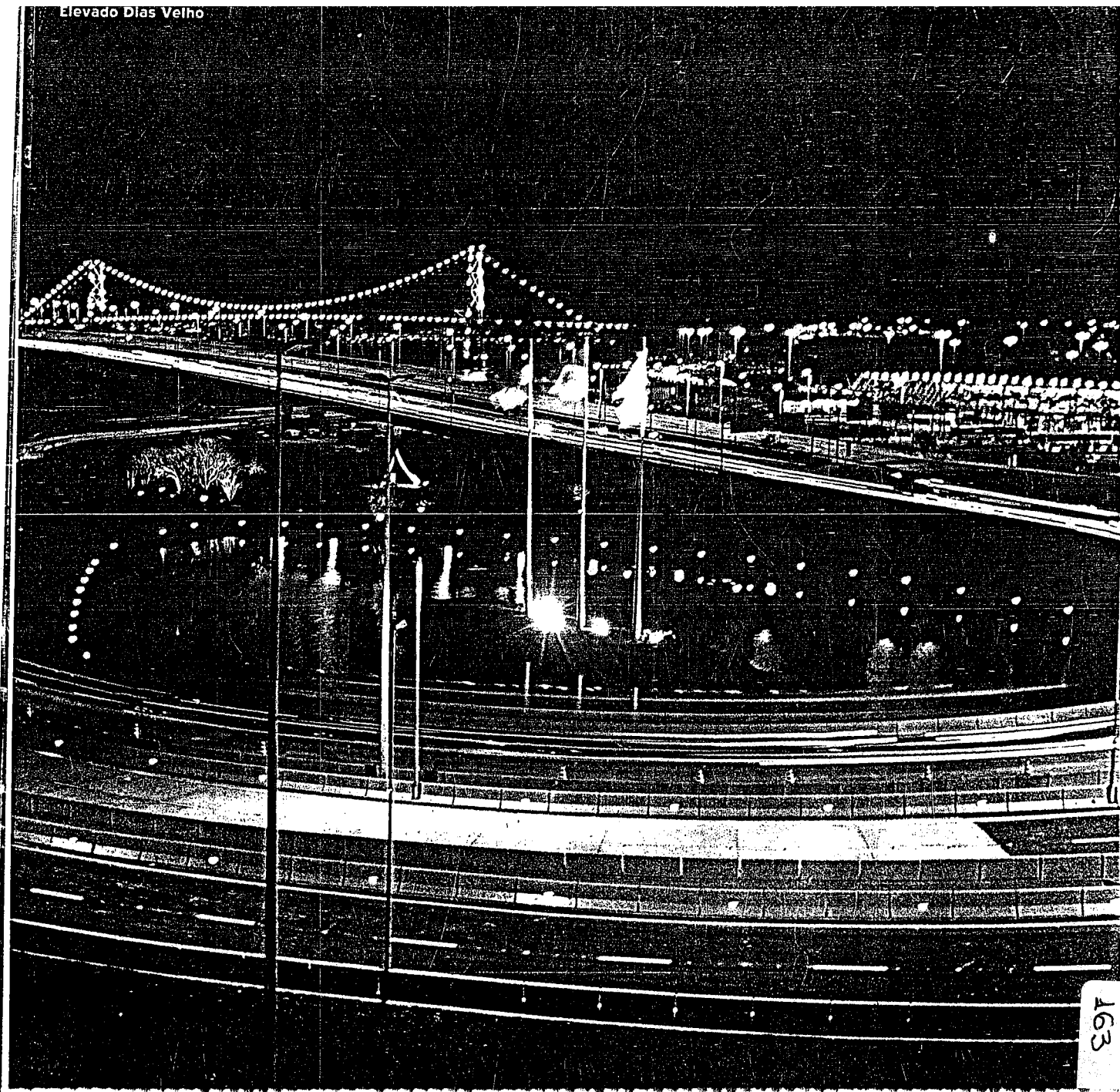
### Algumas ações

- Em 2001 começou a ser operacionalizado o Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural e Marinho (Funrumar), que apóia financeiramente, através da concessão de microcréditos, projetos de maricultores e produtores rurais do município. No ano, foram beneficiados com crédito 37 pescadores, agricultores e maricultores.
- O projeto de Educação Alimentar – criado com o objetivo de melhorar a qualidade da alimentação na família e nas escolas das áreas rural e pesqueira - atendeu a 295 famílias, 2.516 alunos e 157 professores, em 43 escolas, capacitando-os na produção artesanal de alimentos (hortaliças, frutas e verduras) e plantas medicinais.
- Desenvolvimento de ações voltadas a incentivar a produção orgânica de alimentos. Em 2001, foram assistidas 31 famílias em agricultura agroecológica, em 14 áreas. A produção cresceu 25% em relação ao ano anterior, chegando a 250 toneladas.
- 37 produtores rurais e pescadores foram encaminhados para cursos profissionalizantes.
- Firmado convênio com o Instituto Cepa, ligado à Secretaria Estadual da Agricultura, para a realização do censo pesqueiro.



Maricultura

Elevado Dias Velho



# O Ambiente Físico



## Obras de Engenharia

A Prefeitura de Florianópolis executou, em 2001, 302 obras, das quais 179 foram concluídas no decorrer do ano. No total, o investimento chegou a R\$ 24.577.144,01, envolvendo as Secretarias de Transporte e Obras, Saúde, Educação e do Continente. Quase R\$ 11,3 milhões desse valor foram para o transporte rodoviário e garantiram a inauguração, no final de 2001, do Elevado Francisco Dias Velho, organizando e melhorando o fluxo de veículos dos motoristas que trafegam entre a Ilha e o Continente. Também para dar mais racionalidade ao sistema viário e urbano de Florianópolis foi dado andamento às obras do Sistema Integrado de Transporte, que vai dinamizar as tradicionais ligações urbanas do transporte coletivo, transformando-as num moderno sistema de integração.

## Algumas ações

- A Secretaria Municipal de Transportes e Obras investiu R\$ 1.057.575,00 na aquisição de sete veículos, 22 roçadeiras, oito máquinas e outros equipamentos.
- Foi concluída a drenagem na Avenida Madre Benvenuta - trecho Av. Beira-Mar Norte e Av. Lauro Linhares, incluindo recapeamento, no valor de R\$ 293.293,57.
- Com recursos próprios, foi iniciada a ampliação e reforma da Escola Básica Gentil Matias da Silva, em Ingleses, no valor de R\$ 619.210,44.





Terminal de Integração Centro



Terminal de Integração Centro

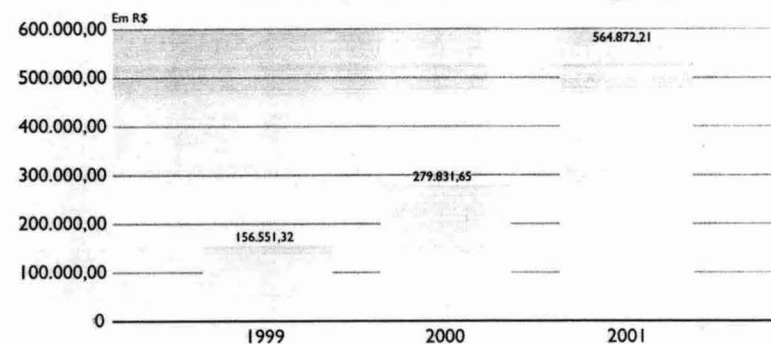
## Infra-estrutura de Serviços Públicos

Florianópolis é uma Capital que apresenta um dos melhores índices de atendimento no que se refere aos serviços públicos. Em 2001, houve um expressivo investimento na área de saneamento básico, que chegou a R\$ 564.872,21, num acréscimo de 101% em relação aos R\$ 279.831,65 do ano anterior. No acumulado dos três anos, o valor investido superou R\$ 1 bilhão.

Na parte de iluminação pública, foi aplicado - com recursos da Taxa de Iluminação Pública (TIP) - o valor de R\$ 8 milhões, que permitiu executar obras como a instalação do realce do Forte Santana.

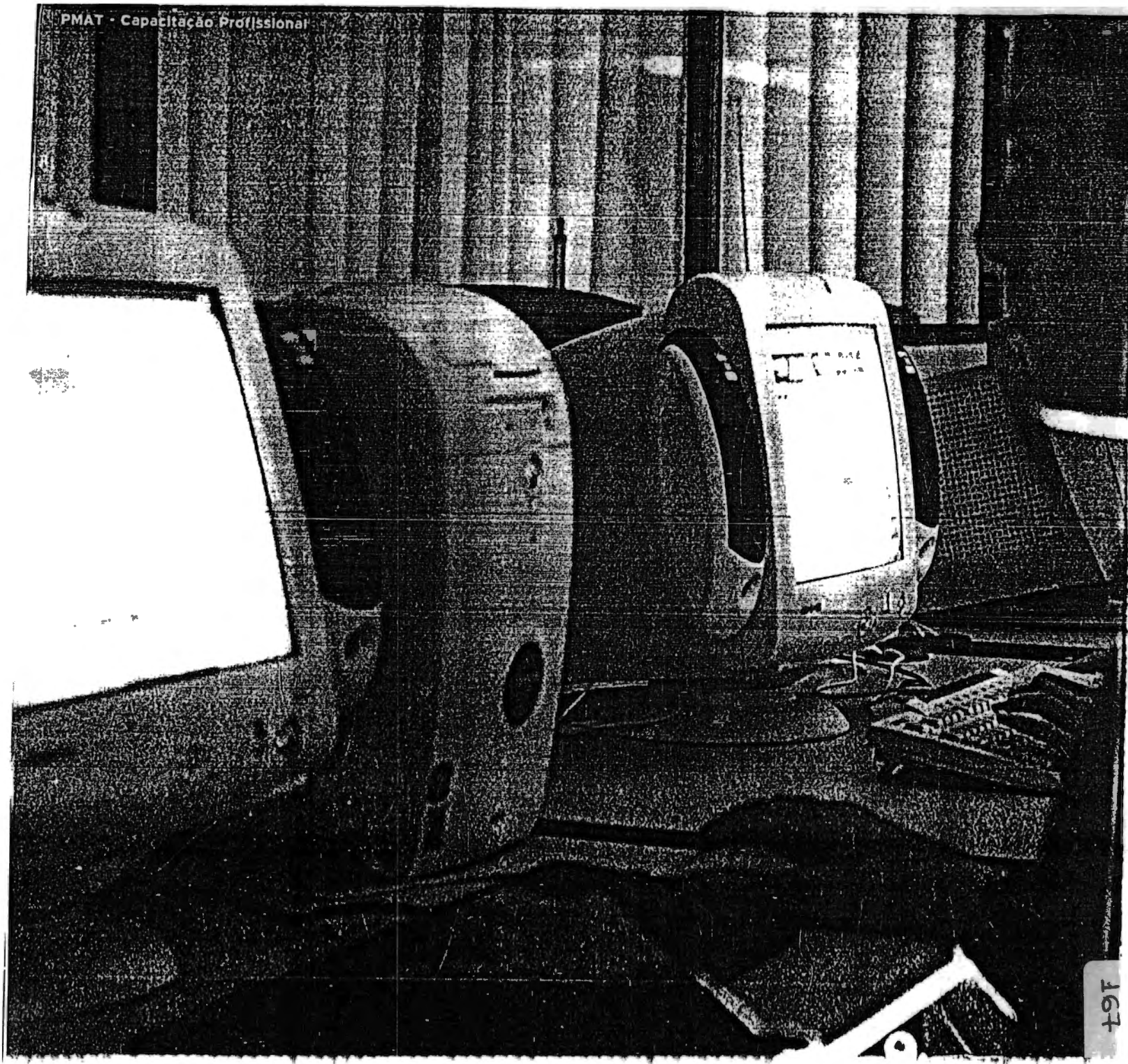
Indicador de Saneamento Básico	1999	2000	2001
Fornecimento de água tratada	82,87%	83,58%	83,54%
Tratamento de esgoto	40,19%	40,08%	40,53%
Coleta seletiva de lixo	1,78%	2,24%	2,37%

### Recursos aplicados em saneamento (geral)









# O Ambiente Institucional



## Modernização Administrativa

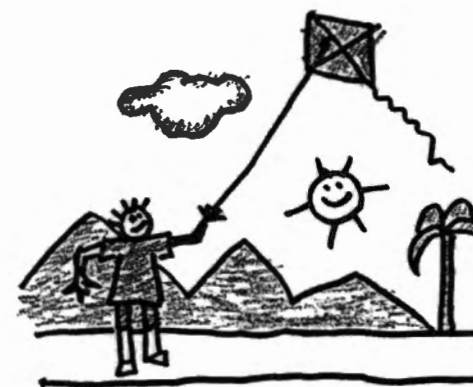
A modernização administrativa da Prefeitura Municipal está sendo desenvolvida pelo Programa de Modernização Administrativa Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos – PMAT.

Este programa tem como objetivo aumentar o desempenho da Prefeitura nos níveis estratégico, gerencial e operacional, através da melhoria dos sistemas de gestão, capacitação do corpo funcional, ampliação e atualização dos sistemas informatizados, e adoção de novos padrões organizacionais.

Pretende-se que, ao final da implantação do PMAT, esteja consolidada a melhoria da tecnologia e da infra-estrutura de informática da Prefeitura, os recursos humanos estejam plenamente capacitados na nova forma de gestão dos processos administrativos e a infra-estrutura física dos setores envolvidos esteja adequada ao cumprimento de suas missões.

## Algumas ações

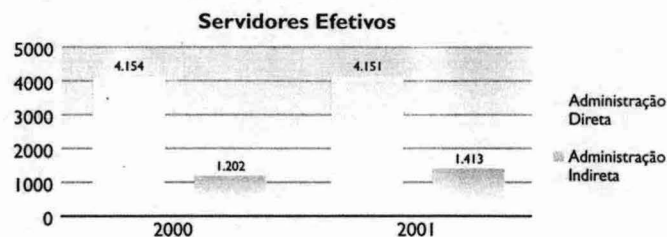
- Em dezembro de 2001, foi implantado o Sistema de Compras Eletrônicas, com o objetivo de criar uma estrutura informatizada a fim de apurar melhores preços nos materiais e serviços adquiridos pela prefeitura.
- Através de convênio firmado com a Unimed, passou a ser disponibilizado aos servidores uma rede credenciada de médicos, clínicas e hospitais. Ao todo, 2.621 servidores aderiram ao convênio (não computados os professores substitutos que são contratados em caráter temporário).
- Foi realizada auditoria externa nas rubricas de pessoal na qual ficou constatada a correção das contas e sugeridos controles para maior segurança.
- Em 2001, 312 servidores realizaram curso de idiomas oportunistas pela Prefeitura. Cursos sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal contaram com a participação de 245 servidores.



## Recursos Humanos

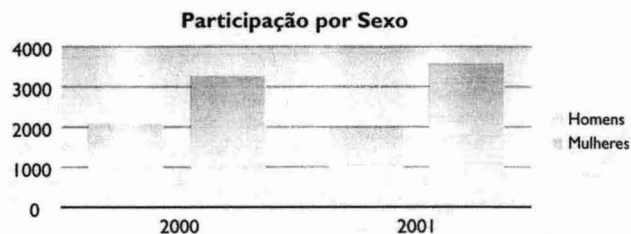
### Efetivos

Em 2000, o número de efetivos da Prefeitura era de 5.356 servidores, dos quais 4.154 vinculados à administração direta e 1.202 à administração indireta. Já em 2001, a Prefeitura encerrou o ano com 5.564 servidores efetivos, sendo 4.151 vinculados à administração direta e 1.413 à administração indireta. No biênio 2000/2001, o número de servidores da Prefeitura aumentou em torno de 4%.



### Participação por Sexo

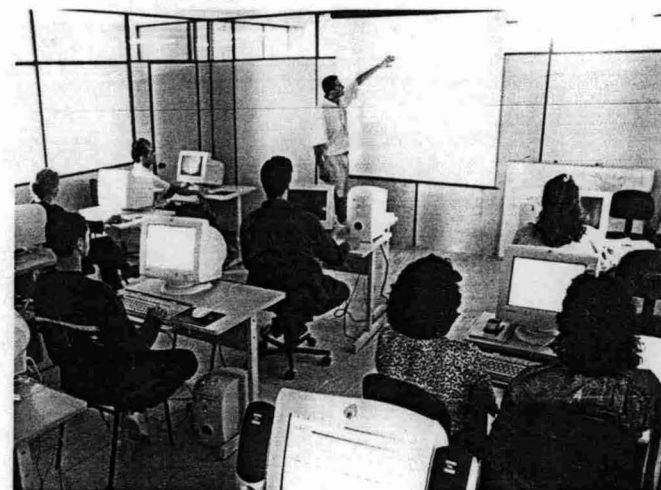
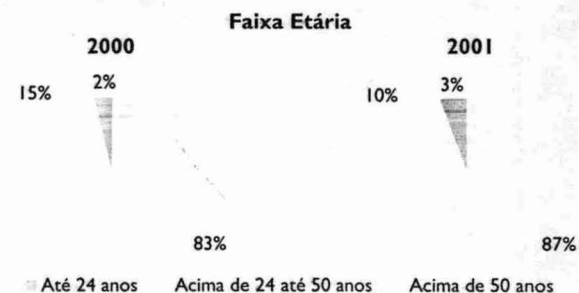
O número de servidores mulheres representa cerca de 61% do total de efetivos da Prefeitura em 2000, e chega a aproximadamente 65% em 2001, ultrapassando nestes dois períodos o número de servidores efetivos do sexo masculino.



### Faixa Etária

No ano de 2000, do total de efetivos da Prefeitura, cerca de 83% encontram-se na faixa de idade compreendida entre 24 e 50 anos. Em 2001, a maioria dos servidores continuou nesta faixa etária.

Faixa Etária	2000	2001
Até 24 anos	90	166
Acima de 24 até 50 anos	4.473	4.840
Acima de 50 anos	793	558
<b>Total</b>	<b>5.356</b>	<b>5.564</b>



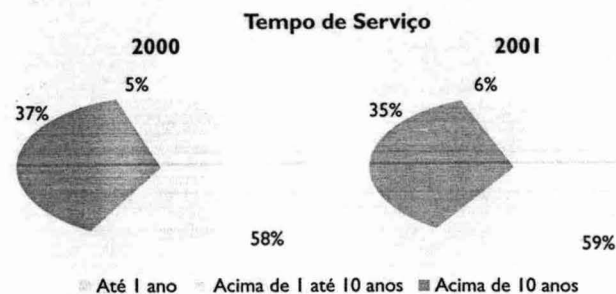
PMAT - Capacitação Profissional



### Tempo de Serviço

No biênio 2000/2001, verifica-se a predominância de servidores com tempo de serviço entre 1 a 10 anos. Sendo também expressiva a quantidade de servidores que possuem tempo de serviço acima de 10 anos.

Tempo de Serviço	2000	2001
Até 1 ano	279	317
Acima de 1 até 10 anos	3.092	3.304
Acima de 10 anos	1.985	1.943
<b>Total</b>	<b>5.356</b>	<b>5.564</b>

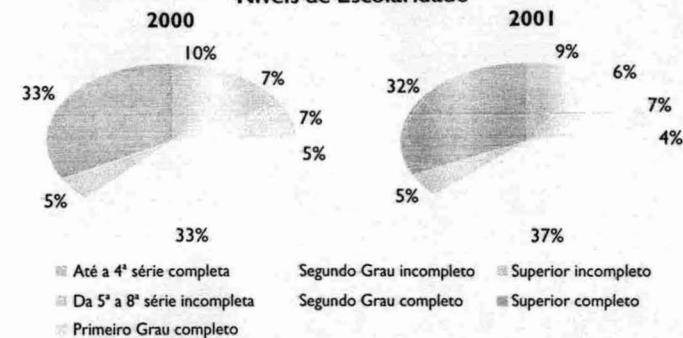


### Nível de Escolaridade

Em 2000, aproximadamente 66% dos servidores da Prefeitura Municipal possuía 2º grau completo ou superior completo. Esse índice aumentou em 2001, passando para cerca 69%.

Nível de Escolaridade dos Efetivos	2000	2001
Até a 4ª série completa	532	524
Da 5ª a 8ª série incompleta	360	359
Primeiro Grau completo	400	394
Segundo Grau incompleto	249	248
Segundo Grau completo	1.807	2.007
Superior incompleto	253	274
Superior completo	1.755	1.758
<b>Total</b>	<b>5.356</b>	<b>5.564</b>

### Níveis de Escolaridade



### Gastos com Pessoal

Remunerações	2000	2001
Ativos	68.344.763,00	78.165.891,00
Inativos	9.641.897,00	10.829.062,00
Pensionistas	612.361,00	932.503,00
<b>Total</b>	<b>78.599.021,00</b>	<b>89.927.456,00</b>



Benefícios Sociais	2000	2001
Vale-Transporte	3.0913.000,00	3.701.488,00
Auxílio-Refeição	994.860,00	965.825,00
Auxílio-Creche	58.052,00	95.211,00
<b>Total</b>	<b>4.072.212,00</b>	<b>4.768.524,00</b>

Trabalho em prol do bem-estar da família





# Demonstrativos de Indicadores Sociais



## Um Balanço da Satisfação dos Funcionários e dos Municípes

A Prefeitura Municipal de Florianópolis, dentro de uma política fundada na transparência e divulgação de suas ações, resolveu elaborar o seu primeiro Balanço Social, referente ao ano de 2001, adotando a mesma metodologia que foi implementada no Balanço Social do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina - CRCSC. Ele contém duas pesquisas: uma para aferir o que os seus funcionários pensavam acerca das condições de trabalho e dos benefícios que lhes eram proporcionados pela Prefeitura; outra para avaliar o grau de satisfação dos municípes em relação ao atendimento e serviços prestados nos SACIs e Sede da Prefeitura.

No que tange ao Balanço Social da Satisfação dos Funcionários, a intenção da Prefeitura foi a de ter uma primeira referência sobre a percepção do seu pessoal em relação às condições físicas e ambientais de trabalho, relacionamento interno, satisfação pessoal de trabalhar na Prefeitura e dos benefícios sociais que lhes são proporcionados. Já no Balanço Social da Satisfação dos Municípes a finalidade foi a de verificar o que pensam eles também sobre as condições físicas e ambientais dos SACIs e da sede da Prefeitura, o atendimento prestado pelos funcionários, a imagem que possuem da cidade e da própria administração da Prefeitura e da qualidade de vida em Florianópolis.

Esses Balanços de Satisfação permitem certificar e avaliar parte da responsabilidade social da Prefeitura dentro dos princípios que norteiam a atual gestão, alicerçadas em cinco prioridades: as pessoas (cidadão/cidadania), oportunidades (geração de trabalho e renda), ambiente natural (ecologia), ambiente físico (infra-estrutura) e ambiente institucional (gestão municipal).



É importante destacar que a avaliação tem como premissa a busca de uma gestão moderna para a melhoria dos serviços prestados aos seus munícipes, sem esquecer, também, do bem-estar do seu capital humano.

A metodologia adotada consistiu na aplicação de envelope separada para funcionários e munícipes, em que se avaliaram indicadores relativos às condições de trabalho e/ou serviços prestados na ou pela Prefeitura, conferindo a cada indicador um conceito que expressava seu grau de satisfação. A quantificação dos indicadores decorrentes da conceituação pelos funcionários e munícipes reflete-se numa pontuação, na qual o valor 100 equivale ao máximo do grau de satisfação [ótimo], 80 [bom], 60 [regular] 40 [insuficiente] e 20 ao mínimo [péssimo]. Neste caso, quanto mais distante deste último for a conceituação, melhor é a avaliação que os funcionários ou munícipes fazem sobre as suas condições de trabalho ou serviços obtidos ou ofertados. Como todas as questões das envelopes não têm a mesma importância para averiguação das condições ofertadas pela Prefeitura para satisfação dos seus funcionários ou atendimento e facilidades de apoio aos munícipes, foi associado um fator de ponderação (peso) a cada um dos indicadores. A soma dos pesos do total de indicadores é 100, o que torna relativo e autodependentes os perfis dos indicadores. Finalmente, uma configuração de ativo e passivo da satisfação dos funcionários ou dos munícipes foi associada a cada questão ao multiplicar a porcentagem de avanço ou retrocesso pelo valor (peso) relativo da questão.

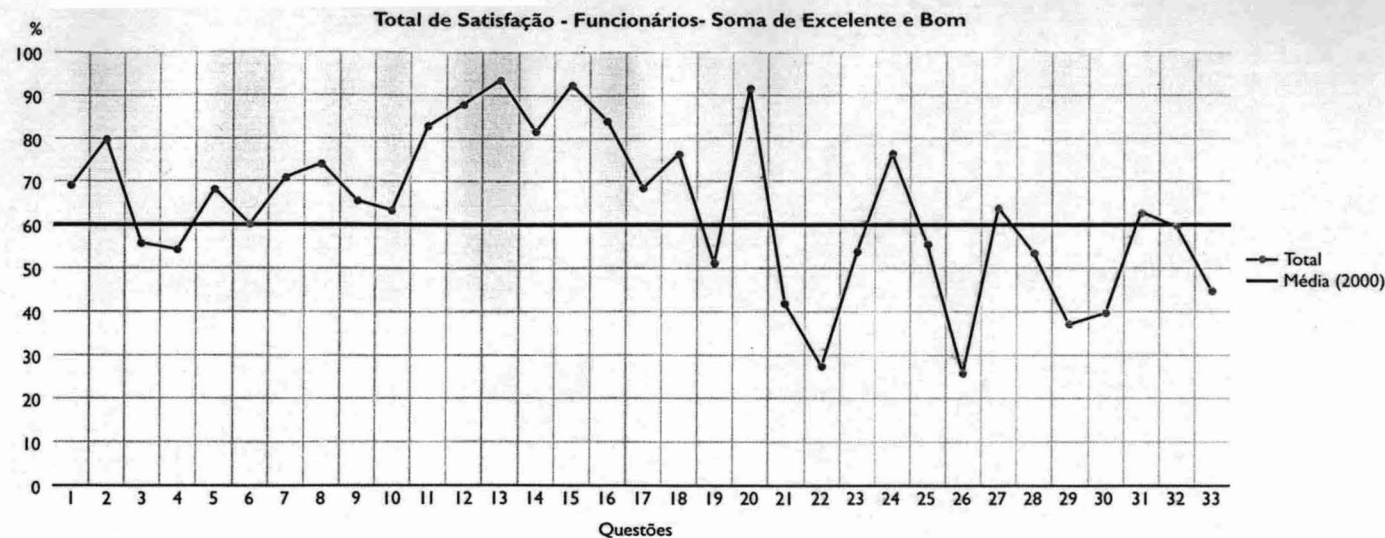
Então, a diferença entre o total do ativo e passivo de satisfação gerou uma medida (superávit/déficit) da satisfação dos funcionários num caso, dos munícipes noutro caso, em relação à Prefeitura a partir dos resultados das envelopes realizadas.

Como para a elaboração do Balanço Social da Satisfação de 2001 seria necessário o resultado do ano anterior (indisponível), para se fazer um comparativo e avaliar se houve avanço ou retrocesso na atuação social da Prefeitura, conferiu-se um valor 60 (regular) para todos os indicadores do ano de 2000, obtendo-se assim um referencial a partir do qual uma comparação pôde ser efetuada.

Os Balanços da Satisfação dos Funcionários e dos Munícipes permitem não só conhecer o seu nível de satisfação em relação às questões pesquisadas, mas servem, principalmente, como instrumento de gestão que oriente as ações da Prefeitura e subsidie na tomada de decisões, definição de políticas e estabelecimento de prioridades para os próximos exercícios.

# Balanço Social da Satisfação dos Funcionários da Prefeitura - Período 2000/2001

Indicadores de Satisfação dos Funcionários		Peso	Ano 2000	Ano 2001	E(%)	Ativo Satisfação	Passivo Satisfação
Condições Físicas e Ambientais	Ventilação	3	60,00	68,66	0,09	0,26	0
	Iluminação	3	60,00	79,80	0,20	0,59	0
	Acústica	2	60,00	55,72	-0,04	0	0,09
	Espaço Físico	4	60,00	54,23	-0,06	0	0,23
	Móveis	4	60,00	68,16	0,08	0,33	0
	Computadores e Equipamentos	4	60,00	60,10	0,00	0	0
	Meios de Transporte	3	60,00	70,74	0,11	0,32	0
	Meios de Comunicação	3	60,00	74,11	0,14	0,42	0
	Materiais de Expediente	3	60,00	65,50	0,06	0,17	0
	Segurança	2	60,00	63,32	0,03	0,07	0
	Adequação do Horário	5	60,00	82,83	0,23	1,14	0
Relacionamento	Prestadores de Serviços Gerais	2	60,00	87,88	0,28	0,56	0
	Colegas do Mesmo Setor	4	60,00	93,56	0,34	1,34	0
	Colegas de Setores Diferentes	3	60,00	81,41	0,21	0,64	0
	Chefia Imediata	4	60,00	92,50	0,33	1,30	0
	Chefia Intermediária	2	60,00	83,94	0,24	0,48	0
	Chefia Superior	2	60,00	68,37	0,08	0,17	0
Satisfação com a Prefeitura	Comunicação no Setor	3	60,00	76,35	0,16	0,49	0
	Comunicação entre Setores	2	60,00	50,99	-0,09	0	0,18
	Pontualidade no Pagamento	5	60,00	91,50	0,32	1,58	0
	Remuneração	3	60,00	41,62	-0,18	0	0,55
	Reajuste	3	60,00	27,18	-0,33	0	0,98
	Participação na Tomada de Decisão	3	60,00	53,54	-0,06	0	0,19
	Satisfação nas Tarefas Realizadas	3	60,00	76,38	0,16	0,49	0
	Normas e Regulamentos	2	60,00	55,28	-0,05	0	0,09
Atividade Social	Recreação e Desporto	2	60,00	25,55	-0,34	0	0,69
	Cursos e Capacitação	5	60,00	63,74	0,04	0,19	0
	Treinamento	3	60,00	53,37	-0,07	0	0,20
	Convênios	4	60,00	36,93	-0,23	0	0,92
	Eventos Comemorativos	2	60,00	39,56	-0,20	0	0,41
Gestão da Prefeitura	Demonstrações Contáveis	2	60,00	62,86	0,03	0,06	0
	Clareza nos Objetivos	2	60,00	59,44	-0,01	0	0,01
	Preocupação com o Servidor	3	60,00	44,68	-0,15	0	0,46
Grau de Satisfação dos Funcionários (USF)						10,59	
Grau de Insatisfação dos Funcionários (USF)							5,01
Superávit no Grau de Satisfação dos Funcionários da Prefeitura (USF)							5,58
Total						10,59	10,59



#### Notas Explicativas:

1. Participaram da primeira pesquisa 223 funcionários.
2. Todos responderam de forma voluntária e anônima às questões pertinentes e as condições físicas e ambientais de trabalho, relacionamento, satisfação funcional e benefícios sociais. Os funcionários tiveram direito a contestações quanto às perguntas efetuadas.
3. A partir dos indicadores de satisfação dos funcionários do biênio 2000-2001, a enquête realizada permite averiguar primeiro a porcentagem de avanço ou retrocesso de satisfação do funcionário em relação a cada indicador (E%). Pela utilização dos pesos relativos a cada indicador pode ser determinada a existência de um Ativo ou Passivo de Satisfação Social dos funcionários em relação às condições de trabalho ofertadas pela Prefeitura. Quando estes são somados, dão origem a medidas do grau de satisfação (Ativo de Satisfação) e do grau de insatisfação (Passivo de Satisfação) medidas em Unidades de Satisfação dos Funcionários (USF).
4. Os locais de aplicação das pesquisas foram as secretarias de Urbanismo e Serviços Públicos, de Transportes e Obras, de Turismo, de Educação, Regional do Continente, da Saúde, de Administração, de Finanças, de Habitação, do Trabalho e Desenvolvimento Social, Gabinete da Prefeita, Fundação Municipal de Esportes, Procuradoria Geral do Município, Gabinete de Planejamento e Fundação Municipal do Meio Ambiente.

#### Análise dos Dados

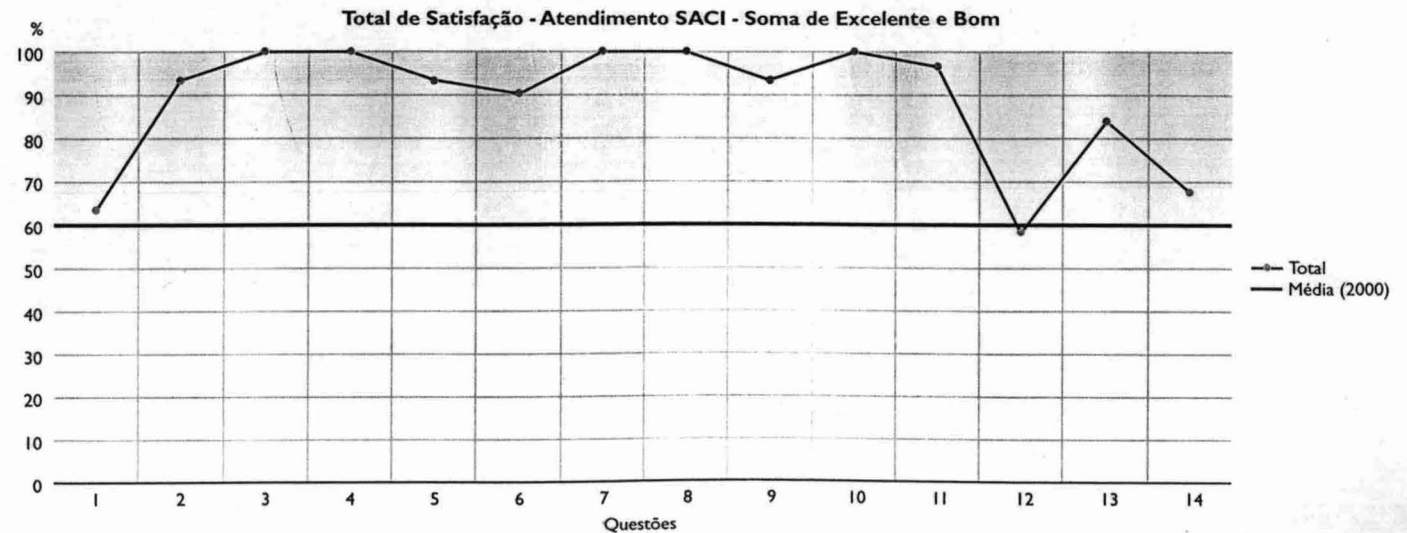
A diferença entre o Ativo Total de 10,59 USF – e Passivo Total de 5,51 USF deixa bem claro a existência de um **Superávit de 5,58 USF**, na avaliação dos funcionários, das condições de trabalho ofertadas pela Prefeitura.

O processo de quantificação permite observar que a maior satisfação dos Funcionários é a **pontualidade no pagamento** (1,58 de Ativo de Satisfação) seguido do **relacionamento com os colegas do mesmo setor** (1,34 de Ativo de Satisfação), e do **relacionamento com a chefia imediata** (1,30 de Ativo de Satisfação). Destaca-se ainda a **adequação do horário** (1,14 de Ativo de Satisfação). A atual gestão tem primado pelo pagamento em dia dos salários, o que é reconhecido pelos Funcionários. O relacionamento entre colegas e chefias demonstra a existência de um bom ambiente e dentro de um horário adequado. Já as maiores insatisfações dos funcionários são relativas ao **reajuste salarial** (0,98 de Passivo de Satisfação) e a falta de **Convênios** (0,92 de Passivo de Satisfação), embora a Prefeitura cumpra a Lei no que se refere à política de reajuste salarial e mantenha convênios, como por exemplo a UNIMED. Neste último item a insatisfação talvez reflita a forma tímida como os convênios são divulgados. Por outro lado, a maioria dos indicadores, em particular aqueles referentes à Satisfação Funcional, gerou **Ativos de Satisfação**.

O Balanço Social do Grau de Satisfação dos Funcionários para o ano de 2002 permitirá saber se as medidas a serem tomadas pela Prefeitura serão capazes de aumentar o grau de satisfação dos seus funcionários.

## Balanco Social da Satisfação dos Municípios - Período 2000/2001

Indicadores de Atendimento ao Município		Peso	Ano 2000	Ano 2001	E(%)	Ativo Social	Passivo Social
Condições Físicas e Ambientais	Localização da Prefeitura	7	60,00	63,33	0,03	0,23	0
	Estacionamento	5	60,00	93,55	0,34	1,68	0
	Localização dos SACIs	8	60,00	100,00	0,40	3,20	0
	Serviços Complementares	7	60,00	100,00	0,40	2,80	0
	Instalações Físicas	6	60,00	93,55	0,34	2,01	0
	Horário de Atendimento	9	60,00	90,32	0,30	2,73	0
Atendimento pelo Servidor	Rapidez e Agilidade	6	60,00	100,00	0,40	2,40	0
	Tratamento	6	60,00	100,00	0,40	2,40	0
	Orientação e Informação	6	60,00	93,55	0,34	2,01	0
	Profissionalismo	7	60,00	100,00	0,40	2,80	0
	Qualidade do Serviço Prestado	8	60,00	96,55	0,37	2,92	0
Imagem da Prefeitura e da Cidade	Imagem da Prefeitura	7	60,00	58,06	-0,02	0	0,14
	Imagem da Cidade	9	60,00	83,87	0,24	2,15	0
	Qualidade de Vida	9	60,00	67,74	0,08	0,70	0
Grau de Satisfação dos Municípios de Florianópolis (USM)						28,03	
Grau de Insatisfação dos Municípios de Florianópolis (USM)							0,14
Superávit no Grau de Satisfação de Atendimento dos Municípios pela Prefeitura (USM)							27,90
Total						28,03	28,03



#### Notas Explicativas:

1. Participaram da primeira pesquisa munícipes dos seguintes bairros: Centro, Barra da Lagoa, Capoeiras e Campeche;
2. O questionário foi aplicado aleatoriamente e todos responderam de forma voluntária e anônima às questões pertinentes às condições físicas e ambientais da Prefeitura e dos SACIs, a forma de atendimento e qualidade dos serviços prestados aos munícipes, bem como a sua percepção em relação à imagem da Prefeitura, da cidade e qualidade de vida;
3. A partir dos indicadores de satisfação dos munícipes do biênio 2000-2001, a enquête realizada permite averiguar primeiro a porcentagem de avanço ou retrocesso de satisfação dos munícipes em relação a cada indicador (E%). Pela utilização dos pesos relativos a cada indicador pode ser determinada a existência de um Ativo ou Passivo de Satisfação Social dos Munícipes em relação aos serviços prestados pela Prefeitura. Quando estes são somados, dão origem a medidas do grau de satisfação (Ativo de Satisfação) e do grau de insatisfação (Passivo de Satisfação), que são medidas em **Unidades de Satisfação dos Munícipes (USM)**.

#### Análise dos Dados

A diferença entre o total de Ativo de Satisfação de 28,03 USM e do total de Passivo de Insatisfação de 0,14 USM gerou um **Superávit de 27,90 USM** na avaliação dos munícipes de Florianópolis acerca dos condições físicas e ambientais, atendimento, imagem da prefeitura, cidade e qualidade de vida.

O processo de quantificação permitiu também observar que a maior satisfação dos munícipes é em relação à **localização dos SACIs** (3,20 de Ativo de Satisfação) seguido da **qualidade dos serviços prestados** (2,92 de Ativo de Satisfação), dos **serviços complementares** e do **profissionalismo** (2,80 de Ativo de Satisfação cada um). Destaca-se ainda a **adequação do horário** (1,14 de Ativo de Satisfação). O único item que gerou um Passivo de Satisfação foi a **imagem da prefeitura** (0,14 de Passivo de Satisfação). Este indicador se contrapõe ao da **imagem da cidade** (2,15 de Ativo de Satisfação). Perante os munícipes é boa a imagem da cidade de Florianópolis, os SACIs estão bem localizados, os serviços complementares como bancos nos SACIs e na sede da Prefeitura são importantes, o horário de funcionamento é bom e o atendimento dos servidores quanto à qualidade do serviço prestado e ao profissionalismo são dois pontos de destaque. Considerando que 67,74% dos munícipes consideram de boa ou ótima a Qualidade de Vida de Florianópolis, gerando um Ativo de Satisfação na ordem 0,70 USM, concluímos que a pesquisa fecha com as demais pesquisas nacionais e internacionais. A quase totalidade dos indicadores gerou **Ativos de Satisfação**.

O Balanço Social do Grau de Satisfação dos Munícipes, a exemplo do Balanço Social do Grau de Satisfação dos Funcionários, para o ano de 2002, permitirá saber se as medidas a serem tomadas pela Prefeitura serão capazes de aumentar o grau de satisfação dos seus munícipes.



## Balanco Social da Prefeitura de Florianópolis - Período 2000/2001

<b>1. Indicadores Gerais do Resultado Operacional</b>		<b>2000</b>	<b>2001</b>
<b>1.1. Receita Orçamentária</b>		<b>216.432.545</b>	<b>248.202.203</b>
1.1.1. Receita Própria		102.518.365	121.831.930
1.1.2. Transferências		103.606.274	105.392.665
1.1.3. Receitas de Capital		10.307.906	20.977.608
1.2. Superávit/Déficit do Exercício		(8.178.156)	6.811.706
1.3. Saldo Patrimonial		240.945.842	266.968.825
<b>2. Indicadores de Recursos Humanos</b>		<b>2000</b>	<b>2001</b>
<b>Ativos em 31/12</b>		<b>5.356</b>	<b>5.564</b>
2.1.1. Participação por Sexo			
	Homens	2.081	1.961
	Mulheres	3.275	3.603
<b>2.2. Faixas Etárias-31/12</b>		<b>5.356</b>	<b>5.564</b>
2.2.1. Até 24 anos		90	166
2.2.2. Acima de 24 até 50 anos		4.473	4.840
2.2.3. Acima de 50 anos		793	558
<b>2.3. Tempo de Serviço em 31/12</b>		<b>5.356</b>	<b>5.564</b>
2.3.1. Até 1 ano		279	317
2.3.2. Acima de 1 até 10 anos		3.092	3.304
2.3.3. Acima de 10 anos		1.985	1.943
<b>2.4. Variação do Corpo Funcional</b>		<b>-748</b>	<b>-635</b>
2.4.1. Demissões no ano		978	996
2.4.2. Aposentadorias no ano		21	22
2.4.3. Afastamentos por outros motivos		773	1.022
2.4.4. Admissões no Ano		1.024	1.405
<b>2.5. Serviços Terceirizados em 31/12</b>			
2.5.1. Gastos com serviços terceirizados no período		<b>51.003.506</b>	<b>41.671.795</b>
<b>2.6. Estagiários</b>			
2.6.1. Média Anual de Utilização de Estagiários		<b>781</b>	<b>1.117</b>
2.6.2. Gasto Anual com Estagiários		<b>194.598</b>	<b>318.837</b>
<b>2.7. Escolaridade e Formação</b>			
2.7.1. Nível de Escolaridade		<b>5.356</b>	<b>5.564</b>
2.7.1.1. Analfabetos		29	27
2.7.1.2. Até a 4ª série incompleta do 1º grau		253	250
2.7.1.3. Com a 4ª série completa do 1º grau		250	247
2.7.1.4. Da 5ª a 8ª série incompleta do 1º grau		360	359
2.7.1.5. Primeiro grau (ginásio) completo		400	394
2.7.1.6. Segundo grau (colegial) incompleto		249	248
2.7.1.7. Segundo grau (colegial) completo		1.807	2.007
2.7.1.8. Superior incompleto		253	274
2.7.1.9. Superior completo		1.576	1.583
2.7.1.10. Pós-Graduação Completa		179	175
<b>2.8. Gastos com Pessoal</b>		<b>78.599.021</b>	<b>89.927.456</b>
<b>2.8.1. Remunerações</b>			
2.8.1.1. Salários, Gratificações, Férias, 13º salário, Inden.		63.184.770	72.266.648
2.8.1.2. Obrigações Patronais		4.964.520	5.878.705
2.8.1.3. Gastos com Pessoal Inativo		9.641.897	10.829.062
2.8.1.4. Gastos com Pensionistas		612.361	932.503
2.8.1.5. Outros Gastos com Pessoal		21.313	20.537
2.8.1.6. Gastos com Salário-Família		174.159	147.808
<b>2.9. Outras Vantagens Sociais</b>		<b>4.072.212</b>	<b>4.768.524</b>
2.9.1. Vale-Transporte		3.019.300	3.707.488
2.9.2. Auxílio-Refeição		994.860	965.825
2.9.3. Auxílio-Creche		58.052	95.211

3. Indicadores de Atividades Operacionais									
	valores	% Rec Orç	% Superavit	% Saldo Patr.	valores	% Rec Orç	% Superavit	% Saldo Patr.	
3.1. Legislativa	11.583.891	5,35%	-141,64%	4,81%	12.456.801	5,02%	182,87%	4,67%	
3.2. Gabinete da Prefeitura	13.551.409	6,26%	-165,70%	5,62%	14.473.444	5,83%	212,48%	5,42%	
3.2.1. Administração	2.706.070	1,25%	-33,09%	1,12%	4.739.823	2,19%	-57,96%	1,97%	
3.2.2. Serviço de Utilidade Pública	9.924.547	4,59%	-121,35%	4,12%	8.459.414	3,91%	-103,44%	3,51%	
3.2.3. Subvenções Sociais	760.800	0,35%	-9,30%	0,32%	883.162	0,41%	-10,80%	0,37%	
3.2.4. Outros	159.992	0,07%	-1,96%	0,07%	391.045	0,18%	-4,78%	0,16%	
3.3. Gabinete do Vice-Prefeito					102.371	0,04%	1,50%	0,04%	
3.4. Gabinete de Planejamento	875.104	0,40%	-10,70%	0,36%	1.119.552	0,45%	16,44%	0,42%	
3.5. Núcleo de Transporte	1.758.092	0,81%	-21,50%	0,73%	2.420.692	0,98%	35,54%	0,91%	
3.6. Secretaria Municipal de Administração	6.405.174	2,96%	-78,32%	2,66%	7.425.088	2,99%	109,00%	2,78%	
3.7. Secretaria Municipal de Finanças	5.775.912	2,67%	-70,63%	2,40%	7.163.386	2,89%	105,16%	2,68%	
3.8. Procuradoria Geral do Município	1.645.159	0,76%	-20,12%	0,68%	2.064.390	0,83%	30,31%	0,77%	
Total dos Indicadores de Atividades Operacionais	41.594.742	19,22%	-508,61%	17,26%	47.225.724	19,03%	693,30%	17,69%	
4. Indicadores e Benefícios Sociais									
	valores	% Rec Orç	% Superavit	% Saldo Patr.	valores	% Rec Orç	% Superavit	% Saldo Patr.	
4.1. Gastos com a Comunidade	154.162.378	71,23%	-1885,05%	63,98%	185.986.617	74,93%	2730,40%	69,67%	
4.1.1. Secretaria de Educação	39.607.095	18,30%	-484,30%	16,44%	46.445.771	18,71%	681,85%	17,40%	
4.1.1.1. Educação da Criança de 0 a 6 anos (creche)	11.190.480	5,17%	-136,83%	4,64%	14.336.519	5,78%	210,47%	5,37%	
4.1.1.2. Ensino Fundamental	26.549.072	12,27%	-324,63%	11,02%	29.772.998	12,00%	437,09%	11,15%	
4.1.1.3. Ensino Supletivo	58.223	0,03%	-0,71%	0,02%	26.927	0,01%	0,40%	0,01%	
4.1.1.4. Educação Especial	6.911	0,00%	-0,08%	0,00%	4.422	0,00%	0,06%	0,00%	
4.1.1.5. Alimentação Escolar	1.802.409	0,83%	-22,04%	0,75%	2.304.905	0,93%	33,84%	0,86%	
4.1.2. Secretaria de Saúde e Desenv. Social	13.538.441	6,26%	-165,54%	5,62%	13.416.579	6,20%	-164,05%	5,57%	
4.1.2.1. Departamento de Saúde Pública	8.571.342	3,96%	-104,81%	3,56%	12.965.419	5,99%	-158,54%	5,38%	
4.1.2.2. Departamento de Desenvolvimento Social	1.932.940	0,89%	-23,64%	0,80%	451.160	0,21%	-5,52%	0,19%	
4.1.2.3. Fundo Municipal da Integração Social	1.200.195	0,55%	-14,68%	0,50%					
4.1.2.4. Fundo Municipal de Assistência Social	936.976	0,43%	-11,46%	0,39%					
4.1.2.5. Fundo da Criança e adolescente e Fundo da Saúde	896.988	0,41%	-10,97%	0,37%					
4.1.3. Secretaria de Turismo	2.588.925	1,20%	-31,66%	1,07%	2.550.450	1,03%	37,44%	0,96%	
4.1.3.1. Administração	147.748	0,07%	-1,81%	0,06%	126.287	0,05%	1,85%	0,05%	
4.1.3.2. Turismo	2.441.177	1,13%	-29,85%	1,01%	2.424.163	0,98%	35,59%	0,91%	
4.1.4. Secretaria de Transp. e Obras	37.179.162	17,18%	-454,62%	15,43%	30.192.857	12,16%	443,25%	11,31%	
4.1.4.1. Administração	7.781.032	3,60%	-95,14%	3,23%	10.076.825	4,06%	147,93%	3,77%	
4.1.4.2. Educação da Criança de 0 a 6 anos	1.031.905	0,48%	-12,62%	0,43%	661.050	0,27%	9,70%	0,25%	
4.1.4.3. Transporte Rodoviário	22.148.604	10,23%	-270,83%	9,19%	11.287.769	4,55%	165,71%	4,23%	
4.1.4.4. Transporte Urbano	2.623.173	1,21%	-32,08%	1,09%	2.135.724	0,86%	31,35%	1%	
4.1.4.5. Ensino Fundamental	2.713.161	1,25%	-33,18%	1,13%	4.842.091	1,95%	71,08%	2%	
4.1.4.6. Turismo					755.700	0,30%	11,09%	0%	
4.1.4.7. Outros Investimentos Sociais	881.286	0,41%	-10,78%	0,37%	433.698	0,17%	6,37%	0%	
4.1.5. Secretaria Regional do Continente	5.514.671	2,55%	-67,43%	2,29%	6.993.162	3,23%	-85,51%	2,90%	
4.1.5.1. Administração	1.433.224	0,66%	-17,53%	0,59%	2.179.372	1,01%	-26,65%	0,90%	
4.1.5.2. Educação de criança de 0 a 6 anos	302.208	0,14%	-3,70%	0,13%	721.713	0,33%	-8,82%	0,30%	
4.1.5.3. Urbanismo	243.839	0,11%	-2,98%	0,10%	205.229	0,09%	-2,51%	0,09%	
4.1.5.4. Saneamento	208.783	0,10%	-2,55%	0,09%	506.015	0,23%	-6,19%	0,21%	
4.1.5.5. Transporte Rodoviário	1.257.929	0,58%	-15,38%	0,52%	1.257.657	0,58%	-15,38%	0,52%	
4.1.5.6. Transporte Urbano	1.706.964	0,79%	-20,87%	0,71%	1.561.374	0,72%	-19,09%	0,65%	
4.1.5.7. Outros Investimentos Sociais	361.724	0,17%	-4,42%	0,15%	561.803	0,26%	-6,87%	0,23%	
4.1.6. Secretaria de Urbanismo Serv. Públicos	25.716.356	11,88%	-314,45%	10,67%	12.596.574	5,82%	-154,03%	5,23%	
4.1.6.1. Administração	4.246.807	1,96%	-51,93%	1,76%	5.032.526	2,33%	-61,54%	2,09%	
4.1.6.2. Serviços de Utilidade Pública	21.469.549	9,92%	-262,52%	8,91%	7.564.048	3,49%	-92,49%	3,14%	
4.1.7. Secretaria da Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social					1.963.680	0,91%	-24,01%	0,81%	
4.1.7.1. Capacitação Profissional					14.843	0,01%	-0,18%	0,01%	
4.1.7.2. Assistência Social					1.948.837	0,90%	-23,83%	0,81%	
4.1.8. Encargos Gerais do Município	29.955.106	13,84%	-366,28%	12,43%	71.652.534	28,87%	1051,90%	26,84%	
4.1.8.1. Administração	2.677.991	1,24%	-32,75%	1,11%	2.602.317	1,20%	-31,82%	1,08%	
4.1.8.2. Administração Financeira	5.134.302	2,37%	-62,78%	2,13%	8.161.616	3,77%	-99,80%	3,39%	
4.1.8.3. Serviços Financeiros	1.393.218	0,64%	-17,04%	0,58%	1.358.330	0,63%	-16,61%	0,56%	
4.1.8.4. Educação de Crianças de 0 a 6 anos	581.485	0,27%	-7,11%	0,24%	920.668	0,43%	-11,26%	0,38%	
4.1.8.5. Ensino Fundamental	401.231	0,19%	-4,91%	0,17%	374.975	0,17%	-4,59%	0,16%	
4.1.8.6. Assistência e Previdência	9.909.504	4,58%	-121,17%	4,11%	11.104.966	5,13%	-135,79%	4,61%	
4.1.8.7. Transferência para o IPUF	3.812.602	1,76%	-46,62%	1,58%	4.125.897	1,91%	-50,45%	1,71%	
4.1.8.8. Fundação Franklin Cascaes	1.363.819	0,63%	-16,68%	0,57%	2.271.473	1,03%	-27,16%	0,97%	
4.1.8.9. Fundação Municipal de Esportes	3.079.010	1,42%	-37,65%	1,28%	2.926.584	1,35%	-35,79%	1,21%	
4.1.8.10. Fundação Municipal do Meio Ambiente	1.398.945	0,65%	-17,11%	0,58%	2.700.298	1,25%	-33,02%	1,12%	
4.1.8.11. Limpeza Pública					29.516.769	13,64%	-360,92%	12,25%	
4.1.8.12. Transferência para Fundo M. Integração Social					1.650.396	0,76%	-20,18%	0,68%	
4.1.8.13. Transferência Fundo M. de Saúde					1.368.899	0,63%	-16,74%	0,57%	
4.1.8.14. Transferência Fundo M. Assistência Social					1.711.500	0,79%	-20,93%	0,71%	
4.1.9. Outros Investimentos Sociais	265.622	0,12%	3,25%	0,11%	3.046.588	1,41%	37,25%	1,27%	
Total dos Indicadores Operacionais e Sociais	195.757.120	90,45%	-2393,66%	81,25%	233.212.341	93,96%	3423,70%	87,36%	

## Demonstração da Geração e Distribuição de Riqueza - Período 2000/2001

<b>Cálculo do Valor Adicionado</b>	<b>2000</b>	<b>AV 2000</b>	<b>2001</b>	<b>AV 2001</b>
<b>1. Receitas Orçamentárias</b>	<b>216.432.545</b>		<b>252.820.235</b>	
Receita Própria	102.518.365	47,37%	121.831.930	56,29%
Transferências	103.606.274	47,87%	105.392.665	48,70%
Receitas de Capital	10.307.906	4,76%	20.977.608	9,69%
<b>2. Insumos Adquiridos de Terceiros</b>	<b>51.003.506</b>	<b>23,57%</b>	<b>41.671.795</b>	<b>19,25%</b>
Serviços de Terceiros e Encargos	51.003.506		41.671.795	
<b>3. Valor da Riqueza Bruta [1-2]</b>	<b>165.429.039</b>		<b>211.148.441</b>	
<b>4. Valor da Riqueza Recebida em Transferência</b>	<b>2.376.450</b>		<b>4.618.032</b>	
Receitas Financeiras	2.376.450	1,10%	4.618.032	2,13%
<b>5. Valor da Riqueza Líquida [3+4]</b>	<b>167.805.490</b>	<b>77,53%</b>	<b>215.766.473</b>	<b>99,69%</b>
<b>6. Distribuição da Riqueza</b>				
6.1 Pessoal e Encargos	78.599.021	36,32%	89.927.456	41,55%
6.2 Função de Governo				
Legislativo	251.989	0,12%	364.989	0,17%
Gabinete da Prefeita	916.800	0,42%	1.243.673	0,57%
Gabinete do Vice-Prefeito		0,00%	14.286	0,01%
Gabinete de Planejamento	209.633	0,10%	147.836	0,07%
Núcleo de Transportes	670.160	0,31%	1.074.706	0,50%
Secretaria Municipal de Administração	196.052	0,09%	251.608	0,12%
Secretaria de Finanças	162.930	0,08%	381.828	0,18%
Procuradoria Geral do Município	504.623	0,23%	841.069	0,39%
Secretaria Municipal de Urbanismo e Serviços Públicos	752.825	0,35%	119.376	0,06%
Secretaria Municipal de Educação	9.488.690	4,38%	12.227.951	5,65%
Secretaria Municipal de Transportes e Obras	30.527.205	14,10%	20.252.253	9,36%
Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes	53.471	0,02%	165.795	0,08%
Secretaria Municipal da Saúde e Desenvolvimento Social	3.285.011	1,52%	3.333.871	1,54%
Secretaria Regional do Continente	4.091.305	1,89%	5.588.507	2,58%
Encargos Geral do Município	15.019.252	6,94%	54.790.044	25,32%
Secretaria Municipal da Habitação Trabalho e Des. Social	0	0,00%	1.963.680	0,91%
Amortização da Dívida Interna	4.887.409	2,26%	7.699.851	3,56%
Outras Distribuições sociais	26.367.271	12,18%	8.565.988	3,96%
Superávit / Déficit Financeiro do Exercício	(8.178.156)	-3,78%	6.811.706	3,15%
<b>Total da Riqueza Distribuída</b>	<b>167.805.490</b>	<b>77,53%</b>	<b>215.766.473</b>	<b>99,69%</b>

### Notas Explicativas:

- \* Demonstração da Riqueza Gerada e Distribuída mostra os recursos aplicados pela administração direta municipal na sociedade.
- \* Os valores apresentados no item 6 demonstram os valores aplicados de acordo com cada unidade do Governo. Destes valores foram excluídos os gastos com pessoal e serviços de terceiros e encargos.
- \* O aumento referente aos encargos gerais do Município evidenciados na DGDR do ano de 2000 para 2001 é referente aos gastos com limpeza pública.



### **Equipe da Administração 2000/2004**

Prefeita Municipal: **Angela Regina Heinzen Amin Helou**  
Vice-Prefeito: **Murillo Ronald Capella**

Secretário Chefe de Gabinete: **Renato Carlos da Silva**  
Secretário do Gabinete de Planejamento: **João Aurélio Valente Júnior**

Secretaria de Finanças: **Nelson Amâncio Madalena**  
Secretaria de Administração: **Renato Ax**  
Procuradoria Geral do Município: **Maria Eduvirmgem Cardoso**  
Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos: **Odilon Furtado Filho**  
Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes: **Antônio Carlos Kieling**  
Secretaria Municipal de Transportes e Obras: **Francisco de Assis Filho**  
Secretaria Regional do Continente: **Manoel Phillipi**  
Secretaria Municipal de Saúde: **Manoel Américo Barros Filho**  
Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social: **Juarez Alves Nunes**  
Secretaria de Educação: **Telma Guilhermina Rezende Hoeschel**  
Núcleo dos Transportes Coletivos: **Luiz Osvaldo D'Acampora Filho**

Fundação Municipal de Esportes: **João Rotta Filho**  
Fundação Franklin Cascaes: **Lélia Pereira da Silva Nunes**  
Fundação Municipal do Meio Ambiente: **Elizabeth Amin Vieceli**  
Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis: **Carlos Alberto Riederer**  
Companhia de Melhoramento da Capital: **Nelson Amâncio Madalena**

#### **Realização**

Gabinete de Planejamento - **GAPLAN**  
**João Aurélio Valente Júnior** - Secretário

#### **Coordenação do Balanço Social**

Contador **Juarez Domingues Carneiro** - CRCSC 12.898  
Contador **Silvio Osni Koerich** - CRCSC 18.896  
Contador **Mauro Goulart Boppré** - CRCSC  
Jornalista **Márcia Quartiero** - DRT 5585

#### **Coordenação da PMF**

**Altir Webber de Mello Neto** - Assessor Técnico GAPLAN  
Contador **Aderlito Antônio Pasetto** - CRCSC 13025  
**Jobel Silva Furtado** - GAPLAN

#### **Equipe de Apoio**

**João Vicente Scarpin**  
**Nezio Tavares dos Santos**  
**Juliana Nunes Tavares**